

6RTD-RJ 08.07.2011
PROTOD.1 216593

6ºRTD-RJ - 1216593
Emol: 1154,38/Distrib: 13,23/Lei: 111/06.58,5
Mutua/ACOTERJ: 9,63 / FETJ: 233,52
Lei: 4.664/05 58,38 / Tot Emol: 1527,52
PARAM Vias: 10 / Norm(s): 2 / Págs: 124
Proc Estr: N / Averb N / Dilig: N



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PETRA ENERGIA S.A.

que entre si fazem, de um lado,

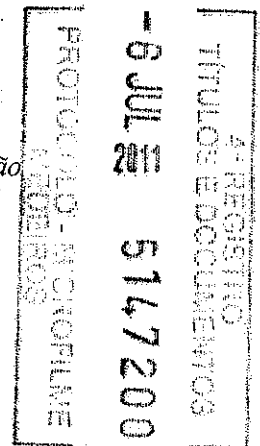
PETRA ENERGIA S.A.
na qualidade de emissora

de outro lado,

PLANNER TRUSTEE D.T.V.M. LTDA. -
na qualidade de representante dos titulares das debêntures da presente emissão

e, ainda,

**STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA;
STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES EM RECURSOS NATURAIS S.A.
STR ENERGIA LTDA.
PETRA ENERGIA PARNAÍBA LTDA.
ROBERTO VIANA BATISTA JÚNIOR
PHILIP YANG**
na qualidade de garantidores



em 28 de junho de 2011

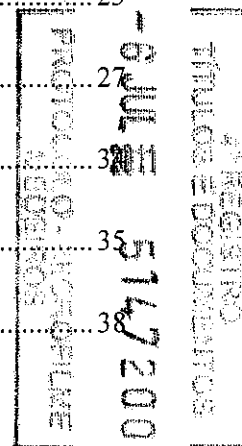


ÍNDICE

1. AUTORIZAÇÃO.....	2
2. REQUISITOS DA EMISSÃO.....	3
3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA	4
4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	4
5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	6
6. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL OU AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA	19
7. VENCIMENTO ANTECIPADO	20
8. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES.....	23
9. AGENTE FIDUCIÁRIO	27
10. ASSEMBLEIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS	30
11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS.....	35
12. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	38

* * *

(restante desta página intencionalmente deixado em branco)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PETRA ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

(A) **PETRA ENERGIA S.A.** (a “Emissora” ou “Companhia”), sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 157, CEP 20040-006, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 07.243.291/0001-98, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE 33.3.0029166-1, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

e, de outro lado,

(B) **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** (o “Agente Fiduciário”), sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, neste ato agindo na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão (os “Debenturistas”); e

como garantidores,

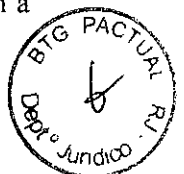
(C) **STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.** (a “STR Projetos”), sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Albuquerque Lins 537, sala 108, CEP 01230-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.943.726/0001-07, neste ato representada na forma de seu Contrato Social;

(D) **STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES EM RECURSOS NATURAIS S.A.** (a “STR Recursos Naturais”), sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Albuquerque Lins 537, 10º andar, CEP 01230-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.251.676/0001-37, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

(E) **STR ENERGIA LTDA.** (a “STR Energia”), sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Piauí, nº 874, Higienópolis, CEP 01241-000, neste ato representada na forma de seu Contrato Social;

(F) **PETRA PARNAÍBA ENERGIA LTDA.** (a “Petra Parnaíba”), sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco 157, CEP 20040-006, em fase de obtenção da inscrição no CNPJ/MF, neste ato representada na forma de seu Contrato Social;

(G) **ROBERTO VIANA BATISTA JÚNIOR** (“Roberto”), casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Albuquerque Lins 977, aptos. I e J, CEP 01230-001, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.383.233 e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 193.511.784-04, com a



expressa anuência de sua mulher, Maria Luiza Carneiro Campos Viana Batista, brasileira, pedagoga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.719.700-5 e inscrita no CPF/MF sob o nº 196.595.714-53, conforme procuração pública outorgada em 10 de maio de 2011; e

(H) **PHILIP YANG** ("Philip", e em conjunto com STR Projetos, STR Recursos Naturais, STR Energia, Petra Parnaíba e Roberto, os "Garantidores"), casado, administrador, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Des. Mamede 322, CEP 01444-030, portador da Cédula de Identidade RG nº. 7.779.288-9 e inscrito no CPF/MF sob o nº 065.331.978-94, com a expressa anuência de sua mulher, Patricia Maria Vanzella, brasileira, professora universitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.925.702-9 e inscrita no CPF/MF sob o nº 103.422.588-00, conforme procuração pública outorgada em 18 de maio de 2011,

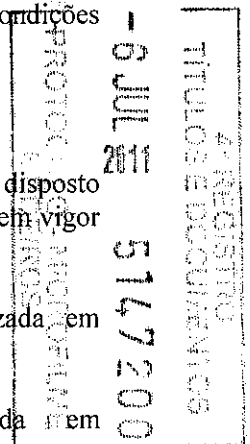
CONSIDERANDO que, como condição para subscrição e integralização das Debêntures e da consequente utilização dos recursos resultantes da Emissão pela Emissora nas Concessões da Bacia do Parnaíba (conforme definido abaixo), a Emissora concordou em outorgar ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, entre outras garantias, um penhor de primeiro grau sobre os direitos das Concessões da Bacia do Parnaíba, segundo os termos e condições dos instrumentos jurídicos mencionados na Cláusula 5.4.1(h) abaixo,

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A.*" (a "Escritura"), mediante as cláusulas e condições dispostas a seguir:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações, em observância ao disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor (a "Lei das Sociedades por Ações");

- a) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 14 de junho de 2011 ("RCA da Emissora");
- b) da Assembleia-Geral Extraordinária da Emissora realizada em 14 de junho de 2011 ("AGE da Emissora");
- c) da Reunião do Conselho de Administração da STR Recursos Naturais realizada em 14 de junho de 2011 ("RCA da STR Recursos Naturais");
- d) da Reunião de Sócios da STR Projetos realizada em 14 de junho de 2011 ("Reunião de Sócios da STR Projetos");
- e) da Reunião de Sócios da STR Energia realizada em 14 de junho de 2011 ("Reunião de Sócios da STR Energia"); e
- f) da Reunião de Sócios da Petra Parnaíba realizada em 14 de junho de 2011 ("Reunião de Sócios da Petra Parnaíba").



TÍTULOS E DOCUMENTOS



2. REQUISITOS DA EMISSÃO

2.1. A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, em série única (respectivamente, a “Emissão” e as “Debêntures”), e sua distribuição pública pela Emissora, com esforços restritos de colocação (a “Oferta Restrita”), nos termos da Instrução nº 476, editada pela CVM em 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor (a “Instrução 476”) serão realizadas com observância dos requisitos descritos nesta Cláusula.

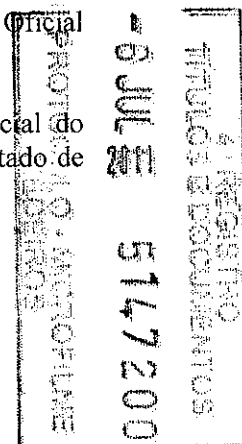
2.2. Dispensa de Registro pela CVM e pela ANBIMA. A Emissão será realizada nos termos da Instrução 476, estando, portanto, automaticamente dispensada (i) do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor, conforme preceitua o artigo 6º da Instrução 476; e (ii) do registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, tal como determina o parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.3. Arquivamento e Publicação das Atas dos Atos Societários Aplicáveis à Emissão e à Oferta Restrita. A ata:

- a) da RCA da Emissora será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “Jornal do Commercio”;
- b) da AGE da Emissora será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “Jornal do Commercio”;
- c) da RCA da STR Recursos Naturais será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Monitor Mercantil”;
- d) da Reunião de Sócios da STR Projetos será arquivada na JUCESP;
- e) da Reunião de Sócios da STR Energia será arquivada na JUCESP; e
- f) da Reunião de Sócios da Petra Parnaíba será arquivada na JUCERJA.

2.4. Inscrição e Registro da Escritura. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão (i) inscritos no Registro do Comércio, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) registrados perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo e uma via, devidamente registrada, que será entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados do efetivo registro.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução 476 e o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução 476.



2.6. Registro das Garantias. As Garantias (conforme definidas na Cláusula 5.4.1 abaixo) deverão ser registradas nos termos e de acordo com os respectivos instrumentos de constituição das Garantias.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. Objeto Social da Emissora. O objeto social da Emissora, de acordo com o disposto em seu Estatuto Social, é a exploração, desenvolvimento, produção e beneficiamento de hidrocarbonetos e geração de energia.

4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Número da Emissão. A presente Escritura constitui a primeira emissão de debêntures da Emissora.

4.2. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”).

4.3. Número de Séries. A Emissão será realizada em série única.

4.4. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 640 (seiscentas e quarenta) Debêntures.

4.5. Colocação e Procedimento de Distribuição e Negociação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, qual seja, Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder” ou “BTG Pactual”), nos termos da Instrução 476 e do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, da Primeira Emissão da Petra Energia S.A., celebrado em 28 de junho de 2011, entre a Emissora e o Coordenador Líder (o “Contrato de Distribuição”).

4.5.1. A colocação das Debêntures se dará de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP e o plano de distribuição da Oferta Restrita seguirá o disposto na Instrução 476 nos termos do Contrato de Distribuição.

4.5.2. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução 476.

4.5.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder acerca de contato de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita até o dia útil imediatamente subsequente ao recebimento de tal contato.

4.5.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, após consultar a Emissora, organizará o

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200

Q



Plano de Distribuição, tendo, como público alvo, investidores qualificados, conforme definidos no Artigo 4º da Instrução 476 (os “Investidores Qualificados”).

4.5.5. Somente Investidores Qualificados poderão subscrever e adquirir as Debêntures na Oferta Restrita, observado que as Debêntures somente poderão ser negociadas (i) entre Investidores Qualificados; (ii) desde que seja em mercados regulamentados de valores mobiliários; e (iii) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo(s) Investidor(es) Qualificado(s), observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução 476.

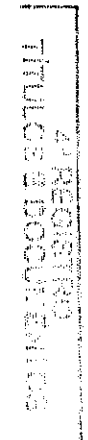
4.6. Banco Mandatário e Instituição Depositária. A instituição prestadora de serviços de banco mandatário e dos serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 (o “Banco Mandatário” e a “Instituição Depositária”, respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

4.7. Destinação dos Recursos. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão destinados pela Emissora (i) até o limite de 20% (vinte por cento) para usos e despesas gerais; e (ii) o saldo para usos e despesas, direta ou indiretamente, com concessões de titularidade da Emissora e/ou de qualquer Subsidiária, e usos e despesas, direta ou indiretamente, com a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. (“UTE”).

4.8. Condições de Subscrição e Integralização. Sem prejuízo das condições previstas no Contrato de Distribuição, cujo não atendimento, se for o caso, deverá ser informado ao Agente Fiduciário pelo Coordenador Líder, a subscrição e a integralização das Debêntures, nos termos das Cláusulas 5.13 e 5.14 abaixo, somente será efetuada a partir da data de início da distribuição das Debêntures e após o cumprimento cumulativo e integral das seguintes condições (as “Condições Suspensivas”):

- a) Comprovação ao Agente Fiduciário da devida celebração, emissão e registro de todos os instrumentos das Garantias listados na Cláusula 5.4.1 abaixo que, nos termos da Cláusula 5.4.1 abaixo, devam ser celebrados até a Data de Integralização; e
- b) Comprovação ao Agente Fiduciário do cumprimento de todas as formalidades previstas nos instrumentos das Garantias a que se refere a alínea (a) acima, visando ao seu aperfeiçoamento, conforme os termos e prazos previstos nos respectivos instrumentos das Garantias.

4.8.1. Imediatamente após a constatação pelo Agente Fiduciário do cumprimento das Condições Suspensivas, o Agente Fiduciário notificará a Emissora e o Coordenador Líder sobre tal fato e determinará que, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis contados da entrega da referida notificação, os Debenturistas realizem a subscrição e integralização total das Debêntures de sua titularidade, pelo Preço de Integralização (conforme definido na Cláusula 5.14 abaixo).



5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Data de Emissão. Para todos os efeitos a data da emissão das Debêntures será 01 de julho de 2011 (a "Data de Emissão").

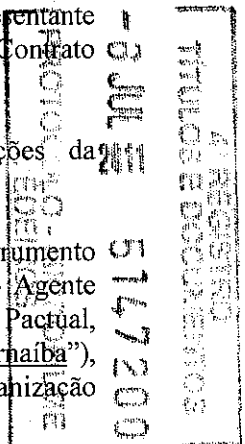
5.2. Conversibilidade, Tipo e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de certificados.

5.3. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia fidejussória.

5.4. Garantias. Os pagamentos (i) do saldo devedor do Valor Total da Emissão, da Remuneração (conforme definida abaixo), dos Encargos Moratórios e/ou dos Custos e Despesas da Emissão ("Valor Garantido das Debêntures"), e (ii) de quaisquer obrigações da Emissora decorrentes de contrato de derivativos relacionado à Remuneração, a ser celebrado pela Emissora (o "Contrato de Swap") ("Valor Garantido do Swap", em conjunto com o Valor Garantido das Debêntures, simplesmente o "Valor Garantido") serão garantidos, proporcionalmente aos seus respectivos saldos devedores, pelas garantias estabelecidas nas Cláusulas 5.4.1 e 5.4.2 abaixo, observadas ainda as condições dispostas nas Cláusulas 5.4.3 a 5.4.6 abaixo.

5.4.1. Garantias que vigorarão até o pagamento integral das Debêntures ou, quando aplicável, até a ocorrência da Reorganização Societária (conforme definido na Cláusula 5.4.3 abaixo), sujeitas ao disposto nas Cláusulas 5.4.3 a 5.4.6 abaixo:

- a) Fianças prestadas por STR Recursos Naturais, STR Projetos e STR Energia, nos termos e condições do instrumento de fiança celebrado entre referidos Garantidores, a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o BTG Pactual, na qualidade de contraparte do Contrato de Swap ("Fianças das Companhias Garantidoras");
- b) Avais prestados por Roberto e Philip, nos termos e condições da Cláusula 5.4.2 abaixo ("Avais dos Acionistas Garantidores");
- c) Fiança prestada por Petra Parnaíba, nos termos e condições do instrumento particular de fiança celebrado entre a Petra Parnaíba, a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o BTG Pactual, na qualidade de contraparte do Contrato de Swap ("Fiança Petra Parnaíba"), cuja eficácia se dará imediatamente após a conclusão da Reorganização Societária (conforme definida na Cláusula 5.4.3 abaixo);
- d) Alienação fiduciária em garantia da totalidade das quotas de emissão da STR Energia de titularidade da STR Projetos e da STR Recursos Naturais, conforme o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária de Quotas da STR Energia"), na forma do Anexo A desta Escritura, o qual (i) somente será celebrado quando da concessão, pela Emissora, de qualquer Empréstimo Autorizado Emissora/STR Energia (conforme definido na Cláusula 8.1(c) abaixo); e (ii) será desconstituído quando da quitação de todos os eventuais Empréstimos Autorizados Emissora/STR Energia;
- e) Cessão fiduciária em garantia da totalidade dos direitos decorrentes dos Empréstimos Autorizados Emissora/STR Energia (conforme definido na

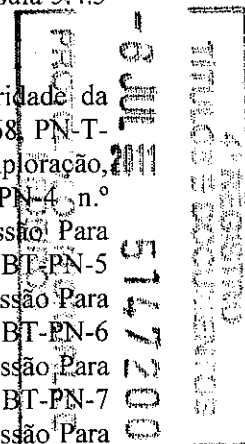


Handwritten signature or mark.



Cláusula 8.1(c) abaixo), conforme o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada e Outras Avenças (“Cessão Fiduciária de Direitos”), na forma do Anexo B desta Escritura, o qual (i) somente será celebrado quando e como condição suspensiva para concessão, pela Emissora, de qualquer Empréstimo Autorizado Emissora/STR Energia, e (ii) será desconstituído quando da quitação de todos os eventuais Empréstimos Autorizados Emissora/STR Energia;

- f) Alienação fiduciária em garantia da totalidade das quotas representativas do capital social da Petra Parnaíba, conforme o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora, a STR Recursos Naturais, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o BTG Pactual, na qualidade de contraparte do Contrato de Swap (“Alienação Fiduciária de Quotas da Petra Parnaíba”), cuja eficácia se dará imediatamente após a conclusão da Reorganização Societária (conforme definida na Cláusula 5.4.3 abaixo);
- g) Alienação fiduciária em garantia de 60% (sessenta por cento) das ações de emissão da Emissora, nos termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, celebrado entre a STR Recursos Naturais, a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o BTG Pactual, na qualidade de contraparte do Contrato de Swap (“Alienação Fiduciária de Ações da Petra Energia”), a qual vigorará até a conclusão da Reorganização Societária (conforme definida na Cláusula 5.4.3 abaixo);
- h) Penhor sobre (i) a totalidade dos direitos de concessão de titularidade da Emissora nos blocos PN-T-48, PN-T-49, PN-T-50, PN-T-67, PN-T-68, PN-T-84, PN-T-85, objeto do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-4 n.º 48610.001414/2008-60, conforme aditado, do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-5 n.º 48610.001415/2008-12, conforme aditado, do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-6 n.º 48610.001416/2008-59, conforme aditado, do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-7 n.º 48610.001417/2008-01, conforme aditado, do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-8 n.º 48610.001418/2008-48, conforme aditado, do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-9 n.º 48610.001419/2008-92, conforme aditado, e do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-10 n.º 48610.001420/2008-17, conforme aditado (em conjunto, “Contratos de Concessão da Bacia do Parnaíba”) (em conjunto, “Concessões da Bacia do Parnaíba”), que correspondem a 30% (trinta por cento) dos direitos das Concessões da Bacia do Parnaíba, e (ii) de determinados direitos de titularidade da Emissora nos termos da Cláusula 2.1 do Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes de Concessão de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o BTG



Pactual, na qualidade de contraparte do Contrato de *Swap* ("Penhor de Direitos de Concessão da Bacia do Parnaíba"); e

- i) Cessão fiduciária em garantia (i) dos direitos creditórios de titularidade da Emissora, em valor limitado ao valor correspondente ao saldo devedor do Valor Garantido, decorrentes da venda, pela Emissora, dos direitos de concessão de titularidade da Emissora, correspondentes à participação de 45% (quarenta e cinco por cento), nos blocos SOL-T-151, SOL-T-172, SOL-T-174, SOL-T-194, SOL-T-195, SOL-T-196, SOL-T-197, SOL-T-218, SOL-T-219 e SOL-T-220, objeto do Contrato de Concessão nº 48610.009147/2005-26 (BT-SOL-4), e nos blocos SOL-T-148, SOL-T-149, SOL-T-168, SOL-T-169, SOL-T-170, SOL-T-191, SOL-T-192, SOL-T-214, SOL-T-215, SOL-T-216 e SOL-T-217, objeto do Contrato de Concessão nº 48610.009147/2005-26A (BT-SOL-4-A) ("Concessões da Bacia do Solimões") e (ii) de quaisquer garantias associadas ao efetivo pagamento dos direitos creditórios de titularidade da Emissora, incluindo, sem limitação, sobre eventuais garantias bancárias prestadas por quaisquer instituições financeiras e/ou terceiros, nos termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, o BTG Pactual, na qualidade de contraparte do Contrato de *Swap*, e outras partes ("Cessão Fiduciária de Parte dos Direitos Creditórios Decorrentes da Venda da Participação nas Concessões da Bacia dos Solimões") e, em conjunto com as Fianças das Companhias Garantidoras, os Avals dos Acionistas Garantidores, a Fiança Petra Parnaíba, a Alienação Fiduciária de Quotas da STR Energia, a Cessão Fiduciária de Direitos, a Alienação Fiduciária de Quotas da Petra Parnaíba, a Alienação Fiduciária de Ações da Petra Energia e o Penhor de Direitos de Concessão da Bacia do Parnaíba, as "Garantias").

5.4.2. Aval. Roberto e Philip (doravante denominados "Avalistas") prestam aval em favor dos Debenturistas ("Aval"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como avalistas, devedores solidários e principais pagadores do Valor Garantido, conforme os termos e condições abaixo.

- a) Os Avalistas declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, avalistas, devedores solidários e principais pagadores do pagamento do Valor Garantido, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 897 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil");
- b) O valor do Aval é limitado ao Valor Garantido. Todo e qualquer pagamento realizado pelos Avalistas em relação ao Aval ora prestado será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais;
- c) O Valor Garantido será pago pelos Avalistas em até 3 (três) dias úteis após notificação por escrito do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, aos Avalistas, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de



qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. Não obstante o previsto nas Cláusulas acima, Roberto e Philip concordam que a execução da presente Fiança independe que qualquer ato específico além da mera notificação para qualquer deles, individualmente ou em conjunto, a critério do Agente Fiduciário, em nome e em benefício dos Debenturistas;

- d) Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Avalistas com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas;
- e) O presente Aval entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válido em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data os Avalistas estarão desobrigados de efetuar qualquer pagamento do Valor Garantido;
- f) O presente Aval será executado e exigido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido;
- g) Em todo e qualquer endosso, cessão e/ou transferência das Debêntures, dos direitos creditórios dela decorrentes e/ou de cessão e transferência dos direitos, garantias e prerrogativas a esta vinculados, o Aval permanecerá válido e eficaz desde a Data de Emissão até a data em que o Debenturista receber a totalidade do Valor Garantido, consentindo, desde já, os Avalistas com todos e quaisquer endossos, cessões e/ou transferências da presente;
- h) Os Avalistas desde já declaram, para os fins da legislação em vigor, que têm pleno, total e irrestrito conhecimento de todos os termos e condições desta Escritura, incluindo, mas não se limitando às garantias, declarações e Eventos de Inadimplemento aqui estabelecidos;
- i) Em caso de falecimento, interdição ou evento equivalente de procedimento similar de qualquer dos Avalistas durante a vigência desta Escritura, fica desde já certo e ajustado que não haverá necessidade de substituição dos Avalistas ou de constituição de qualquer garantia adicional, não se aplicando, portanto, exclusivamente com relação aos Avalistas, os artigos 826 e 1.425, II, do Código Civil; e
- j) Em virtude do Aval, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente registrada.

5.4.3. Reorganização Societária. Conforme estabelecido nos instrumentos contratuais das Garantias, a eficácia, constituição, aperfeiçoamento e/ou liberação de determinadas Garantias mencionadas na Cláusula 5.4.1 acima dependem de atos ulteriores a serem realizados pela Emissora, incluindo, mas não se limitando, a



reorganização societária a ser realizada pela Emissora, cujo objetivo final é segregar, na Petra Parnaíba, todos os bens e direitos hoje detidos pela Emissora e relacionados às Concessões da Bacia do Parnaíba (a “Reorganização Societária”). Caso a Emissora realize a Reorganização Societária, observado que a realização da Reorganização Societária não deve ser entendida, em qualquer hipótese, como uma obrigação da Emissora, realizando todas as ações e medidas necessárias para sua consumação de forma diligente e expedita, ações e medidas essas que incluem, mas não se limitam, ao requerimento para a Agência Nacional do Petróleo (“ANP”) para a transferência da titularidade das Concessões da Bacia do Parnaíba da Emissora para a Petra Parnaíba. Sujeito à obtenção, pela Emissora ou suas Subsidiárias, conforme o caso e conforme aplicável, das autorizações societárias, contratuais e regulatórias para consumir a Reorganização Societária, em termos e condições satisfatórios para o Agente Fiduciário, referida Reorganização Societária será implementada por meio da transferência da Emissora para a Petra Parnaíba de todos os bens e direitos associados às Concessões da Bacia do Parnaíba. Uma vez consumada, em termos e condições satisfatórios para o Agente Fiduciário, a Reorganização Societária prevista nesta Cláusula, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a Emissora e os Garantidores concordam e consentem expressamente que:

- a) a Fiança Petra Parnaíba prevista na Cláusula 5.4.1(c) acima tornar-se-á plenamente eficaz e exequível de acordo com seus termos e condições, sem necessidade de formalidades ulteriores;
- b) a Alienação Fiduciária de Quotas da Petra Parnaíba prevista na Cláusula 5.4.1(f) acima tornar-se-á plenamente eficaz e exequível de acordo com seus termos e condições, ficando acordado, adicionalmente, que a Petra Parnaíba, as acionistas da Petra Parnaíba, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o BTG Pactual, na qualidade de contraparte do Contrato de *Swap*, celebrarão aditivo ao referido instrumento para incluir as quotas então criadas pela Petra Parnaíba em razão da contribuição realizada pela Emissora na Petra Parnaíba dos bens e direitos associados às Concessões da Bacia do Parnaíba, sem prejuízo das demais disposições do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Petra Parnaíba; e
- c) a Alienação Fiduciária de Ações da Petra Energia prevista na Cláusula 5.4.1(g) acima será desconstituída no menor prazo possível, o qual não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a partir da data da conclusão da Reorganização Societária.

Para fins desta Escritura, “Subsidiária” significa, no que toca a qualquer pessoa especificada, qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, seja Controladora, seja Controlada por, ou esteja sob o Controle comum com a pessoa especificada.

5.4.4. Liberação das Garantias. O Agente Fiduciário deverá, automática e independentemente de autorização dos Debenturistas e observados os termos e condições dos respectivos instrumentos de constituição das Garantias, liberar e desconstituir integralmente as Garantias em até 15 (quinze) dias contados da data do cumprimento, pagamento e integral quitação do Valor Garantido.

5.4.5. Compartilhamento das Garantias. As Garantias atribuídas às Debêntures e outorgadas pela Emissora e pelos Garantidores, nos termos e condições desta Cláusula



REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
14-7-2011

5.4, serão outorgadas com grau de prioridade em relação a todos os demais empréstimos e financiamentos garantidos, presentes ou futuros, da Emissora e dos Garantidores, exceto com relação ao Contrato de *Swap*, cujas Garantias garantirão proporcionalmente as obrigações deste decorrentes, e aqueles expressamente relacionados a projetos específicos da Emissora, de sociedades Controladas pela Emissora e/ou de sociedades sob Controle Comum com a Emissora, incluindo, mas não se limitando, os empréstimos contratados pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, na modalidade de Financiamento de Projetos. Para fins desta Escritura, "Financiamento de Projetos" significa qualquer (i) financiamento de projetos sem garantia de seus acionistas (*project finance non-recourse*) ou com garantia restrita ou total dos mesmos (*project finance limited* ou *full recourse*) contratado pela Emissora, ou por suas Controladas, com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o Eximbank, o Banco da Amazônia S.A. - BASA ou qualquer outro banco de fomento ou desenvolvimento; e/ou (ii) qualquer financiamento de curto prazo ou empréstimo ponte contratado pela Emissora, ou por qualquer de suas Controladas, com bancos comerciais, em preparação à celebração dos instrumentos de financiamento de longo prazo estabelecidos no item (i) acima.

5.4.6. Liberação Antecipada de Garantias. Não obstante o disposto na Cláusula 5.4.4, no caso da concretização efetiva da venda da participação total de 45% (quarenta e cinco por cento) detida pela Emissora nas Concessões das Bacias dos Solimões a quaisquer terceiros, será convocada uma Assembleia-Geral de Debenturistas especialmente com a finalidade de deliberar, observado o quórum mínimo de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 10.6 abaixo), sobre eventual liberação de parte ou da totalidade das Garantias (exceto pela Cessão Fiduciária de Parte dos Direitos Creditórios Decorrentes da Venda da Participação nas Concessões da Bacia dos Solimões) descritas na Cláusula 5.4 desta Escritura em contrapartida ao aperfeiçoamento de garantia sobre o instrumento que garantirá o pagamento a ser realizado pelo comprador no âmbito da referida venda, desde que referido instrumento seja formalizado em condições satisfatórias aos Debenturistas, ao seu exclusivo critério.

5.5. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (o "Valor Nominal Unitário").

5.6. Data de Vencimento e Pagamento. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 18 (dezoito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de janeiro de 2013 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 7.1 abaixo. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, acrescido do Prêmio (conforme definido abaixo), sem prejuízo de outros pagamentos eventualmente pendentes.

5.6.1. Até a Data de Vencimento, a Data de Resgate ou Amortização Antecipado (conforme definida abaixo) e/ou a Data do Evento de Liquidez (conforme definida abaixo) (doravante denominadas em conjunto de "Datas de Pagamento"), a Emissora



não estará obrigada a efetuar qualquer amortização de principal ou pagamento de Remuneração (conforme definida abaixo), que apenas serão considerados devidos nas respectivas Datas de Pagamento.

5.6.2. Independentemente do disposto nesta Cláusula, e sempre mediante a ocorrência de quaisquer dos eventos abaixo relacionados ("Eventos de Liquidez"), a Emissora obriga-se a efetuar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (sendo vedado o resgate parcial das Debêntures), ou amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em Circulação (sendo que, em caso de amortização antecipada, a amortização será limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação), mediante, em ambos os casos, o pagamento do Preço de Pagamento Antecipado (conforme definido na Cláusula 5.6.3 abaixo), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento dos recursos referentes ao Evento de Liquidez ("Data do Evento de Liquidez"), conforme notificação emitida pelo Agente Fiduciário para a Emissora nesse sentido, sendo certo que, em caso de resgate, todas as Debêntures em Circulação serão resgatadas em uma única data:

- a) Qualquer alienação de participação societária, alienação de ativos ou qualquer operação comercial cujos efeitos sejam substancialmente equivalentes a uma alienação de ativos ou cessão de participação societária, de titularidade da Emissora e/ou de suas Controladas, exceto por (i) aquelas realizadas diretamente a um investidor no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão, por um montante total superior a US\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares) e inferior a US\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares), conforme comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário em termos e condições a ele satisfatórios ("Investimento Estratégico de Curto Prazo"); e (ii) aquela decorrente da venda, pela Emissora, de qualquer dos direitos de concessão de titularidade da Emissora nas Concessões da Bacia do Solimões;
- b) Qualquer alienação de participação societária detida pelos Garantidores, que, direta ou indiretamente, esteja relacionada com os ativos e participações societárias detidos pela Emissora e/ou suas Controladas à época da referida alienação, sendo que, para evitar dúvidas, referida hipótese não inclui as alienações de participações societárias na Vicenza Mineração e Participações S.A. ("Vicenza") e no Grupo STR Energia, contanto que, neste último caso, não exista qualquer dívida em aberto entre a Emissora e o Grupo STR Energia ou que tal dívida seja quitada imediatamente após a alienação de participação societária. Neste caso, a Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário comprovação da quitação integral da dívida, mediante a apresentação de termo de quitação e de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou Documento de Operação de Crédito – DOC realizada com essa finalidade, em até 5 (cinco) dias da realização da alienação da participação dos Garantidores ou da Emissora no Grupo STR Energia, ficando estabelecido que a ausência de referida comprovação por parte da Emissora no prazo acima assinalado caracterizará a ocorrência e materialização de um Evento de Liquidez para fins desta Escritura;

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200

[Handwritten signature]



- c) Qualquer fusão, incorporação, aquisição, cessão de direitos decorrentes de contratos de concessão ou qualquer outro evento societário (exceto permuta de ações) relacionado a qualquer ativo ou Controlada da Emissora, que proporcione um resultado líquido em benefício da Emissora superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares);
- d) Qualquer obtenção de linha de crédito, financiamento ou emissão de dívida pela Emissora e/ou suas Controladas (incluindo debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida), exceto (i) pelos empréstimos subordinados celebrados entre a Emissora e quaisquer dos Garantidores ou os Financiamentos de Projetos (conforme definido na Cláusula 5.4.5 acima), e (ii) pelo pagamento de mútuo(s) com a Emissora até o Valor Total da Emissão; e
- e) Qualquer obtenção de linha de crédito, financiamento ou emissão de dívida pelos Garantidores (incluindo debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida) em benefício direto ou indireto da Emissora, seus ativos e/ou suas Controladas, excluindo-se as transações de crédito que beneficiem a Vicenza e o Grupo STR Energia.

Para os fins desta Escritura, “Controle” significa (a) a titularidade, direta ou indireta, de 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ordinária com direito a voto, ou, quotas ou direito a distribuições a conta de participação no capital daquela pessoa; ou (b) o poder direto ou indireto de dirigir a administração e/ou estabelecer políticas dessa pessoa em razão da titularidade desses direitos, por força de contrato ou a outro título. Termos derivados de Controle, como “Controlada”, “Controladora” e “sob Controle Comum” terão significado análogo ao de Controle.

5.6.3. As Debêntures serão pagas antecipadamente nas hipóteses de ocorrência de um Evento de Liquidez ou de um Resgate ou Amortização Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.1 abaixo), da seguinte forma (“Preço de Pagamento Antecipado”):

- a) Antes do 180º (centésimo octagésimo) dia (inclusive) contado da Data de Emissão (“Primeiro Período”), o valor de resgate ou da amortização antecipada devido pela Emissora deverá ser calculado com base no valor presente do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, mediante o desconto desse saldo pelo prazo remanescente do Primeiro Período, tendo por base o percentual da variação acumulada da Taxa DI (conforme definido abaixo) vigente na Data do Evento de Liquidez ou da Data de Resgate ou Amortização Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.1 abaixo), acrescido de Remuneração equivalente a um período de capitalização de 6 (seis) meses, sem pagamento de outros prêmios ou penalidades, conforme fórmula abaixo:

$$PPA = \frac{VTE \times (1 + taxa)^{\frac{126}{252}}}{(1 + TB)^{\frac{DR}{252}}}$$

4º REGISTRO
 TÍTULOS E DOCUMENTOS
 - 6 JUL 2011 5147200

[Assinatura]



Onde:

- 1) PPA é o Preço de Pagamento Antecipado da parcela a ser resgatada ou amortizada nos termos desta Escritura.
 - 2) VTE é a parcela a ser resgatada ou amortizada nos termos desta Escritura.
 - 3) Taxa é taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, conforme Cláusula 5.8 abaixo.
 - 4) TB é a Taxa Básica, definida como a interpolação da curva futura da Taxa DI para os Dias Restantes (como definido abaixo), calculada a partir dos preços de fechamento do dia anterior ao pré-pagamento negociados na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
 - 5) DR são os Dias Restantes, definidos como o número de dias úteis entre a data de pré-pagamento e o 126º (centésimo vigésimo sexto) dia útil a partir da Data de Emissão.
- b) Após o 180º (centésimo oitavo) dia (exclusive) contado da Data de Emissão, o valor de resgate ou da amortização antecipada devidos pela Emissora deverá corresponder ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Evento de Liquidez ou da Data de Resgate ou Amortização Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.1 abaixo).

5.7. Atualização. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.8. Remuneração. Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a (i) 6,25% (seis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, até 01 de julho de 2012; e (ii) 9,25% (nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir, inclusive, de 01 de julho de 2012 (“Sobretaxa”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado, ainda, que:



- a) a Remuneração que não tenha sido paga até 01 de julho de 2012 será incorporada ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures ("Data de Incorporação da Remuneração"); e
- b) a partir, inclusive, de 01 de julho de 2012, os pagamentos serão acrescidos de um prêmio equivalente a 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) efetivos, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde, inclusive, a Data de Incorporação da Remuneração ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculado nos termos da Cláusula 5.8.3 abaixo ("Prêmio").

5.8.1. A Remuneração será paga na Data de Vencimento.

5.8.2. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário, incorporado, de cada uma das Debêntures, na Data de Integralização, na Data de Incorporação ou na Data de Pagamento, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

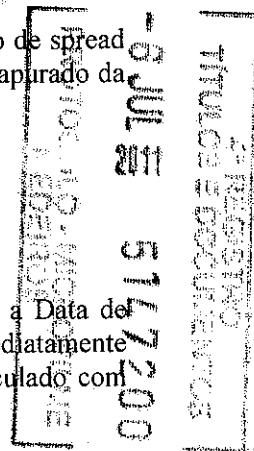
Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI_k, desde a Data de Integralização ou a Data de Incorporação da Remuneração ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

N_{di} = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n_{di}" um número inteiro;



K = número de ordem das Taxas DI, variando de "1" até "n";

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = Sobretaxa aplicável, conforme prevista acima, divulgada com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Integralização ou a Data de Incorporação da Remuneração ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

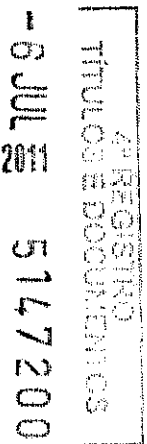
Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.8.3. O Prêmio será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = (VNe + J) \times (\text{FatorPrêmio} - 1)$$



[Handwritten signature]



Sendo que:

Prêmio = valor unitário do Prêmio devido em cada data de pagamento de Remuneração a partir da Data de Incorporação, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário, incorporado, de cada uma das Debêntures, na Data de Integralização, na Data de Incorporação ou na Data de Pagamento, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, conforme Cláusula 5.8.2 acima;

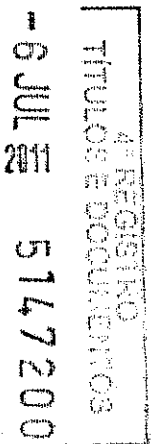
FatorPrêmio = fator de prêmio, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Prêmio = \left(1 + \frac{i}{100}\right)$$

i = 2,85 (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos), calculado com 4 (quatro) casas decimais.

5.8.4. Observado o disposto na Cláusula 5.8.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora ou dos Garantidores quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

5.8.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pela taxa substituta determinada legalmente para tanto ou, em sua falta, pela taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, ou, em sua falta, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias, convocar Assembleia-Geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não



[Handwritten signature]



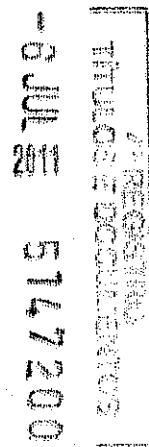
sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora ou os Garantidores e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia-Geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.9. Alocação de Custos e Despesas Tributárias. Todos os custos e despesas de natureza tributária incorridos pelos Debenturistas em razão do pagamento, pela Emissora, dos valores pecuniários decorrentes da presente Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Garantido, serão de inteira responsabilidade da Emissora, que deverá, nas respectivas Datas de Pagamento, calcular e transferir em favor dos Debenturistas o montante financeiro total capaz de garantir, após a incidência dos impostos, taxas e contribuições aplicáveis (inclusive, sem limitação, o imposto de renda retido na fonte em caso de Debenturista não-residente), que todos os valores e rendimentos previstos nesta Escritura sejam integralmente revertidos aos Debenturistas, como se a incidência de tais impostos, taxas e contribuições não houvesse ocorrido.

5.10. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) pela Emissora, por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio da Instituição Depositária, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) pelos Garantidores, em qualquer caso, por meio da Instituição Depositária.

5.11. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação assumida nesta Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Integralização, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.12. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas nas Datas de Pagamento, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do



efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês (calculado com base em 1 ano de 360 dias), sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas eventualmente incorridas para fins de cobrança (os "Encargos Moratórios").

5.13. Prazo de Subscrição. As Debêntures serão subscritas, após satisfeitas as Condições Suspensivas, observado o disposto nas Cláusulas 4.8 e 4.8.1 acima, em uma única data, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução 476.

5.14. Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do SDT, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, em uma única data, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário ("Preço de Integralização").

5.15. Repactuação. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.16. Publicidade. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Jornal do Commercio", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

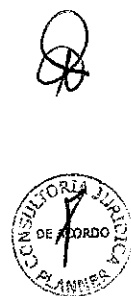
5.17. Comprovação de Titularidade das Debêntures. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND.

5.18. Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

6. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL OU AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA

6.1. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e à CETIP, de 10 (dez) dias da data do evento ("Data de Resgate ou Amortização Antecipado"), o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (sendo vedado o resgate parcial das Debêntures), ou amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em Circulação, mediante o pagamento ("Resgate ou Amortização Antecipado"):

- a) caso o resgate antecipado ou a amortização antecipada ocorra até o término do prazo de 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, do Preço de Pagamento Antecipado, na forma da Cláusula 5.6.3 acima, sendo que, em caso de amortização antecipada, a amortização será limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação; ou



b) caso o resgate antecipado ou a amortização antecipada ocorra após o término do prazo de 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, do Prêmio, sem qualquer penalidade.

7. VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Sujeito ao disposto na Cláusula 7.2. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, dos Encargos Moratórios e dos Custos e Despesas da Emissão), mediante a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- a) inadimplemento, por parte da Emissora, com relação ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, dos Encargos Moratórios e/ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias relativas às Debêntures em Circulação, exceto pela alínea (b) abaixo;
- b) inadimplemento, por parte da Emissora, com relação ao pagamento dos Custos e Despesas da Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- c) qualquer falsidade relevante ou omissão relevante relacionada às declarações da Emissora e/ou dos Garantidores, conforme dispostas na Cláusula 11.2. abaixo ou nos instrumentos de Garantia;
- d) inadimplemento, pela Emissora, da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 4.7 acima;
- e) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, das obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura e/ou nos instrumentos de Garantias, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- f) inadimplemento, por parte da Emissora, em relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária assumida no âmbito de qualquer contrato, título ou instrumento, comercial ou financeiro, com valor superior a US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) (ou valor equivalente na moeda em que a obrigação tiver sido incorrida, tendo em vista a cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio do dia do vencimento da obrigação, conforme cotação disponibilizada no dia útil imediatamente anterior na página da Internet do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br)), não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, se houver, ou que não tenha sua exigibilidade suspensa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento,



conforme comprovação, em termos e condições satisfatórios para o Agente Fiduciário, enviada pela Emissora;

- g) inadimplemento, por parte da Emissora, em relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária, referente a determinada condenação judicial transitada em julgado, com valor superior a US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), ou valor equivalente na moeda em que a obrigação tiver sido incorrida, tendo em vista a cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio do dia do vencimento da obrigação, conforme cotação disponibilizada no dia útil imediatamente anterior na página da Internet do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br);
- h) inadimplemento, por parte da Emissora, no cumprimento de qualquer obrigação associada a, ou na expedição de, qualquer autorização governamental necessária para as operações da Emissora, que cause um efeito adverso relevante nas operações da Emissora que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias;
- i) mudança ou transferência, a qualquer título, do Controle, direto ou indireto, da Emissora, da STR Recursos Naturais ou da STR Projetos, de forma que seus atuais Controladores: (i) passem a deter ou ser beneficiários de menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem, por qualquer motivo, de ter o poder de direcionar ou causar o direcionamento, de forma direta ou indireta, da administração e políticas da Emissora, da STR Recursos Naturais ou da STR Projetos, conforme aplicável, exceto pela (a) Reorganização Societária; e (b) pela transferência de quotas de emissão da STR Projetos para a pessoa jurídica relacionada ao Projeto Santuário dos Três Reinos;
- j) ingresso em juízo, pela Emissora e/ou pela STR Recursos Naturais ou da STR Projetos, de requerimento de plano de recuperação judicial ou elaboração de plano de recuperação extrajudicial da Emissora, da STR Recursos Naturais e/ou da STR Projetos, independente de ter sido obtida homologação ou deferimento judicial acerca de qualquer dos referidos planos;
- k) pedido de autofalência, decretação de falência ou insolvência, bem como eventos de extinção ou liquidação da Emissora e/ou dos Garantidores, desde que não devidamente contestados e interrompidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do referido inadimplemento, no caso de pedidos realizados por terceiros;
- l) se qualquer disposição substancial desta Escritura, dos instrumentos das Garantias e/ou qualquer outro documento relacionado a tais instrumentos forem revogadas, rescindidas, se tornarem nulas ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor, em cada caso, de forma que afetem de forma adversa e relevante a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações relacionadas às Debêntures;
- m) redução do capital social da Emissora, suas Controladas e/ou dos Garantidores sem observância do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto quando tal redução de capital das Controladas tiver por propósito

RECEBUE
FOLIOS DOCUMENTOS
10 JUL 2011 5147200

Q



exclusivo viabilizar recursos à Emissora para o pagamento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;

- n) nacionalização, expropriação, encampação ou qualquer outro ato ou evento substancial de parte substancial dos ativos da Emissora e dos Garantidores;
- o) distribuição, pela Emissora ou por suas Controladas, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, exceto quando em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ou quando a distribuição pelas Controladas tiver por propósito exclusivo viabilizar recursos à Emissora para o pagamento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- p) pagamento, por parte da Emissora, de qualquer montante de dívida contratada com suas Subsidiárias, enquanto o Valor Garantido não houver sido integralmente quitado, nos termos e condições previstos nesta Escritura;
- q) início de disputa judicial ou arbitral a respeito de qualquer ativo oferecido em Garantia para os Debenturistas nos termos desta Escritura e das Garantias e que afetem, na opinião justificada do Agente Fiduciário depois de consultar os Debenturistas, a solidez ou liquidez das Garantias ou a capacidade de pagamento da Emissora das obrigações aqui estabelecidas; ou
- r) vencimento antecipado das obrigações decorrentes do Contrato de *Swap*.

7.2. Respeitados os períodos de cura aplicáveis, a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (d), (i), (j), (k), (m), (o) ou (r) da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação nesse sentido. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 7.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia-Geral dos Debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia-Geral dos Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

7.2.1. Na Assembleia-Geral dos Debenturistas mencionada na Cláusula 7.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quoruns previstos na Cláusula 10 abaixo, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

7.2.2. Na hipótese de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia dos titulares das Debêntures mencionada na Cláusula 7.2.1 acima ou de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.2.1 acima, por falta de quorum de instalação ou deliberação, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá necessariamente declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.3. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obrigase a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das



Handwritten signature or mark.



Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

8. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

8.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, nesta Escritura e nas Garantias, a Emissora adicionalmente obriga-se, conforme aplicável, a:

- a) não distribuir ou pagar quaisquer bônus, participações nos resultados ou qualquer outro tipo de incentivo financeiro aos seus conselheiros, diretores, empregados e demais colaboradores, exceto quando referidas premiações estejam de acordo com os melhores parâmetros praticados no mercado, tendo como base os planos de participação nos resultados utilizados pelos principais concorrentes da Emissora;
- b) não contrair novos empréstimos ou financiamentos, com exceção (i) dos Financiamentos de Projetos (conforme definido na Cláusula 5.4.5 acima); (ii) empréstimos ou financiamentos cujo valor agregado não exceda US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América); e (iii) financiamento para aquisição de ativos desde que o ativo adquirido seja dado em garantia do referido financiamento;
- c) não conceder qualquer espécie de empréstimo ou crédito a qualquer Subsidiária e/ou não celebrar quaisquer empréstimos ou contratos comerciais com referidas empresas, ficando excluída desta limitação a concessão de empréstimos ou créditos da Emissora (i) para qualquer Controlada e/ou (ii) para a STR Energia (este item (ii), o “Empréstimo Autorizado Emissora/STR Energia”), ficando estabelecido, para evitar dúvidas, que a STR Energia poderá, posteriormente à celebração de referido instrumento, repassar ou transferir, total ou parcialmente, o Empréstimo Autorizado Emissora/STR Energia exclusivamente para a Parnaíba Energia S.A. (“Parnaíba Energia”) e/ou para a UTE. Não obstante qualquer disposição em contrário neste instrumento, como condição e anteriormente à realização de qualquer Empréstimo Autorizado Emissora/STR Energia, a STR Energia e a Emissora deverão celebrar com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a Cessão Fiduciária de Direitos, na forma da Cláusula 5.4.1(c) acima. Adicionalmente, a Emissora se obriga a assegurar que a Parnaíba Energia e a UTE e/ou a STR Energia, conforme o caso, não constituam qualquer Gravame sobre seus ativos tangíveis e intangíveis, bem como não autorizará a constituição de qualquer Gravame sobre as ações ou quotas de emissão da Parnaíba Energia e da UTE de sua titularidade, enquanto o Empréstimo Autorizado Emissora/STR Energia estiver presente. Fica certo desde já que o aqui disposto não proíbe a constituição de Gravame das ações e/ou quotas de emissão da UTE e Parnaíba Energia no âmbito de Financiamentos de Projetos;



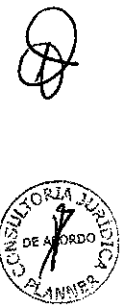
REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200

Handwritten signature or mark.

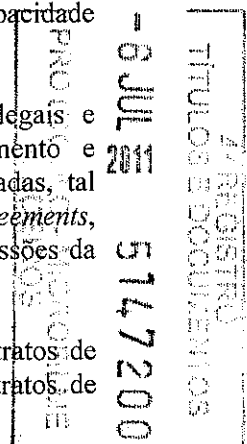


- d) não alterar o período de apuração do seu exercício fiscal;
- e) não criar e não permitir a existência, mesmo que em segundo grau, de qualquer hipoteca, penhor, alienação e cessão fiduciária, ônus, encargo, cessão, constituição de garantia, direito de garantia ou outro gravame ou encargo a título de garantia (cada um, "Gravame") sobre seus ativos, presentes ou futuros, incluindo, sem limitação, as participações societárias em suas Controladas e os direitos sobre as Concessões da Bacia do Parnaíba, exceto (i) pelas Garantias; (ii) pelos Gravames criados para garantir os Financiamentos de Projetos (conforme definido na Cláusula 5.4.5 acima); (iii) pelos Gravames cuja criação viabilize um financiamento capaz de proporcionar um Evento de Liquidez, nos termos desta Escritura; (iv) pelos Gravames cuja criação recaia sobre ativos do Grupo STR Energia, desde que inexistam dívidas pendentes entre a Emissora e o Grupo STR Energia ou que a criação de tal Gravame viabilize uma transação que proporcione como resultado final o pagamento imediato de quaisquer dívidas pendentes entre a Emissora e o Grupo STR Energia; (v) pelas garantias exigidas pela ANP; (vi) pelos Gravames constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos, decorrentes de questionamentos de obrigações da Emissora de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária ou ambiental; ou (vii) pelos Gravames constituídos para financiar a aquisição, pela Emissora ou por qualquer Controlada, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que o Gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido;
- f) não criar e não permitir a existência de qualquer Gravame sobre as ações ou quotas de sua própria emissão ou de emissão de suas Controladas e STR Energia, exceto (i) por aqueles previstos nesta Escritura ou criados para garantir os Financiamentos de Projetos (conforme definido na Cláusula 5.4.5 acima); (ii) pelas Garantias; (iii) pelos Gravames criados para garantir os Financiamentos de Projetos (conforme definido na Cláusula 5.4.5 acima); (iv) pelos Gravames cuja criação viabilize um financiamento capaz de proporcionar um Evento de Liquidez, nos termos desta Escritura; (v) pelos Gravames cuja criação recaia sobre ativos do Grupo STR Energia, desde que inexistam dívidas pendentes entre a Emissora e o Grupo STR Energia ou que a criação de tal Gravame viabilize uma transação que proporcione como resultado final o pagamento imediato de quaisquer dívidas pendentes entre a Emissora e o Grupo STR Energia; ou (vii) pelos Gravames constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos, decorrentes de questionamentos de obrigações da Emissora de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária ou ambiental;
- g) não alterar seu ramo de negócio no setor de petróleo e gás;
- h) não utilizar os recursos financeiros disponíveis de forma contrária aos fins previstos no seu Estatuto Social;
- i) não realizar qualquer permuta de ações de Subsidiária ligada às Concessões da Bacia do Parnaíba, exceto mediante autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia-Geral. Exclusivamente em relação às sociedades do Grupo STR Energia, a limitação acima referida, perdurará enquanto existente qualquer Empréstimo Autorizado Emissora/STR Energia;

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200



- j) manter válidas todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares, materiais e necessários à sua operação;
- k) cumprir com todas as leis, regras e determinações de órgãos governamentais aplicáveis, especialmente de natureza trabalhistas e ambientais, inclusive os Princípios do Equador, cujo descumprimento cause uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido na Cláusula 11.1.1 abaixo);
- l) comunicar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, observado o disposto nesta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de sua ocorrência, informações sobre qualquer descumprimento pela Emissora de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura ou sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou de um inadimplemento no âmbito desta Escritura;
- m) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer procedimento judicial, arbitral ou administrativo relevante à Emissora e/ou aos Garantidores que possam afetar a solidez ou liquidez das Garantias ou a capacidade de pagamento da Emissora das obrigações aqui estabelecidas;
- n) solicitar, tempestivamente, restituições tributárias e/ou efetuar os pagamentos de quaisquer tributos devidos, exceto aqueles que sejam objeto de medidas judiciais ou administrativas propostas de boa-fé pela Emissora e/ou suas Controladas e que estejam em conformidade com os procedimentos e instruções previstos pela legislação brasileira;
- o) manter cobertura de seguros dos ativos relacionados ao Projeto, contratada junto a seguradora de renome internacional, de reconhecida capacidade financeira;
- p) adimplir tempestiva e adequadamente com todas as obrigações legais e contratuais, inclusive as relacionadas a exploração, desenvolvimento e produção das concessões detidas pela Emissora e/ou suas Controladas, tal como estabelecidas nos Contratos de Concessão, *joint operating agreements*, *farm-out agreements* e contratos de consórcio relacionados às Concessões da Bacia do Parnaíba;
- q) comunicar ao Agente Fiduciário toda e qualquer alteração nos Contratos de Concessão, *joint operating agreements*, *farm-out agreements* e contratos de consórcio relacionados às Concessões da Bacia do Parnaíba;
- r) permitir, sempre que solicitado, e mediante notificação prévia de 05 (cinco) dias úteis, o acesso e a inspeção do Agente Fiduciário aos respectivos livros sociais e às propriedades ou localidades onde a Emissora e/ou suas Controladas e/ou Garantidoras desenvolvem suas atividades;
- s) conduzir seus negócios, manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as melhores práticas empresariais e com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



[Handwritten signature]



- t) contratar, com a concordância do Coordenador Líder, e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Banco Mandatário, Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- u) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia-Geral de Debenturistas pela Emissora;
- v) comparecer às Assembleias-Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- w) disponibilizar e/ou informar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, nos prazos abaixo especificados, os seguintes documentos e/ou eventos:

(1) Demonstrações financeiras anuais devidamente auditadas, bem como as demonstrações financeiras trimestrais não auditadas (e não sujeitas a revisão limitada), preparadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto, se aplicável, com uma declaração de certificação emitida em conjunto pelo Diretor Presidente e o Diretor Financeiro, sendo certo que tais demonstrações financeiras serão disponibilizadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do encerramento do ano fiscal ou do trimestre no qual se levantou as demonstrações financeiras intermediárias;

(2) Quaisquer decisões emitidas pelas autoridades governamentais, especialmente a Agência Nacional de Petróleo – ANP, que possam resultar em uma Mudança Adversa Relevante para as atividades dos Garantidores e da Emissora e suas Controladas; e

(3) Plano de Negócios Anual, imediatamente após a sua conclusão.

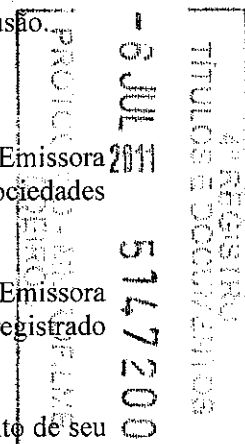
- x) nos termos do artigo 17 da Instrução 476:

(1) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

(2) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;

(3) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;

(4) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no item (3) acima em sua página na Internet;



- (5) observar as disposições da Instrução CVM n. 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (6) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
- (7) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

8.2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, nesta Escritura e nas Garantias, os Garantidores adicionalmente obrigam-se, conforme aplicável, a:

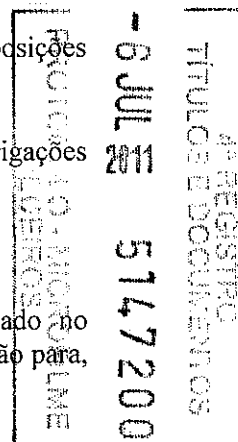
- a) exclusivamente com relação à STR Recursos Naturais, apresentar aos Debenturistas demonstrações financeiras consolidadas, relativas a cada exercício social, devidamente auditadas, preparadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto, se aplicável, com uma declaração de certificação emitida em conjunto pelo Diretor Presidente e o Diretor Financeiro, sendo certo que tais demonstrações financeiras serão disponibilizadas no prazo máximo de 120 (cento e vinte) contados do encerramento do ano fiscal;
- b) fornecer ao Agente Fiduciário, informações sobre quaisquer descumprimentos de cláusulas, termos ou condições desta Escritura ou dos documentos de Garantia, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento;
- c) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; e
- d) adimplir, se aplicável, tempestiva e adequadamente com todas as obrigações legais e contratuais relacionadas às Concessões da Bacia do Parnaíba.

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;



- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução 28;
- f) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- g) ser uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- h) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- m) verificou a regularidade da constituição das Garantias previstas nesta Escritura e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

9.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência do Agente Fiduciário, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia-Geral dos Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.5 abaixo.

9.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.



9.3.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia-Geral dos Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.3.3. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado no Registro do Comércio competente e averbado no cartório de registro de títulos e documentos das comarcas competentes, incluindo a comarca da sede do agente fiduciário substituto, caso o agente fiduciário substituto esteja localizado em outra comarca.

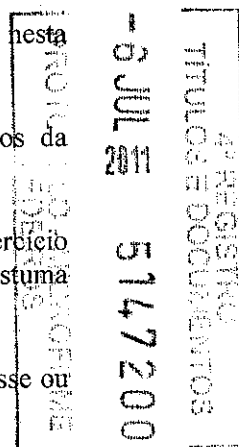
9.3.4. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia-Geral de Debenturistas.

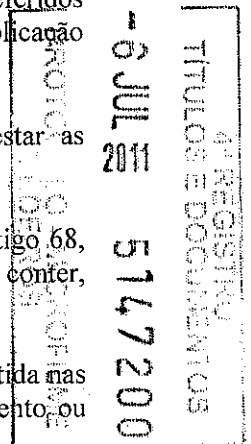
9.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

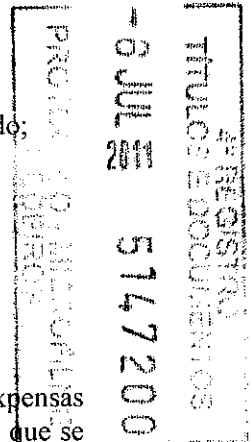
- a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- e) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



- f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- i) verificar a regularidade da constituição das Garantias, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, e observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de notificação que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- l) convocar, quando necessário, Assembleia-Geral dos Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 5.16 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- m) comparecer às Assembleias-Gerais dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



- (5) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (6) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (7) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;
 - (9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias previstas na Escritura;
 - (10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução 28; e
 - (11) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- o) disponibilizar o relatório de que trata a alínea n) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (1) na sede da Emissora;
 - (2) no seu escritório ou, se instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (3) na CVM;
 - (4) na CETIP; e
 - (5) no endereço do Agente Fiduciário;
- p) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 5.16 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea n) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea o) acima;
- q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à



[Handwritten signature]



divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- r) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação poderá discriminar as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e
- u) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento.

9.5. Atribuições Específicas. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo, sem limitação, a excussão das Garantias; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5 acima, se, convocada a Assembleia-Geral de Debenturistas, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, parcelas trimestrais no valor de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo a primeira devida no 3º (terceiro) dia útil após a

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200

④

DEPTO. JURÍDICO
DE ACORDO
PLANNER



data de assinatura desta Escritura e as demais, a cada aniversário trimestral da data do primeiro pagamento.

9.6.1. O Agente Fiduciário fará jus a uma remuneração adicional, em caso de vencimento antecipado das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, observado o valor mínimo de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de comprovação da entrega pelo Agente Fiduciário e aprovação, pela Emissora, do relatório de horas, referente às atividades de (i) assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e/ou assembleias gerais de Debenturistas; (iii) implementação das decisões tomadas pelos Debenturistas; e (iv) execução das Garantias e/ou das Debêntures.

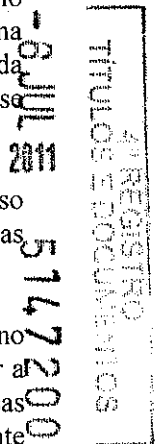
9.6.2. A remuneração não inclui as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.6.3. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: (i) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); (ii) Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS); e (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.4. A remuneração disposta na Cláusula 9.6 acima, acrescida da remuneração adicional, conforme previsto na Cláusula 9.6.1 acima, será atualizada anualmente pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro-rata temporis*, se necessário.

9.6.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.6. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se referem os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais



despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

9.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 9.6.6 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas Garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.6.8. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão (i) multa não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

10. ASSEMBLEIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

10.1. À Assembleia-Geral dos Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.2. Convocação. A Assembleia-Geral dos Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

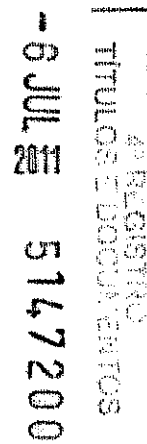
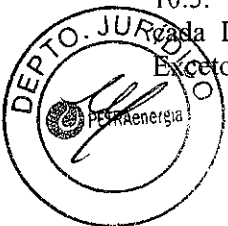
10.2.1. A convocação da Assembleia-Geral dos Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.2.2. A Assembleia-Geral dos Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia-Geral dos Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia-Geral dos Debenturistas em primeira convocação.

10.3. Quorum de Instalação. A Assembleia-Geral dos Debenturistas se instalará em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.4. Mesa Diretora. A presidência da Assembleia-Geral dos Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.5. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da Assembleia-Geral dos Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.5.1 abaixo, todas as deliberações tomadas em Assembleia-



[Handwritten signature]



Geral dos Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.5.1. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula anterior: (i) os quoruns diferentes e expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e (ii) as alterações propostas pela Emissora, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia-Geral dos Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), (a) dos quoruns estabelecidos nesta Escritura; (b) das disposições estabelecidas nesta cláusula; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 5.8.5 acima; (d) de quaisquer Datas de Pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas ao Resgate ou Amortização Antecipado; (h) de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (i) das Garantias previstas nesta Escritura.

10.5.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia-Geral dos Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia-Geral dos Debenturistas.

10.6. Debêntures em Circulação. Para todos os fins e efeitos desta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas Controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), Controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob Controle Comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

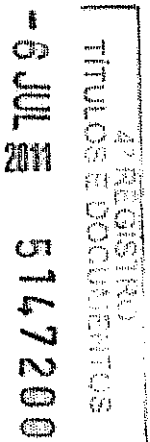
11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. A Emissora e os Garantidores declaram e garantem ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, cada qual individualmente e em relação a si próprio, que:

- a) a Emissora e os Garantidores pessoas jurídicas são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações ou de sociedade limitada, conforme o caso, de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- b) a Emissora e os Garantidores pessoas jurídicas estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e os documentos das Garantias (os “Documentos da Emissão”), o Contrato de Distribuição e o Contrato de Swap, bem como a cumprir com suas respectivas obrigações, e obtiveram todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, quando aplicável, à Emissão, à Oferta Restrita e às Garantias, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) as pessoas que as representam na assinatura dos Documentos da Emissão têm poderes bastantes para tanto;

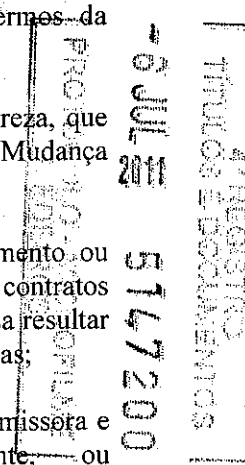


- d) os Documentos da Emissão constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- e) a celebração dos Documentos da Emissão, a Emissão, a Oferta Restrita e as Garantias aqui estipuladas (i) não infringem (a) seu estatuto social/contrato social, quando aplicável; (b) disposição legal, contrato ou instrumento dos quais sejam parte; (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que lhe são aplicáveis; e (ii) não resultarão em (a) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (c) exceto pelas Garantias, na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou dos Garantidores;
- f) pagaram todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria uma Mudança Adversa Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- g) cumprem todas as leis, regulamentos e normas administrativas envolvendo, sem limitação, aspectos trabalhistas, previdenciários, tributários e ambientais, bem como determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em uma Mudança Adversa Relevante;
- h) nesta data, (i) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades; e (ii) estão observando e cumprindo seus respectivos estatutos sociais e, exceto por aquelas cujo descumprimento não cause uma Mudança Adversa Relevante, quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil, contratos de concessão, *joint operating agreements*, *farm-outs* ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possam estar obrigados;
- i) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contrárias que, de acordo com seu melhor conhecimento, razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ter uma Mudança Adversa Relevante;
- j) mantém cobertura de seguro de ativos com seguradora de reconhecida capacidade financeira, contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que estão engajadas e não têm qualquer razão para acreditar que não conseguirão renovar os seguros



existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Mudança Adversa Relevante;

- k) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade de seus ativos; (iii) o acesso a seus ativos seja permitido apenas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração; e (iv) os ativos registrados em sua contabilidade sejam comparados com os ativos existentes em intervalos razoáveis de tempo e as medidas apropriadas sejam tomadas em relação a quaisquer diferenças; exceto onde a não manutenção de um sistema de controle interno de contabilidade não possa razoavelmente resultar em uma Mudança Adversa Relevante;
- l) possuem e detêm o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-las a continuar conduzindo seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em uma Mudança Adversa Relevante;
- m) na data de liquidação das Debêntures e, imediatamente após, a Emissora, após ter efetuado a colocação das Debêntures, serão solventes, nos termos da legislação brasileira;
- n) não omitiram do Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Mudança Adversa Relevante;
- o) não descumpriram ou vêm descumprindo qualquer norma, regulamento ou diretiva da ANP, ou ainda qualquer obrigação decorrente dos contratos celebrados no âmbito das Concessões da Bacia do Parnaíba, que possa resultar uma Mudança Adversa Relevante ou impactar a execução das Garantias;
- p) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pela Emissora e pelos Garantidores ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da Emissão, são corretas, verdadeiras, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- q) a Emissora e os Garantidores ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial,



quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público; e

- r) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e aos Garantidores, que constam dos Documentos da Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes.

11.1.1. Para fins desta cláusula, "Mudança Adversa Relevante" significa qualquer mudança adversa relevante nos negócios, na condição financeira ou nos ativos da Emissora e/ou dos Garantidores.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

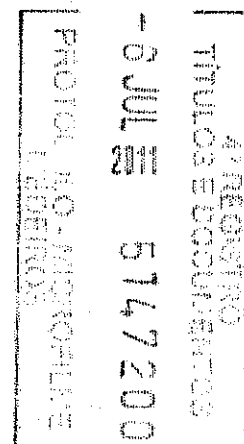
12.1. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores:

Petra Energia S.A.
STR Projetos e Participações Ltda.
STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A.
STR Energia Ltda.
Petra Energia Parnaíba Ltda.
Roberto Viana Batista Júnior
Philip Yang
Rua Piauí 874
01241-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Roberto Viana Batista Júnior
Sr. Philip Yang
Telefone: (11) 3124-2470
Fac-símile: (11) 3826-4271
Correio Eletrônico: rvb@petraenergia.com.br
py@petraenergia.com.br

Com cópia para:

Pinheiro Guimarães – Advogados
Av. Paulista 1842, Torre Norte, 24º andar
01310-923 São Paulo, SP
At.: Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães
Sra. Ivie Moura Alves
Telefone: (11) 4501-5000
Correio Eletrônico: fpg@pinheiroguimaraes.com.br
imoura@pinheiroguimaraes.com.br



Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.

Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar
04538-132 São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2628

Fac-símile: (11) 3078-7264

Correio Eletrônico: vrodrigues@plannercorretora.com.br

12.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

12.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Custos, Despesas e Taxa de Estruturação de Emissão. Todas e quaisquer despesas e custos incorridos com a auditoria legal e financeira da Emissora, a Emissão, a Oferta Restrita ou a execução dos valores devidos nos termos desta Escritura e dos instrumentos das Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços (advogados e consultores externos, sendo certo que os custos incorridos com honorários advocatícios deverão ser previamente aprovados pela Emissora e serão limitados ao custo máximo de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures ("Custos e Despesas da Emissão") serão de responsabilidade da Emissora.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica. Esta Escritura, as Debêntures, as Garantias, constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Cessão. Os Debenturistas poderão ceder os direitos e obrigações decorrentes da presente Escritura, observado ainda, que:

(a) diante da inexistência de um Evento de Inadimplemento, os Debenturistas não poderão ceder referidos direitos e obrigações a (i) investidores que no momento de cessão tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5,0 % (cinco por cento) do capital social total de quaisquer das seguintes empresas: (1) HRT, (2) OGX Petróleo e Gás Participações S.A., (3) MPX Energia S.A., (4) Queiroz Galvão Óleo e



Gás S.A. e (5) Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. e suas respectivas afiliadas e (ii) quaisquer outras companhias do setor de petróleo e gás; e

(b) diante da ocorrência e continuidade de um Evento de Inadimplemento, os Debenturistas poderão realizar transferências sem quaisquer restrições.

12.6. Sucessão. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.7. Aditamentos. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser inscritos na JUCERJA e averbados no cartório de registro de títulos e documentos das comarcas competentes.

12.8. Independência. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.9. Veracidade das Informações. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

12.10. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

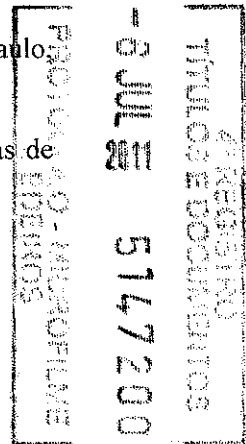
12.11. Foro. Fica eleito o foro Central da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 28 de junho de 2011.

(As assinaturas seguem nas próximas páginas.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



Handwritten signature or mark.



Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado em 28 de junho de 2011, entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia Parnaíba Ltda., Roberto Viana Batista Júnior e Philip Yang – Página de Assinaturas 1/9.

PETRA ENERGIA S.A.

Nome: **Roberto Viana Batista Júnior**
 Cargo: **Presidente Executivo**

Nome: **Philip Yang**
 Cargo: **Vice-Presidente Executivo**

6º RTD Rua do Carmo 57 - 3º Andar - Centro-RJ
 Tels. (21) 2233-7878 / www.6rd-rj.com.br
 REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
 A MARGEM, O QUE CERTIFICO

- ☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
- ☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
 CTPS nº 28.122/024-RJ
- ☒ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto
 CTPS nº 25276/015-RN
- ☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta
 CTPS nº 7324128-001-RJ

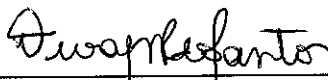


RECIBO
 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
 5 JUL 2011 5167200



Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado em 28 de junho de 2011, entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia Parnaíba Ltda., Roberto Viana Batista Júnior e Philip Yang – Página de Assinaturas 2/9.

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: _____
Cargo: _____
Viviane Rodrigues
Diretora


Nome: _____
Cargo: _____
Flavio D. Aguejoni
Procurador

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 3 JUL 2011 5147200
PROCURADOR MOBILIÁRIO



Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado em 28 de junho de 2011, entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia Parnaíba Ltda., Roberto Viana Batista Júnior e Philip Yang – Página de Assinaturas 3/9.

STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome:

Cargo: Administrador

Nome:

Cargo: Administrador Fundador

Q

REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200
PROJETO DE LEI Nº 11.100/2011

6º OFÍCIO
REGISTRO DE
TÍTULOS E
DOCUMENTOS
www.6rtd-rj.com.br



Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado em 28 de junho de 2011, entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia Parnaíba Ltda., Roberto Viana Batista Júnior e Philip Yang – Página de Assinaturas 4/9.

STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES EM RECURSOS NATURAIS S.A.

Nome: **Roberto Viana Batista Júnior**
Cargo: **Presidente Executivo**

Nome: **Philip Yang**
Cargo: **Vice-Presidente Executivo**

[Handwritten mark]

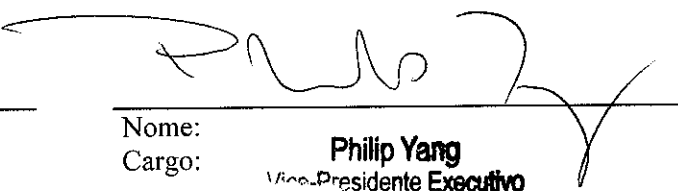
PROTOK.1216593
- 0 JUL 2011 5147200
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado em 28 de junho de 2011, entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia Parnaíba Ltda., Roberto Viana Batista Júnior e Philip Yang – Página de Assinaturas 5/9.

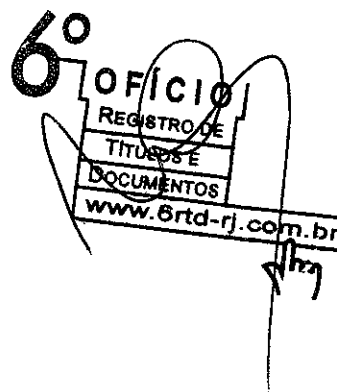
STR ENERGIA LTDA.

Nome: 
 Cargo: Roberto Viana Batista Júnior
 Presidente Executivo

Nome: 
 Cargo: Philip Yang
 Vice-Presidente Executivo



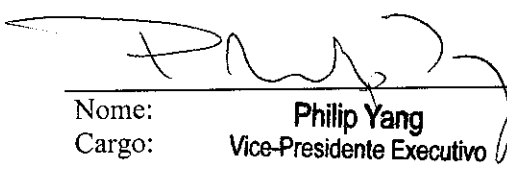
PRODUTOS DE MONITORIA
 TÍTULOS E DOCUMENTOS
 - 6 JUL 2011 5147200



Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado em 28 de junho de 2011, entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia Parnaíba Ltda., Roberto Viana Batista Júnior e Philip Yang – Página de Assinaturas 6/9.

PETRA ENERGIA PARNAÍBA LTDA.

Nome: 
Cargo: Roberto Viana Batista Júnior
Presidente Executivo

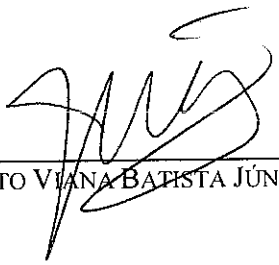
Nome: 
Cargo: Philip Yang
Vice-Presidente Executivo



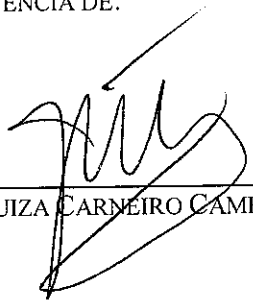
REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200
FOLIO 001 DE 001



Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado em 28 de junho de 2011, entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia Parnaíba Ltda., Roberto Viana Batista Júnior e Philip Yang – Página de Assinaturas 7/9.


ROBERTO VIANA BATISTA JÚNIOR

COM ANUÊNCIA DE:


MARIA LUIZA CARNEIRO CAMPOS VIANA BATISTA

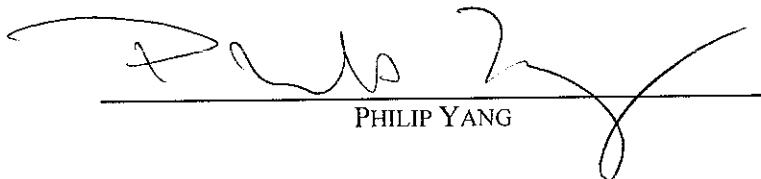


PROTOK. 1 21 6593
5147200
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

6º OFÍCIO
REGISTRO DE
TÍTULOS E
DOCUMENTOS
www.6rtd-rj.com.br



Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado em 28 de junho de 2011, entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia Parnaíba Ltda., Roberto Viana Batista Júnior e Philip Yang – Página de Assinaturas 8/9.

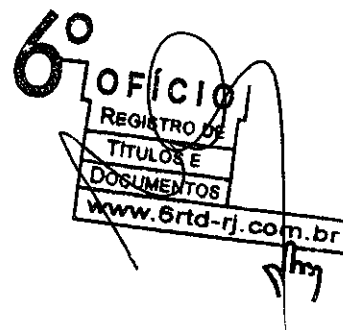

PHILIP YANG

COM ANUÊNCIA DE:


PATRICIA MARIA VANZELLA



4. REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 0 JUL 2011 5147200
PROTOK.1 21 6593



Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado em 28 de junho de 2011, entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia Parnaíba Ltda., Roberto Viana Batista Júnior e Philip Yang – Página de Assinaturas 9/9.

TESTEMUNHAS

Nome: Cássia de Oliveira
 RG: 45.155.121-7 SSP/SP
 CPF/MF: 342.086.718-23

Nome: Renato Martinelli Campana
 RG: 28.971.788-8
 CPF/MF:

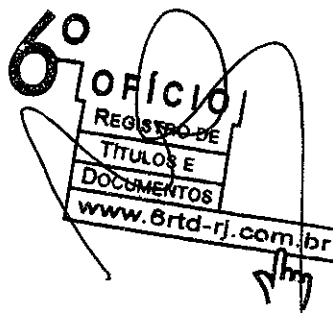
4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
 Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 00.346.719/0001-89
 Rua XV de Novembro, 251 - 2º andar - Centro - CEP. 01013-001 - São Paulo/SP
 Emol. R\$ 7.052,99
 Estado R\$ 2.004,54
 Ipesp R\$ 1.484,84
 R. Civil R\$ 371,21
 T. Justiça R\$ 371,21
 Total R\$ 11.284,79
 Selos e taxas
 Recolhidos
 p/verba

Protocolado e prenotado sob o n. **46.173** em
06/07/2011 e registrado, hoje, em microfilme
 sob o n. **5.147.200**, em títulos e documentos.
 São Paulo, 06 de julho de 2011

Ivanildo José da Rocha - Escrevente Autorizado

Q

PROTOCOLADO - MICROFILME
 6 JUL 2011 5147200
 4º REGISTRO
 TÍTULOS E DOCUMENTOS



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
PETRA ENERGIA S.A.**

ANEXO A

**CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DA TOTALIDADE DAS QUOTAS DE
EMISSÃO DA STR ENERGIA, DA STR PROJETOS E DA STR RECURSOS NATURAIS**



4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200
PROT. 1 21 6593



CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

entre

ANEXO
Registro de Títulos e Documentos
6º Ofício - RJ

STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES EM RECURSOS NATURAIS S.A.
STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
na qualidade de Alienantes

STR ENERGIA LTDA.
na qualidade de Sociedade

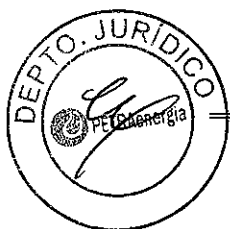
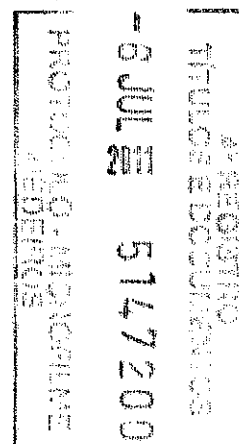
PETRA ENERGIA S.A.,
na qualidade de Devedora

e

PLANNER TRUSTEE D.T.V.M. LTDA.
na qualidade de Agente Fiduciário e Representante dos Debenturistas

BANCO BTG PACTUAL S.A.
na qualidade de Credor

em [DATA]



CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

O presente Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças (doravante designado como "Contrato") é celebrado entre:

(A) **STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES EM RECURSOS NATURAIS S.A.** ("STR Recursos Naturais"), sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Rua Piauí, nº 874, Bairro Higienópolis, CEP 01241-000, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 12.251.676/0001-37, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

(B) **STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.** ("STR Projetos" e, em conjunto com STR Recursos Naturais, "Alienantes"), sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Albuquerque Lins 537, sala 108, CEP 01230-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.943.726/0001-07, neste ato representada na forma de seu Contrato Social,

(C) **STR ENERGIA LTDA.** ("Sociedade"), sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Piauí, nº 874, Bairro Higienópolis, CEP 01241-000, neste ato representada na forma de seu Contrato Social,

(D) **PETRA ENERGIA S.A.** ("Devedora" e/ou "Companhia", conforme aplicável), sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco 157, CEP 20040-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.243.291/0001-98, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

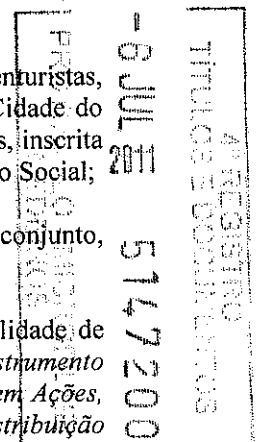
(E) **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures objeto da Escritura (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"); e

(F) **BANCO BTG PACTUAL S.A.** ("BTG Pactual" e, em conjunto com os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, "Credores"), instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

Sendo as Alienantes, a Sociedade, a Devedora e os Credores doravante denominados, em conjunto, "Partes";

CONSIDERANDO que, em 28 de junho de 2011, o Agente Fiduciário, agindo na qualidade de representante dos Debenturistas, a Devedora e outras partes celebraram, *inter alia*, o *Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A.* ("Escritura", sendo as debêntures nela mencionadas denominadas doravante de "Debêntures");

CONSIDERANDO que, em 27 de junho de 2011, o BTG Pactual, a Devedora e outras partes celebraram o *Instrumento Particular de Troca de Parâmetros – Swap N.º SW 1200/11* ("Contrato de Swap", sendo a operação de swap nela mencionada denominadas doravante de "Swap");



CONSIDERANDO que, as Alienantes são as únicas atuais quotistas da Sociedade, titulares e legítimas possuidoras de todas as quotas representativas do capital social da Sociedade, conforme descrito no Anexo B ao presente Contrato; e

CONSIDERANDO que, para garantir o fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações provenientes (i) das Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento do Valor Garantido (conforme esse termo é definido na Escritura), conforme descritas nos Documentos da Emissão (conforme esse termo é definido na Escritura), obrigações essas mais detalhadamente descritas no Anexo A ao presente Contrato ("Obrigações Garantidas das Debêntures"); e (ii) do *Swap*, conforme descritas no Contrato de *Swap*, obrigações essas mais detalhadamente descritas no Anexo A ao presente Contrato ("Obrigações Garantidas do Swap") e, em conjunto com as Obrigações Garantidas das Debêntures, "Obrigações Garantidas" (sendo os Documentos da Emissão e o Contrato de *Swap* denominados, em conjunto, "Documentos das Obrigações Garantidas"), as Alienantes concordam em alienar fiduciariamente aos Credores as Quotas Alienadas Fiduciariamente (conforme definido abaixo), de acordo com os termos e condições a seguir previstos.

Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa neste Contrato, os termos em maiúsculo aqui empregados terão os significados a eles respectivamente atribuídos nos Documentos das Obrigações Garantidas, tal como aqui se encontrassem integralmente transcritas. Todas as referências contidas neste Contrato a quaisquer contratos ou documentos significam uma referência a tais instrumentos, tal como aditados, modificados e complementados de tempos em tempos. Todas as referências ao Agente Fiduciário contidas neste Contrato deverão ser interpretadas como sendo uma referência ao Agente Fiduciário, agindo na condição de representante dos Debenturistas ou, conforme o caso, da Sociedade, desde que em qualquer hipótese, de acordo com as instruções, condições, obrigações e prerrogativas estabelecidas na Escritura.

POSTO ISSO, as Partes acima nomeadas têm entre si justo e contratado o quanto segue, a que se obrigam em caráter irrevogável e irretratável, por si e seus sucessores e cessionários.

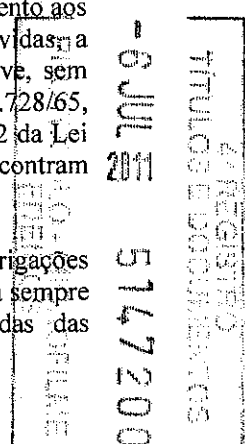
1. OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

1.1. A Devedora deverá cumprir integralmente e efetuar pontualmente o integral pagamento aos Credores de todas as Obrigações Garantidas, devidas ou que venham a ser devidas, a qualquer tempo, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, inclusive, sem qualquer limitação, as que, em atendimento ao disposto no artigo 66-B da Lei 4.728/65, com a redação dada pela Lei n.º 10.931/04, e, no que for aplicável, ao artigo 1.362 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), se encontram descritas no Anexo A ao presente Contrato.

1.2. Fica desde já certo e ajustado que qualquer pagamento realizado em relação às Obrigações Garantidas, inclusive em decorrência da Excussão (conforme definido abaixo), será sempre realizado de forma proporcional ao saldo devedor das Obrigações Garantidas das Debêntures e ao saldo devedor das Obrigações Garantidas do *Swap*.

2. GARANTIAS

2.1. A fim de garantir o fiel, pontual e integral pagamento de todas as Obrigações Garantidas, as Alienantes, pelo presente, de forma irrevogável e irretratável, alienam fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, e ao BTG Pactual, de acordo com as disposições do artigo 66-B da Lei n.º 4.728/65, com a redação dada pela Lei n.º 10.931/04, e com as disposições dos artigos 40, 100 e 113 da Lei 6.404/76, conforme alterada, conforme aplicável, e com as disposições do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, no que aplicável, de forma exclusiva e absoluta, a totalidade das



Handwritten signature.



ANEXO
Registro de Títulos e Documentos
6º Ofício - RJ

quotas de titularidade das Alienantes, representativas de 100 % (cem por cento) do capital social total da Sociedade, conforme indicadas ou que venham a ser indicadas a qualquer tempo no Anexo C ao presente Contrato (doravante designadas como "Quotas Alienadas Fiduciariamente"). A alienação fiduciária compreenderá o quanto segue (doravante, coletivamente, designado como "Garantia"):

(i) todas as Quotas Alienadas Fiduciariamente e todos os lucros e dividendos, valores, direitos, bonificações, certificados, títulos, direitos e outros bens, a qualquer tempo recebidos, devidos e a qualquer título distribuídos às Alienantes, com relação às Quotas Alienadas Fiduciariamente ou em troca de tais quotas, no todo ou em parte, observados os termos da Cláusula 5.1 abaixo; e

(ii) o direito de subscrição de novas quotas representativas do capital social da Sociedade, bem como quaisquer outros direitos e frutos que, a qualquer tempo, sejam concernentes às Quotas Alienadas Fiduciariamente, ou a elas atribuídos ou delas decorrentes, nos termos da lei aplicável, inclusive sem qualquer limitação em decorrência de acordo de quotistas.

- 2.2. Sem prejuízo do acima exposto, as Alienantes obrigam-se, ainda, a, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de ocorrência do disposto nos itens (i) e (ii) abaixo, celebrar aditamento a este Contrato para alienar fiduciariamente em garantia aos Credores, tudo o quanto a seguir descrito, mediante o integral cumprimento das formalidades previstas na Cláusula 3.1 abaixo, e desde que observado os limites e condições deste Contrato, especialmente aquele contido na Cláusula 2.1 acima (doravante denominada como "Garantia Adicional"):

(i) quaisquer novas quotas adicionais subscritas, adquiridas ou que, a qualquer título, venham a ser de titularidade das Alienantes (quaisquer dessas quotas adicionais deverão integrar as Quotas Alienadas Fiduciariamente, para efeitos da respectiva definição de tais quotas no presente Contrato e os termos e condições deste Contrato), e todos os lucros e dividendos, valores, bonificações, certificados, títulos, direitos e quaisquer outros bens, a qualquer tempo, recebidos, devidos ou, a qualquer título, distribuídos com relação às Quotas Alienadas Fiduciariamente ou em troca de tais quotas, no todo ou em parte; e

(ii) quaisquer outros bens entregues, a partir da presente data, às Alienantes em substituição ao indicado na alínea (i) acima, frutos por ele produzidos ou, ainda, adicionalmente ao ali previsto, todos os certificados, instrumentos e documentos representativos ou comprobatórios de tais bens, bem como todos os valores, valores mobiliários, bonificações, participações, lucros e dividendos, direitos e quaisquer outros bens, a qualquer tempo, e periodicamente, recebidos, devidos ou, a qualquer título, distribuídos com relação ou em substituição ao acima descrito, no todo ou em parte, inclusive, sem qualquer limitação, em decorrência de qualquer redução do capital social, transformação da Sociedade em sociedade por ações, incorporação, fusão, cisão, permuta de quotas, conferência de bens, liquidação ou dissolução, total ou parcial, ou qualquer outra reorganização societária da Sociedade.

- 2.3. Qualquer referência neste Contrato a Quotas Alienadas Fiduciariamente ou Garantia será igualmente considerada como uma referência a qualquer Garantia Adicional, tal como prevista na Cláusula (ii) acima.

- 2.4. O Agente Fiduciário, automática e independentemente de autorização dos Debenturistas, e o BTG, automática e independentemente de autorização, deverão liberar e desconstituir integralmente a Garantia, mediante termo de liberação por escrito em até 15(quinze) dias



8



contados da data do integral pagamento de todas as Obrigações Garantidas, devendo a Devedora adiantar ou ressarcir, conforme o caso, os Credores por todos os custos por eles incorridos para tal fim.

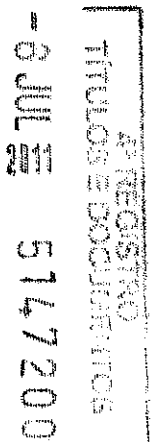
3. FORMALIDADES

3.1. As Alienantes, e/ou a Devedora e/ou a Sociedade, às suas expensas, deverão realizar a apresentação deste Contrato e de qualquer aditamento a este Contrato para registro nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes localizados na cidade onde cada parte contratante ao presente seja domiciliada, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da celebração do presente Contrato e de qualquer aditamento a este Contrato, devendo as Alienantes e/ou a Devedora e/ou a Sociedade apresentarem comprovação de tal registro aos Credores imediatamente após sua realização.

3.2. As Alienantes deverão realizar a alteração do contrato social da Sociedade a fim de evidenciar o ônus criado por meio deste Contrato, mediante a inclusão de cláusula com a seguinte redação, sendo que cópia do protocolo de tal alteração do contrato social nos registros de comércio competentes deverá ser entregue aos Credores no prazo de 5 (cinco) dias da data de assinatura deste Contrato e/ou de qualquer aditamento a este Contrato:

"Todas as quotas representativas do capital social da Sociedade de titularidade de STR Energia Ltda., de STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A. e de STR Projetos e Participações Ltda., bem como todos os dividendos, rendimentos, juros sobre capital próprio e demais valores que venham a ser distribuídos com relação a tais quotas e os eventuais valores mobiliários nos quais elas possam ser convertidas, foram alienadas fiduciariamente em favor (i) dos titulares das debêntures da primeira emissão da Petra Energia S.A., representados por Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., enquanto agente fiduciário da primeira emissão de debêntures da Petra Energia S.A. ("Agente Fiduciário"), e (ii) do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), tudo de acordo e conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças, conforme alterado ("Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas"), o qual se encontra arquivado na sede da Sociedade. Todas as quotas, bens e ou direitos alienados fiduciariamente acima descritos não poderão ser, de qualquer forma, vendidos, cedidos, alienados, gravados ou onerados, sem a prévia aprovação do Agente Fiduciário e do BTG Pactual, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas. A sócia apenas exercerá os seus direitos patrimoniais e de voto de acordo com os termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas."

3.3. A Devedora será responsável e deverá adiantar ou ressarcir, conforme o caso, os Credores por todos os custos, tributos, emolumentos e despesas necessários e comprovadamente realizados para o preparo, celebração, registro e formalização deste Contrato ou quaisquer outros documentos produzidos de acordo com este Contrato (incluindo aditamentos a este Contrato), sendo que a Sociedade, conjuntamente com as Alienantes, será responsável por ressarcir os Credores por, entre outros, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais, razoavelmente incorridos ou pagos pelos Credores, na hipótese de execução deste Contrato (quer de forma amigável, judicial ou extrajudicialmente ou por qualquer outro meio). Se as Alienantes, a Devedora e/ou a Sociedade deixar(em) de cumprir qualquer avença contida no presente Contrato, os Credores poderão, sem a tanto estarem obrigados, cumprir referida avença, ou providenciarem o seu cumprimento, sendo certo que a Devedora será responsável por todas as respectivas despesas, incorridas pelos Credores para tal fim, e as quais estarão compreendidas no objeto da Garantia.



[Handwritten signature]



4. COMPROMISSOS, DECLARAÇÕES E GARANTIAS DAS ALIENANTES, DA DEVEDORA E DA SOCIEDADE

4.1. Sem prejuízo do disposto nos Documentos das Obrigações Garantidas, as Alienantes, a Devedora e a Sociedade obrigam-se, em caráter conjunto e solidário, a:

(i) defender os direitos dos Credores com relação à Garantia, às custas e expensas das Alienantes e da Devedora, contra quaisquer reivindicações e demandas de terceiros relacionadas às Quotas Alienadas Fiduciariamente e/ou à Garantia;

(ii) não vender, ceder, transferir, conferir, permutar, empenhar ou, a qualquer título, gravar ou alienar, ou outorgar qualquer opção, garantia, direito, contrato ou compromisso relativo a qualquer Garantia, salvo conforme permitido nos termos deste Contrato e dos Documentos das Obrigações Garantidas, ou não criar ou permitir que exista qualquer ônus, direito real de garantia, penhor, mandato, contrato de compra, restrições, acordos de resgate, acordo de quotistas ou qualquer ônus ou gravame sobre a Garantia, ou a ela relacionado, exceto:

(a) pelos ônus resultantes deste Contrato;

(b) pelo disposto nos Documentos das Obrigações Garantidas, inclusive as disposições e as exceções relativas a qualquer Evento de Liquidez (conforme tal termo é definido na Escritura); ou

(c) mediante o consentimento prévio e por escrito dos Credores.

(iii) a qualquer tempo e às expensas da Devedora, prontamente (a) firmar e entregar, ou providenciar a celebração e a entrega de todos os mandatos, cessões, alterações aos atos constitutivos da Sociedade, instrumentos e documentos (inclusive, sem qualquer limitação, quaisquer aditamentos ao presente Contrato) relativos à Garantia; (b) tomar todas as medidas necessárias para o devido registro da Garantia nos termos deste Contrato na documentação societária da Sociedade; e (c) tomar todas as demais medidas que venham a ser necessárias ou exigidas, ou que os Credores, de forma razoável, possam vir a solicitar para o fim de formalizar, aperfeiçoar e proteger a Garantia, ou cuja instituição seja objetivada pelo presente, ou para permitir o exercício e exequibilidade pelos Credores dos respectivos direitos e recursos que lhes são outorgados por este Contrato e pela lei aplicável, nos termos deste Contrato, bem como a implementação das disposições aqui contidas ou a consecução das finalidades visadas pelo presente;

(iv) fornecer aos Credores, quaisquer informações ou documentos relativos à Garantia, informações e documentos esses que os Credores possam, de forma razoável e mediante aviso entregue com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, vir a solicitar, sendo certo, entretanto, que, na ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme esse termo é definido na Escritura ou no Contrato de Swap) e enquanto este perdurar, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, as informações e os documentos previstos nesta Cláusula deverão ser fornecidos no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da respectiva solicitação;

(v) permitir aos Credores inspecionar todos os documentos e registros da Sociedade com relação à Garantia e produzir quaisquer cópias de referidos registros durante o horário comercial, conforme solicitado pelos Credores mediante aviso prévio entregue com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, ressalvado que, na



hipótese da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme esse termo é definido na Escritura ou no Contrato de Swap) e enquanto este perdurar, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, as providências previstas nesta Cláusula poderão ser tomadas mediante aviso prévio entregue com 2 (dois) dias úteis de antecedência;

(vi) não aprovar aumentos e reduções do capital social da Sociedade, a emissão de novas quotas representativas de tal capital (inclusive quaisquer opções ou demais direitos a ele relativos) ou a admissão de um novo quotista na Sociedade em decorrência da transferência, a qualquer título, de quotas ou direitos de subscrição, ou subscrição de novas quotas, exceto:

(a) pelo disposto nos Documentos das Obrigações Garantidas, inclusive as disposições e as exceções relativas a qualquer Evento de Liquidez (conforme tal termo é definido na Escritura); ou

(b) em decorrência de plano de opção de compra, limitado a 10% (dez por cento) do capital social, ou subscrição de ações de emissão da Sociedade; ou

(c) se, cumulativamente: (1) prévia e expressamente aprovado pelos Credores, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, e exceto nas hipóteses ali já previstas; (2) os beneficiários de quaisquer novas quotas tornem-se partes do presente Contrato, firmando quaisquer documentos que sejam necessários para tal fim; e (3) quaisquer novas quotas representativas do capital social da Sociedade sejam alienadas fiduciariamente aos Credores, por meio da celebração de aditamentos a este Contrato, na forma do Anexo D ao presente, para o fim de incorporar a respectiva Garantia Adicional em seu Anexo C, bem como sejam cumpridas todas as formalidades descritas na Cláusula 3.1 acima; e

(vii) não aprovar a conversão das Quotas Alienadas Fiduciariamente, no todo ou em parte, em qualquer outro tipo de valor mobiliário, qualquer bem ou valor, exceto:

(a) pelo disposto nos Documentos das Obrigações Garantidas, inclusive as disposições e as exceções relativas a qualquer Evento de Liquidez (conforme tal termo é definido na Escritura); ou

(b) se, cumulativamente: (1) tal conversão seja, prévia e expressamente, aprovada pelos Credores, por escrito; e (2) quaisquer desses valores mobiliários, bens ou valores, entregues ou pagos às Alienantes, em decorrência de seus direitos com relação às Quotas Alienadas Fiduciariamente, tornem-se parte integrante da Garantia e sujeitos aos termos do presente Contrato. Em tal hipótese, as Alienantes e a Sociedade comprometem-se a, de imediato, alienar fiduciariamente em garantia aos Credores ou constituir outra garantia em favor dos Credores sobre todos os valores mobiliários, bens ou valores decorrentes da conversão das Quotas Alienadas Fiduciariamente, que sejam suscetíveis de alienação fiduciária em garantia ou outra garantia, tal como os Credores venham a instruir. Caso quaisquer dos referidos valores mobiliários ou bens exijam a celebração de qualquer documento ou contrato adicional (inclusive quaisquer aditamentos ao presente Contrato, quer no todo ou em parte), para a constituição de garantia fiduciária sobre tais valores mobiliários ou bens em favor dos Credores, deverão então as Alienantes firmarem e entregarem aos Credores quaisquer dos respectivos documentos e contratos que os Credores julguem necessários ou apropriados para tal fim, bem como tomar quaisquer medidas necessárias para a satisfação de



quaisquer requisitos contemplados neste Contrato, incluindo, sem qualquer limitação, as formalidades previstas na Cláusula 3.1 acima.

4.2. As Alienantes, a Devedora e a Sociedade, neste ato, declaram e garantem que:

(i) as Quotas Alienadas Fiduciariamente foram devidamente subscritas ou adquiridas, conforme o caso, pelas Alienantes, e se encontram devidamente subscritas e integralizadas, conforme indicado no Anexo B a este Contrato, e registradas em nome das Alienantes no Contrato Social da Sociedade. Nenhuma Quota Alienada Fiduciariamente foi emitida com infração a qualquer direito, direito de preferência ou de qualquer outra natureza, de qualquer sócio da Sociedade, atual ou anterior;

(ii) as Alienantes são legítimas titulares e possuidoras das Quotas Alienadas Fiduciariamente, que se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, garantias, opções, contratos de compra, acordos de quotistas, restrições, acordos de resgate, encargos, dívidas ou quaisquer reivindicações adversas. As Alienantes possuem, individualmente, plenos poderes para alienar fiduciariamente a Garantia aos Credores, nos termos previstos no presente Contrato;

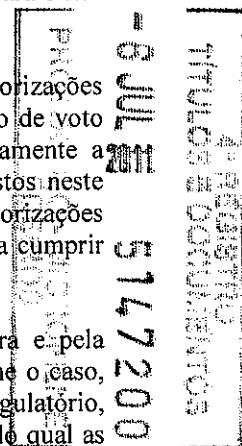
(iii) não existe qualquer reivindicação, demanda, ação judicial, inquérito ou processo pendente ou, tanto quanto as Alienantes e a Devedora e a Sociedade tenham conhecimento, feito, ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer árbitro, juízo ou qualquer outra autoridade com relação à Garantia. Sem limitar a generalidade do acima previsto, as Alienantes garantem e declaram que se encontram em dia com todas as suas obrigações relativas à Garantia;

(iv) a celebração e o cumprimento deste Contrato pelas Alienantes, pela Devedora e pela Sociedade foram devidamente autorizados por todas as respectivas autoridades competentes conforme exigido pela lei aplicável. Após o cumprimento das demais formalidades descritas na Cláusula 3.1 acima, a alienação fiduciária sobre a Garantia de acordo com este Contrato constituir-se-á em uma garantia fiduciária válida, perfeita, absoluta e sem concorrência sobre a Garantia, para o fim de garantir o pagamento das Obrigações Garantidas;

(v) as Alienantes possuem todos os poderes, capacidade e autorizações societárias necessários para celebrar o presente Contrato, detém o direito de voto com relação à Garantia, bem como os poderes para alienar fiduciariamente a Garantia e sobre ela instituir uma garantia fiduciária, nos termos previstos neste Contrato. A Devedora e a Sociedade possuem todos os poderes e autorizações societárias necessários para celebrar o presente Contrato, bem como para cumprir as obrigações a elas atribuídas, nos termos do presente;

(vi) a celebração e o cumprimento pelas Alienantes, pela Devedora e pela Sociedade deste Contrato não constituirão violação ou infração, conforme o caso, aos atos constitutivos das Alienantes, qualquer dispositivo legal ou regulatório, julgamento ou sentença de qualquer autoridade, ou a qualquer contrato de qual as Alienantes ou a Devedora ou a Sociedade sejam parte, ou que possa vincular a si ou quaisquer de seus bens, e não deverá resultar na instituição ou imposição de qualquer gravame ou direito real de garantia sobre quaisquer de seus bens, exceto o ônus instituído, nos termos do presente Contrato; e

(vii) o Anexo B ao presente contém a descrição de todas as quotas emitidas pela Sociedade, representativas da totalidade do capital social da Sociedade, bem como a totalidade das quotas de titularidade das Alienantes na presente data.



5. DIREITOS DE VOTO, DIVIDENDOS E DEMAIS REGRAS DE GOVERNANÇA

5.1. Exceto pela autorização legal para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ou pelas demais hipóteses previstas nos Documentos das Obrigações Garantidas, as Alienantes não terão o direito de receber quaisquer lucros, dividendos e participações com relação à Garantia, ressalvado que, caso o recebimento e retenção de quaisquer lucros, dividendos e participações pagos com relação à Garantia sejam realizados de forma contrária aos termos deste Contrato e/ou dos Documentos das Obrigações Garantidas, então todos e quaisquer:

(i) lucros, dividendos e participações pagos ou devidos, bem como títulos e quaisquer outros bens recebidos, devidos ou, a qualquer título, distribuídos com relação à Garantia, ou em substituição a ela;

(ii) lucros, dividendos e outras distribuições pagos ou devidos em dinheiro com relação a qualquer Garantia, em decorrência de liquidação ou dissolução, total ou parcial, ou, ainda, redução do capital, excesso de capital ou capital pago a maior; e

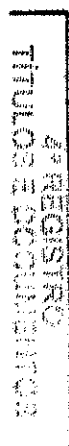
(iii) valores pagos, devidos ou, a qualquer título, distribuídos a título de amortização, resgate ou reembolso de qualquer Garantia,

deverão ser imediatamente entregues pela Sociedade aos Credores, para o fim de serem detidos como parte da Garantia, bem como, no caso de serem pagos às Alienantes, por esse deverão ser recebidos em caráter fiduciário, em depósito, em favor dos Credores, devendo ser segregados dos demais ativos ou recursos das Alienantes e, por fim, imediatamente entregues aos Credores, a título de Garantia na mesma forma como tenham sido recebidos (e devidamente endossados, se necessário).

5.2. As Alienantes deverão outorgar (ou providenciar para que sejam outorgados) aos Credores todos os mandatos e demais instrumentos, conforme os Credores possam, de forma razoável, vir a exigir, para o fim de permitir aos Credores, receber os lucros, dividendos ou participações previstos na Cláusula 5.1 acima.

5.3. Desde que não tenha ocorrido qualquer Evento de Inadimplemento (conforme esse termo é definido na Escritura ou no Contrato de *Swap*), nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, as Alienantes farão jus a exercer os direitos de voto inerentes às Quotas Alienadas Fiduciariamente, no todo ou em parte., ficando estabelecido que as Alienantes não exercerão tal direito de voto nem concederão qualquer consentimento, renúncia ou ratificação, tampouco praticarão qualquer outro ato que de qualquer maneira viole ou seja incompatível com quaisquer dos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas ou que teria o efeito de prejudicar a posição ou os direitos e remédios dos Credores.

5.4. Sem prejuízo dos demais direitos cabíveis aos Credores nos termos do presente Contrato, na ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme esse termo é definido na Escritura ou no Contrato de *Swap*) e enquanto este perdurar, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, as Alienantes não exercerão qualquer direito de voto, manifestação de consentimento e outro direito no que respeita às Quotas Alienadas Fiduciariamente, com relação às matérias a seguir relacionadas, sem a aprovação, prévia e por escrito, dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim, e do BTG Pactual:



- (i) a compra, alienação ou gravame de qualquer bem imóvel ou de qualquer parcela substancial de ativos;
- (ii) a incorporação da Sociedade, sua fusão, cisão ou transformação em qualquer outro tipo societário, bem como resgate ou amortização de quotas representativas do capital social da Sociedade, quer com redução, ou não, de seu capital social;
- (iii) a prática de qualquer ato, ou a celebração de qualquer documento, para o fim de aprovar, requerer ou concordar com falência, liquidação ou recuperação, judicial ou extrajudicial, da Sociedade;
- (iv) salvo nas hipóteses previstas nos Documentos da Emissão e como previsto na Cláusula 4.1 acima, item (vi), o aumento ou a redução do capital social da Sociedade;
- (v) a contratação de qualquer operação que, de qualquer forma, dê origem a novos endividamentos, ressalvados os casos permitidos nos Documentos das Obrigações Garantidas;
- (vi) a constituição de ônus, a outorga de garantias a quaisquer terceiros e outras operações fora do curso normal dos negócios da Sociedade;
- (vii) quaisquer alterações aos atos constitutivos da Sociedade com relação às matérias indicadas nos itens (i) ao (vi) acima;
- (viii) a rescisão antecipada dos contratos de compra e venda de petróleo e gás dos quais a Sociedade ou qualquer de suas Subsidiárias sejam partes; e
- (ix) a alienação, aquisição ou subscrição de quaisquer valores mobiliários representativos de participação detida atualmente ou que venham a ser detidas no futuro pela Sociedade em outras sociedades.

5.5. A Sociedade não registrará nem implementará qualquer voto das Alienantes que viole ou seja incompatível com quaisquer dos termos dos Documentos da Emissão ou que prejudique a eficácia, validade ou precedência da Garantia.

5.6. Na ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme esse termo é definido na Escritura ou no Contrato de *Swap*) e enquanto este perdurar, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, os Credores terão o direito de, observada justificativa adequada, exigir, e as Alienantes e a Sociedade ficarão obrigadas a promover, a destituição e substituição de quaisquer diretores que sejam havidos por incompetentes ou não confiáveis.

6. EXCUSSÃO DA GARANTIA

6.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas (assim entendido o vencimento antecipado cumulativo das Obrigações Garantidas das Debêntures e das Obrigações Garantidas do *Swap*), nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, os Credores, em conjunto ou individualmente, terão o direito de, quer diretamente ou por intermédio de um agente autorizado, conforme exigido na respectiva lei aplicável, excutir a Garantia, inclusive por meio da alienação da Garantia por venda pública ou privada, cessão, transferência ou por qualquer outro meio a terceiros, incluindo a uma pessoa relacionada aos Credores, tudo independentemente de qualquer avaliação, leilão, praça, ou de quaisquer outras medidas judiciais ou extrajudiciais, e aplicar os respectivos recursos



para satisfação das Obrigações Garantidas, ficando os Credores devidamente autorizados e investidos de plenos poderes, pelas Alienantes e pela Sociedade, para tomar todas e quaisquer medidas necessárias para a consecução do acima previsto ("Excussão"). Ademais, na ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme esse termo é definido na Escritura ou no Contrato de *Swap*), nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, todos e quaisquer eventuais direitos das Alienantes de receber dividendos em dinheiro, juros, principal ou qualquer outro rendimento resultante da Garantia cessarão, passando tais direitos a serem exercidos exclusivamente pelos Credores, conforme previsto na Cláusula 5.2.0 acima.

6.1.1. Os Credores terão o direito de, como consequência da Excussão, transferir (judicialmente ou por meio de qualquer medida extrajudicial) todos ou uma parte das Quotas Alienadas Fiduciariamente para qualquer terceiro adquirente e praticar qualquer outro ato que for permitido de acordo com a lei aplicável, ficando ressalvado que a Excussão deverá observar o direito de preferência estabelecido na Cláusula 11 do Acordo de Acionistas da STR Projetos e Participações S.A., celebrado entre STR Projetos e Participações Ltda. e BTG Pactual Delta Participações S.A., com a interveniência-anuência da STR Projetos e Participações S.A., do Roberto Viana Batista Júnior, a Devedora e Vicenza Mineiração e Participações S.A. em 1º de outubro de 2010 ("Acordo de Acionistas"), se aplicável e observados os demais termos e condições previstos no Acordo de Acionistas.

6.1.2. Os Credores obrigam-se a manter as Alienantes e a Sociedade sempre informadas dos procedimentos relacionados à Excussão e a responder, por escrito, sobre qualquer questionamento nesse sentido no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de solicitação.

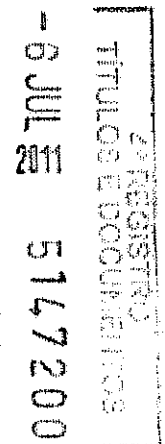
6.2. Neste ato, as Alienantes e a Sociedade nomeiam, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Artigo 684 do Código Civil, os Credores, como seus bastantes procuradores, para, agindo em conjunto ou individualmente, em nome das Alienantes e da Sociedade, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, tomar qualquer medida com relação às matérias tratadas nesta Cláusula 6, inclusive poderes para:

(i) exclusivamente para viabilizar a Excussão, observados os termos e condições previstos neste Contrato, firmar qualquer documento em nome das Alienantes e da Sociedade, e, ainda, receber, endossar e cobrar quaisquer quantias devidas às Alienantes a título de lucros, dividendos, juros ou quaisquer outras distribuições relativas à Garantia, no todo ou em parte, dando plena quitação com relação a qualquer pagamento recebido;

(ii) exclusivamente para viabilizar a Excussão, observados os termos e condições previstos neste Contrato, vender, ceder, transferir ou concordar com a venda, cessão ou transferência, no todo ou em parte, da Garantia mediante venda ou negociação privada, incluindo, sem qualquer limitação, poderes para dar e receber quitação e firmar os recibos correspondentes, desde que observados os termos e condições dos Documentos das Obrigações Garantidas e deste Contrato;

(iii) alocar os respectivos recursos apurados com a referida venda, cessão ou transferência para a amortização das Obrigações Garantidas, deduzir todas as despesas incorridas com a venda, cessão ou transferência e devolver o saldo, se houver, às Alienantes; e

(iv) tomar todas as medidas necessárias para preservar a venda, cessão ou transferência da Garantia, com poderes para firmar contratos ou instrumentos de



transferência, transferir posse e domínio, dar e receber quitação e firmar os recibos correspondentes.

Para os fins previstos nesta Cláusula 6.2, as Alienantes e a Sociedade outorgam aos Credores, simultaneamente à assinatura do presente, uma procuração irrevogável e irretratável, nos termos do Artigo 684 do Código Civil, na forma do Anexo E deste Contrato.

6.2.1 As Alienantes e a Sociedade, por este ato, irrevogável e irretratavelmente, obrigam-se a renovar a procuração outorgada aos Credores nos termos da Cláusula 6.2 acima sempre que necessário durante a vigência deste Contrato. Especificamente no caso de os atos constitutivos das Alienantes, da Devedora e da Sociedade exigirem um prazo de validade de procurações, outorgadas em seu nome, não superior a 1 (um) ano, a procuração outorgada aos Credores, nos termos da Cláusula 6.2 acima, deverão ser renovadas anualmente e novas procurações firmadas na forma do Anexo E deste Contrato deverão ser entregues aos Credores com até 30 (trinta) dias de antecedência da data de vencimento da respectiva procuração, imediatamente anterior outorgada aos Credores.

6.2.2 Na hipótese de substituição do Agente Fiduciário, nos termos da Escritura, as Alienantes deverão outorgar uma nova procuração irrevogável, conforme previsto na Cláusula 6.2 acima, contemplando o novo Agente Fiduciário.

- 6.3. O Agente Fiduciário reconhece e concorda que, no que se refere às Obrigações Garantidas das Debêntures, a Garantia deverá ser por este recebida e mantida na condição de depositário, nos termos do Artigo 627 do Código Civil, para benefício dos Debenturistas e deverá permanecer segregada de quaisquer outros bens ou recursos do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário assegura que somente tomará qualquer medida ou praticará qualquer ato com relação à Garantia e a este Contrato se, para tanto, receber instruções expressas dos Debenturistas.
- 6.4. O Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, poderá, no que se refere às Obrigações Garantidas das Debêntures, exercer com relação à Garantia todos e quaisquer direitos e ações conferidos pelo presente Contrato e pela lei aplicável.
- 6.5. Sem prejuízo do acima exposto, o Agente Fiduciário não terá qualquer obrigação de (i) determinar ou tomar qualquer medida com relação a opções, conversões, vencimentos, ofertas ou outros assuntos relativos à Garantia, e quer ou não os Debenturistas tenham, ou seja considerado como tendo, conhecimento de tais assuntos, ou (ii) tomar qualquer medida necessária para preservação de quaisquer direitos relativos a qualquer Garantia contra quaisquer terceiros ou qualquer outra medida, de qualquer natureza, com relação à Garantia.
- 6.6. Não obstante quaisquer das demais disposições aqui contidas, este Contrato tem por objeto constituir garantia em favor dos Credores, para assegurar o pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas. Uma vez quitadas e cumpridas as Obrigações Garantidas, cessarão os remédios e prerrogativas outorgados aos Credores (sem prejuízo, no entanto, dos que, nos termos de qualquer Documento da Emissão, devam sobreviver à liquidação das Obrigações Garantidas), devendo os Credores devolver às Alienantes e/ou à Sociedade, conforme o caso, os resultados ou valores excedentes, se houver, àqueles necessários ao integral adimplemento das Obrigações Garantidas, bem como entregar declaração, especificando o uso dos valores arrecadados com a execução da Garantia e a forma de sua alocação para a satisfação das Obrigações Garantidas, incluindo despesas correlatas, indicando assim, quando for o caso, a quitação de tais Obrigações Garantidas, bem como a existência de eventuais valores excedentes a serem devolvidos à Devedora ou, conforme o



caso, o saldo em aberto das Obrigações Garantidas, que ainda permanecerem pendentes de satisfação.

7. COMUNICAÇÕES

7.1. Qualquer notificação, solicitação, exigência ou comunicação a ser enviada ou entregue de acordo com o presente Contrato, deverá ser feita sempre por escrito. Qualquer notificação, solicitação, exigência ou comunicação poderá ser entregue pessoalmente ou enviada por correio, com aviso de recebimento, agências de serviços de entrega internacionalmente reconhecidas ou por fax, aos endereços das partes especificados abaixo ou a qualquer outro endereço que a parte destinatária tenha indicado por meio de notificação à parte que esteja enviando ou entregando tal notificação, solicitação ou outra comunicação (com cópia para as demais partes), e produzirá efeitos quando do seu recebimento pelo respectivo destinatário. Qualquer notificação, solicitação ou outra comunicação que seja enviada por fax, deverá ser confirmada mediante o seu envio igualmente por correio, sem prejuízo da produção de seus efeitos a partir do recebimento do respectivo fax.

(i) Para a STR Recursos Naturais, a STR Projetos, a Sociedade ou a Devedora:

STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A.
STR Projetos e Participações Ltda.
STR Energia Ltda.
Petra Energia S.A.

Rua Piauí 874
01241-000 São Paulo, SP

At.: Sr. Roberto Viana Batista Júnior
Sr. Philip Yang
Telefone: (11) 3124-2470
Fac-símile: (11) 3826-4271
Correio Eletrônico: rvb@petraenergia.com.br
py@petraenergia.com.br

Com cópia para:

Pinheiro Guimarães – Advogados

Av. Paulista 1842, Torre Norte, 24º andar
01310-923 São Paulo, SP

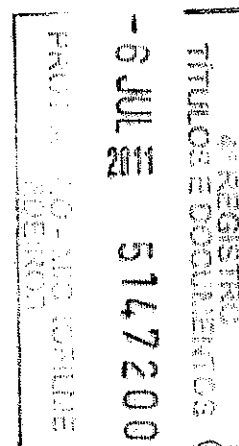
At.: Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães
Sra. Ivie Moura Alves
Telefone: (11) 4501-5000
Correio Eletrônico: fjpg@pinheiroguimaraes.com.br
imoura@pinheiroguimaraes.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.

Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar
04538-132 São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2628
Fac-símile: (11) 3078-7264
Correio Eletrônico: vrodriques@plannercorretora.com.br



ANEXO
Registro de Títulos e Documentos
6º Ofício - RJ

(iii) Para o BTG Pactual:

Banco BTG Pactual S.A.

Av. Brig. Faria Lima 3729, 8º andar
04538-133 São Paulo, SP

At.: Sr. Daniel Vaz
Telefone: (11) 3383-2576
Fac-símile: (11) 3383-2474
Correio Eletrônico: daniel.vaz@btgpactual.com

8. LEI APLICÁVEL E ELEIÇÃO DE FORO

- 8.1. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e constitui título executivo extrajudicial, de acordo com os termos do Artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). As Alienantes, a Devedora e a Sociedade neste ato reconhecem e concordam que toda e qualquer obrigação assumida ou que lhes possam ser imputada, nos termos do presente Contrato ou a ele relacionada, estará sujeita à execução específica de acordo com, entre outros, o Artigo 461 e respectivos parágrafos do Código de Processo Civil.
- 8.2. As Alienantes, a Devedora e a Sociedade obrigam-se, de forma isolada, irrevogável e irretroatável, a submeter-se à jurisdição exclusiva do foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para resolver quaisquer disputas ou controvérsias oriundas deste Contrato, ou a ele relacionadas.
- 8.3. Nada contido no presente afetará o direito dos Credores de promover a citação das Alienantes, da Devedora e da Sociedade por qualquer outra forma permitida pela lei aplicável.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. Nenhum termo ou condição contido no presente Contrato poderá ser objeto de renúncia, aditamento ou modificação, salvo se referida renúncia, aditamento ou modificação forem formalizados por escrito e assinados por representantes autorizados ou procuradores, com poderes suficientes, da Devedora, das Alienantes, da Sociedade e dos Credores. A omissão ou atraso no exercício de qualquer direito, poder ou privilégio aqui previsto, não poderá ser interpretado como renúncia ou novação de qualquer direito, poder ou privilégio ou de qualquer outro direito, poder ou privilégio decorrente do presente Contrato ou de qualquer outro instrumento. O exercício parcial de qualquer direito não impedirá o exercício futuro de tal direito ou de qualquer outro direito. A renúncia expressa por escrito a um determinado direito não deverá ser considerada como renúncia a qualquer outro direito.
- 9.2. Se qualquer cláusula do presente Contrato for considerada inválida ou não exequível por uma autoridade de qualquer jurisdição competente, referida cláusula deverá ser eliminada do Contrato, sem contudo afetar a validade ou a exequibilidade das demais cláusulas. Em substituição a qualquer cláusula assim eliminada, as Partes deverão negociar uma disposição similar, que reflita a intenção original das Partes, na medida do permitido pela respectiva decisão proferida por referida autoridade.
- 9.3. A Garantia instituída pelo presente Contrato será adicional a, e sem prejuízo de, quaisquer outras garantias ou direito real de garantia outorgado pelas Alienantes, pela Devedora, pela Sociedade ou por qualquer outra parte como garantia das Obrigações Garantidas, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas e poderá ser executada de forma isolada, alternativa ou conjuntamente com qualquer outra garantia ou direito real de garantia. A excussão pelos Credores da Garantia avençada nos termos do presente Contrato não deverá



REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
5147200

impedir os Credores de excutir quaisquer outras garantias ou direitos reais de garantia outorgados para garantir as Obrigações Garantidas.

- 9.4. O presente Contrato não constitui novação nem tampouco modifica quaisquer obrigações da Devedora e/ou das Alienantes e/ou da Sociedade para com os Credores, nos termos de quaisquer contratos entre eles celebrados, inclusive, entre outros, os Documentos das Obrigações Garantidas.
- 9.5. O exercício, pelos Credores, de quaisquer de seus direitos ou recursos previstos neste Contrato não exonerará a Devedora e/ou as Alienantes e/ou a Sociedade de quaisquer de seus respectivos deveres ou obrigações, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas.
- 9.6. Sujeitos aos termos e condições aqui estabelecidos, o presente Contrato deverá (i) permanecer em pleno vigor e efeito até a liquidação integral de todas as Obrigações Garantidas ou o cancelamento de todos os respectivos compromissos assumidos pela Devedora, tal como expressamente confirmado, por escrito, pelos Credores, (ii) vincular a Devedora, as Alienantes, a Sociedade, seus sucessores, herdeiros e cessionários autorizados, e (iii) beneficiar os Credores e seus sucessores e cessionários. Sem limitar a generalidade do disposto no item (iii), os Debenturistas somente poderão ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, no todo ou em parte, de acordo com o previsto na Escritura e o BTG somente poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, no todo ou em parte, de acordo com o previsto no Contrato de *Swap*. As Alienantes, a Devedora e a Sociedade, não poderão transferir quaisquer de seus direitos ou obrigações aqui previstos sem o prévio consentimento por escrito dos Credores.
- 9.7. Conforme requerido nos termos da lei aplicável, as Alienantes apresentaram e entregaram as seguintes certidões emitidas em seu nome:

(i) STR Recursos Naturais: (a) Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 003052011-21200676, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 7 de abril de 2011, válida até 4 de outubro de 2011 (Anexo F); e (b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº 947D.BBE0.8B72189C, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 6 de maio de 2011, e válida até 2 de novembro de 2011 (Anexo G); e

(ii) STR Projetos: (a) Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 002792011-21200726, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 18 de março de 2011, válida até 14 de setembro de 2011 (Anexo H); e (b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº 0E7D.E767.55BE.30D1, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 8 de março de 2011, e válida até 4 de setembro de 2011 (Anexo I).

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as Partes o presente Contrato em 6 (seis) vias idênticas, na presença das duas testemunhas abaixo.

São Paulo, [DATA].

[As assinaturas seguem nas 7 (sete) páginas seguintes]

[Fim da página intencionalmente deixado em branco]



[Handwritten signature]

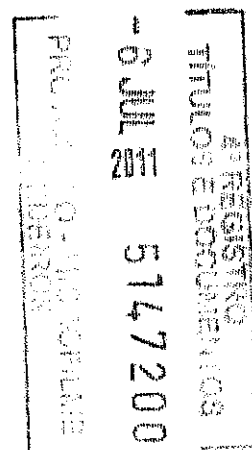


Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 1/7.

STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES EM RECURSOS NATURAIS S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

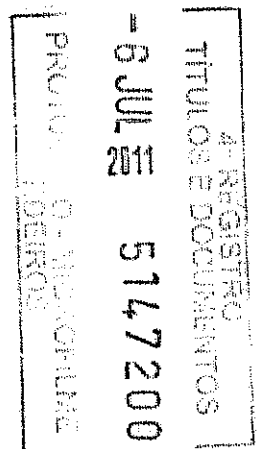


Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre STR
Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR
Energia Ltda., Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Ltda. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 2/7.

STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre STR
Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR
Energia Ltda., Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Ltda. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 3/7.

STR ENERGIA LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

[Handwritten signature]

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200
PROT. 1 21 6593



Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 4/7.

PETRA ENERGIA S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200
PROTOD. 1 21 6593

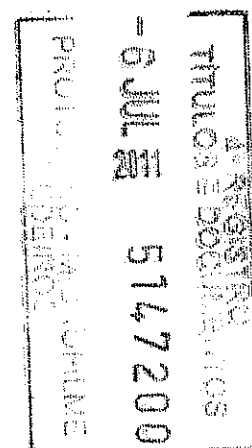


Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre STR
Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR
Energia Ltda., Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Ltda. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 5/7.

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

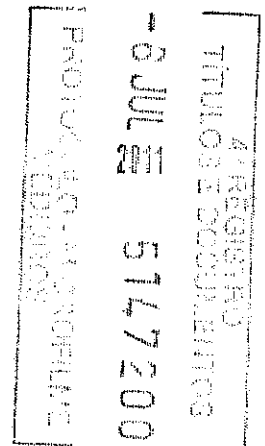


Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre STR
Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR
Energia Ltda., Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Ltda. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 6/7.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., STR Projetos e Participações Ltda., STR Energia Ltda., Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 7/7.

Testemunhas:

Nome: _____
RG: _____
CPF/MF: _____

Nome: _____
RG: _____
CPF/MF: _____



4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 3 JUL 2011 5 16 7200
PROTOD.1 21 6593



CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO A

SUMÁRIO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Para os fins da legislação aplicável, as principais características das Obrigações Garantidas são as seguintes:

Obrigações Garantidas das Debêntures (Valor Garantido das Debêntures)

- (i) principal: 640 (seiscentas e quarenta) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), totalizando, portanto, R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais);
- (ii) data de emissão: 01 de julho de 2012 ("Data de Emissão");
- (iii) data de vencimento: 01 de janeiro de 2013 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previstas na Escritura;
- (iv) taxa de juros: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a (i) 6,25% (seis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, até 1 de julho de 2012; e (ii) 9,25% (nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir, inclusive, de 1 de julho de 2012 ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado, ainda, que (a) a Remuneração que não tenha sido paga até 1 de julho de 2012 será incorporada ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures ("Data de Incorporação da Remuneração"); e (b) a partir, inclusive, de 1 de julho de 2012, os pagamentos serão acrescidos de um prêmio equivalente a 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) efetivos, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde, inclusive, a Data de Incorporação da Remuneração ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculado conforme a Escritura;
- (v) forma de pagamento: na Data de Vencimento;
- (vi) encargos moratórios: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas nas Datas de Pagamento, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês (calculado com base em 1 ano de 360 dias), sobre o montante assim devido,

REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5147200
03 JUL 2011

2



independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas eventualmente incorridas para fins de cobrança;

- (vii) local de pagamento: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) pela Emissora, por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio da Instituição Depositária (conforme tal termo é definido na Escritura), com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) pelos Garantidores, em qualquer caso, por meio da Instituição Depositária; e
- (viii) custos e despesas: todas e quaisquer despesas e custos incorridos com a auditoria legal e financeira da Devedora, a Emissão, a Oferta Restrita ou a execução dos valores devidos nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços (advogados e consultores externos, sendo certo que os custos incorridos com honorários advocatícios deverão ser previamente aprovados pela Devedora e serão limitados ao custo máximo previsto na Escritura e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

Obrigações Garantidas do Swap (Valor Garantido do Swap)

- (i) principal: quaisquer valores que possam ser atual ou futuramente devidos ao BTG Pactual pela Devedora, em razão da apuração e compensação dos montantes decorrentes dos parâmetros de atualização aplicáveis ao valor de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) ("Valor Base"), observados os seguintes termos e condições do Contrato de Swap e o disposto abaixo:

1.1) Valor Garantido pela Devedora	Parâmetro de Atualização	DOLAR
	Percentual Destacado	100,00%
	Cotação Inicial	1,593000
	Cotação Final	PTAX Venda referente ao dia útil anterior a Data Vencimento
	Taxa de Juros	11,450000%
	Expressão	aa360 DC Lin Dias Corridos (DC) 360
1.2) Valor Garantido pelo BTG Pactual	Parâmetro de Atualização	CDI
	Percentual Destacado	100,00%
	Cotação Inicial	N/A
	Cotação Final	Vide "Outras Condições"
	Taxa de Juros	6,250000%
	Expressão	aa252 DU Exp Dias Úteis (DU) 252
Outras Condições: CDI: Forma de cálculo: metodologia adotada pela CETIP, disponível em: www.cetip.com.br , opção: "Informação Técnica" > "Caderno de Fórmulas" > "SPR - Contratos de Swap" > "Parâmetro: DI", ou outra que venha a ser definida pela CETIP para substituí-la.		



- 6 JUL 2011 5:14:200

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

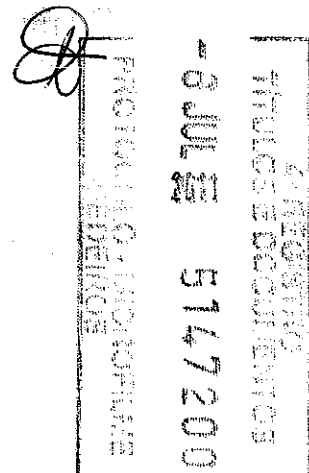
O pagamento do diferencial previsto nos itens 1.1 e 1.2 acima, pelo BTG Pactual ou pela Devedora, conforme o caso, será efetuado, conforme o caso, na data de vencimento indicada acima, sendo certo que:

Caso o Valor Garantido pelo BTG Pactual venha a exceder o Valor Garantido pela Devedora, o BTG Pactual deverá pagar à Devedora a importância correspondente à diferença resultante da compensação entre os dois valores.

Caso o Valor Garantido pela Devedora venha a exceder o Valor Garantido pelo BTG Pactual, a Devedora deverá pagar ao BTG Pactual a importância correspondente à diferença resultante da compensação entre os dois valores.

- (ii) data de início: 1 de julho de 2011 (“Data de Início”);
- (iii) data de vencimento: 2 de julho de 2012 (“Data de Vencimento”);
- (iv) forma de pagamento: na Data de Vencimento;
- (v) encargos moratórios: o valor devido será atualizado, até seu efetivo pagamento, de acordo com 100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI, por dia de atraso, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, e multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor total devido, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial; e
- (vi) local de pagamento: Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

* * * * *

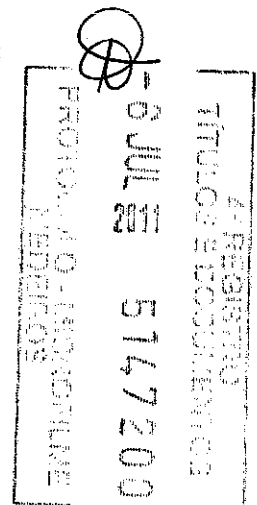


CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO B

DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE

Quotista	Nº de quotas, conforme Contrato Social de 27 de abril de 2011	Valor (R\$)	%
STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A.	2.997.000	R\$2.997.000,00	99,99%
STR Projetos e Participações Ltda.	3.000	R\$3.000,00	0,01%
Total	3.000.000	R\$3.000.000,00	100%



CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO C

DESCRIÇÃO DAS QUOTAS ALIENADAS FIDUCIARIAMENTE

Quotistas	No. de quotas integralizadas, em [DATA]	Valor (R\$)	%
STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A.	2.997.000	R\$2.997.000,00	99,99%
STR Projetos e Participações Ltda.	3.000	R\$3.000,00	0,01%
Total	3.000.000	R\$3.000.000,00	100%



PROT. 1 21 6 5 9 3
- 0 JUL 2011 5 14 7 200
TÍTULOS E DOCUMENTOS



CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO D

MODELO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

[Local], de de 200...

Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.
Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sra. Viviane A. Rodrigues dos Santos

Banco BTG Pactual S.A.
Av. Brig. Faria Lima 3729, 8º andar
04538-133 São Paulo, SP
At.: Sr. Daniel Vaz

Ref.: Aditamento nº [] (o "Aditamento") ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças

Prezados Senhores:

Referimo-nos ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças (o "Contrato"), datado de [], celebrado entre [], devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos como segue:

<u>Cartório de Registro</u>	<u>Cidade</u>	<u>Nº do Registro</u>
-----------------------------	---------------	-----------------------

[]	[]	[]
-----	-----	-----

Considerando que na presente data o [indicar o nome das Alienantes ou da Pessoa para quem qualquer Quota Alienada Fiduciariamente tenha sido cedida, transferida ou vendida] subscreveu/adquiriu [] quotas de emissão da STR Energia Ltda. e os signatários do presente desejam formalizar a constituição de uma garantia fiduciária sobre tais quotas, nos termos e condições aplicáveis à Garantia, conforme disposto no Contrato.

Assim sendo, os signatários do presente obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, por si e seus sucessores e cessionários, ao quanto segue:

1. Os termos grafados em maiúscula empregados neste Aditamento terão os significados a eles respectivamente atribuídos no Contrato. Todas as referências ao Agente Fiduciário neste Aditamento deverão ser interpretadas como sendo uma referência ao Agente Fiduciário, agindo na condição de representante dos Debenturistas nos termos e para os fins previstos no Contrato.

2. [], pelo presente instrumento, e de forma irrevogável e irretratável, aliena fiduciariamente aos Debenturistas, neste ato representado pelo Agente Fiduciário, e ao BTG Pactual, as quotas adquiridas/subscritas na presente data e identificadas abaixo (e que não constaram do Anexo C ao Contrato, ou de qualquer outro aditamento a tal Anexo C), em conjunto



4-86-510-1
TÍTULOS E DOCUMENTOS
JUL 11 5 14 7200

com todos os direitos e frutos, incluindo o de voto e de preferência, bonificações, dividendos, lucros e quaisquer outros concernentes a tais quotas, tal como expressamente previsto no Contrato (a "Garantia Adicional"). Todas as disposições relacionadas à Garantia serão aplicáveis, *mutatis mutandi*, à Garantia Adicional, a qual passa, a partir da presente data, a fazer parte integrante da Garantia, para todos os fins e efeitos previstos no Contrato e em lei:

[Listar Garantia Adicional]

3. Em razão do acima disposto, os signatários do presente concordam em alterar, consolidar e ratificar o Anexo C ao Contrato, o qual passará a vigorar, a partir da presente data, na forma do Anexo A ao presente, constituindo parte inseparável do Contrato para todos os fins e efeitos de direito.

4. Pelo presente, as Alienantes, a Devedora, a Sociedade [e a Pessoa para quem qualquer Quota Alienada Fiduciariamente tenha sido cedida, transferida ou vendida] ratificam, expressa e integralmente, todas as declarações, garantias, procurações e avenças, respectivamente prestadas, outorgadas e contratadas no Contrato, como se tais declarações, garantias, procurações e avenças estivessem aqui integralmente transcritas.

5. Consoante previsto no Contrato, a Devedora deverá providenciar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da presente data, o registro da alienação fiduciária instituída por meio do presente Aditamento no Contrato Social da Devedora (conforme exigido pelo Artigo 40 da Lei nº 6.404/76) e, ainda, a averbação do presente Aditamento, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da presente data, às margens dos registros do Contrato indicados acima, acompanhado das seguintes certidões emitidas em nome de cada Alienante pessoa jurídica, a quem qualquer Quota Alienada Fiduciariamente tenha sido alienada, cedida ou transferida, a qualquer título, nos termos do presente: (i) Certidão Negativa de Débito relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº [==], emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em [==], e válida por 180 (cento e oitenta) dias (Anexo II ao presente); e (ii) Certidão Conjunta Negativa de Débitos de relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº [==] emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em [==], e válida por 180 (cento e oitenta) dias (Anexo III ao presente), em conformidade com os termos e condições previstos no Contrato.

6. Exceto como expressamente aditado nos termos do presente, todas as disposições, termos e condições do Contrato permanecem integralmente em pleno vigor e efeito, sendo ora expressamente ratificados por todos os signatários do presente.

7. As disposições da Cláusula 9 do Contrato são expressamente reiteradas, sendo aplicáveis ao presente Aditamento, como se aqui estivessem integralmente transcritas.

O presente Aditamento é firmado em [==] ([==]) vias, na presença das duas testemunhas abaixo-assinadas.

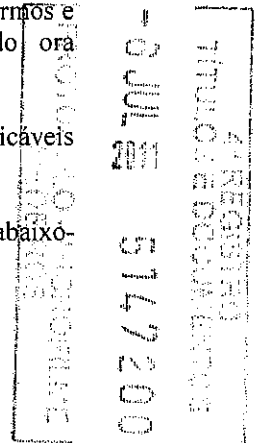
[Assinatura, incluindo a do novo Alienante]

De acordo:

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.

Agindo na condição de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas

BANCO BTG PACTUAL S.A.



[Handwritten signature]



TESTEMUNHAS:

NOME:
RG:

NOME:
RG:

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5 14 7200
PROTOD.1216593
FIDELIDADE

[Handwritten signature]



CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO E

MODELO DE PROCURAÇÃO IRREVOGÁVEL A SER EMITIDA
PELAS ALIENANTES E PELA SOCIEDADE
(Cláusula 6.2 do Contrato)

Pelo presente instrumento de mandato,

STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES EM RECURSOS NATURAIS S.A. (a "**STR Recursos Naturais**"), sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Rua Piauí, nº 874, Bairro Higienópolis, CEP 01241-000, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 12.251.676/0001-37, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (a "**STR Projetos**"), sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Albuquerque Lins 537, sala 108, CEP 01230-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.943.726/0001-07, neste ato representada na forma de seu Contrato Social; e

STR ENERGIA LTDA. ("**Sociedade**", e, em conjunto com STR Recursos Naturais e STR Projetos, as "**Outorgantes**"), sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Piauí, nº 874, Bairro Higienópolis, CEP 01241-000, neste ato representada na forma de seu Contrato Social,

neste ato nomeiam e constituem como seus bastantes procuradores,

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("**Agente Fiduciário**"), instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures objeto da Escritura (conforme definido no Contrato) ("**Debenturistas**"); e

BANCO BTG PACTUAL S.A. ("**BTG Pactual**" e, em conjunto com os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, "**Outorgados**"), instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45;

conferindo-lhes amplos e específicos poderes para, agindo em conjunto ou individualmente, exclusivamente mediante a ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, exceto em relação ao item "5" abaixo, que independe da ocorrência de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas e para o qual os Outorgados atuarão sempre em conjunto, ceder, transferir e por qualquer forma, e a qualquer título, dispor, no todo ou em parte, das ações representativas do capital acionário da Sociedade, de titularidade de titularidade da STR Recursos Naturais e da STR Projetos que sejam objeto da Garantia, tal como se encontram tais ações alienadas fiduciariamente em favor dos Outorgados (doravante designadas como "**Ações Alienadas Fiduciariamente**"), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, celebrado em [=], entre as Outorgantes, os Outorgados e Petra Energia S.A., e seus eventuais aditamentos ("**Contrato**"),

e, com relação à acima referida disposição ou transferência das Ações Alienadas Fiduciariamente:

1. exclusivamente para viabilizar a Excussão, observados os termos e condições previstos no Contrato, firmar qualquer documento em nome das Outorgantes, e, ainda, receber,



endossar e cobrar quaisquer quantias devidas à STR Recursos Naturais e à STR Projetos a título de lucros, dividendos, juros ou quaisquer outras distribuições relativas à Garantia, no todo ou em parte, dando plena quitação com relação a qualquer pagamento recebido,

2. exclusivamente para viabilizar a Excussão, e observados os termos e condições previstos no Contrato, vender, ceder, transferir ou concordar com a venda, cessão ou transferência, no todo ou em parte, da Garantia mediante venda ou negociação privada, incluindo, sem qualquer limitação, poderes para dar e receber quitação e firmar os recibos correspondentes, desde que observados os termos e condições dos Documentos das Obrigações Garantidas e do Contrato;
3. alocar os respectivos recursos apurados com a referida venda, cessão ou transferência para a amortização das Obrigações Garantidas, deduzir todas as despesas incorridas com a venda, cessão ou transferência e devolver o saldo, se houver, à STR Recursos Naturais e à STR Projetos;
4. tomar todas as medidas necessárias para preservar a venda, cessão ou transferência da Garantia, com poderes para firmar contratos ou instrumentos de transferência, transferir posse e domínio, dar e receber quitação e firmar os recibos correspondentes;
5. nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, assinar documentos ou praticar atos, desde que o respectivo documento a ser firmado ou ato a ser praticado seja necessário para conservar, manter e aperfeiçoar a Garantia ou aditar o Contrato para o fim único de incluir Garantias Adicionais, conforme previsto na Cláusula 2.2 do Contrato; e
6. praticar, enfim, todos os atos, bem como firmar quaisquer documentos, necessários ao cabal desempenho do presente mandato.

Esta procuração será válida pelo prazo de vigência do Contrato [observar Nota 2 infra].

Os Outorgados são ora nomeados procuradores das Outorgantes em caráter irrevogável e irretratável, de acordo com os termos do Artigo 684 do Código Civil.

O presente instrumento deverá ser interpretado de acordo com e regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa nesta procuração, os termos em maiúsculo aqui empregados terão os significados a eles respectivamente atribuídos no Contrato, tal como aqui se encontrassem integralmente transcritas.

A presente procuração é outorgada aos _____ de _____ de 20_, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

(assinatura)

NOTA:

- 1) Somente no caso de os atos constitutivos exigirem um prazo de validade de procurações, outorgadas em seu nome, não superior a 1 (um) ano, o item sobre o prazo de vigência da Procuração deverá ser alternativamente redigido da seguinte forma: "Esta procuração será válida pelo prazo de 1 (um) ano, a contar desta data."
- 2) As assinaturas precisam ser reconhecidas em Cartório de Notas.



PROCURAÇÃO
TÍTULO E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011
5147200

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO F

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS
EM NOME DA STR RECURSOS NATURAIS

Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 003052011-21200676, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 7 de abril de 2011, válida até 4 de outubro de 2011.



REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200
PROTOD.1 21 6593

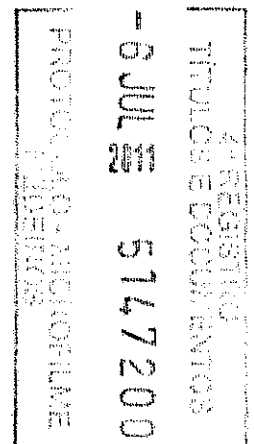


CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO G

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
EM NOME DA STR RECURSOS NATURAIS

Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº 947D.BBE0.8B72.189C emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 6 de maio de 2011, e válida por 180 (cento e oitenta) dias (i.e: até 2 de novembro de 2011).

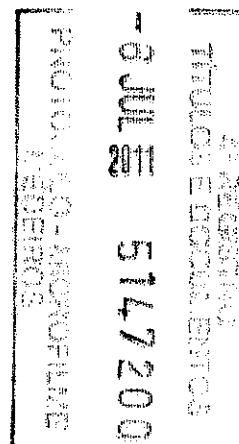


CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO H

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS
EM NOME DA STR PROJETOS**

Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 002792011-21200726, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 18 de março de 2011, válida até 14 de setembro de 2011.

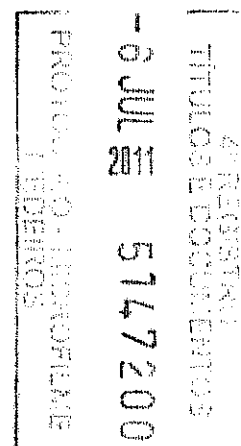


CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO I

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
EM NOME DA STR PROJETOS**

Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº 0E7D.E767.55BE.30D1 emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 8 de março de 2011, e válida por 180 (cento e oitenta) dias (i.e: até 4 de setembro de 2011)



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
PETRA ENERGIA S.A.**

ANEXO B

**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DA TOTALIDADE DOS DIREITOS
DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS AUTORIZADOS DA EMISSORA E STR ENERGIA**



4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 0 JUL 11 5147200
PROTOK.1 21 6593



**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE CONTA
VINCULADA E OUTRAS AVENÇAS**

entre

PETRA ENERGIA S.A.
na qualidade de Devedora e Cedente

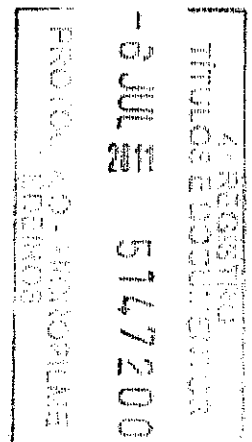
PLANNER TRUSTEE D.T.V.M. LTDA.
na qualidade de Agente Fiduciário e Representante dos Debenturistas

BANCO BTG PACTUAL S.A.
na qualidade de Credor

e

BANCO BRADESCO S.A.
na qualidade de Banco Depositário

em [DATA]



[Handwritten signature]



CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE CONTA VINCULADA E OUTRAS AVENÇAS

O presente Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada e Outras Avenças (doravante designado como "Contrato") é celebrado entre:

(A) **PETRA ENERGIA S.A.** ("Devedora"), sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco 157, CEP 20040-006, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 07.243.291/0001-98, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

(B) **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures objeto da Escritura (conforme definido abaixo) ("Debenturistas");

(C) **BANCO BTG PACTUAL S.A.** ("BTG Pactual" e, em conjunto com os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, "Credores"), instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

(D) **BANCO BRADESCO S.A.** ("Banco Depositário"), instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 60.746.948/0001-12 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

Sendo a Devedora, os Credores e o Banco Depositário doravante denominados, em conjunto, "Partes";

CONSIDERANDO que, em 28 de junho de 2011, o Agente Fiduciário, agindo na qualidade de representante dos Debenturistas, a Devedora e outras partes celebraram, *inter alia*, o *Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A.* ("Escritura", sendo as debêntures nela mencionadas denominadas doravante de "Debêntures");

CONSIDERANDO que, em 27 de junho de 2011, o BTG Pactual, a Devedora e outras partes celebraram o *Instrumento Particular de Troca de Parâmetros – Swap N.º 1200/11* ("Contrato de Swap", sendo a operação de swap nela mencionada denominadas doravante de "Swap");

CONSIDERANDO que, para garantir o fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações provenientes (i) das Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento do Valor Garantido (conforme esse termo é definido na Escritura), conforme descritas nos Documentos da Emissão (conforme esse termo é definido na Escritura), obrigações essas mais detalhadamente descritas no Anexo A ao presente Contrato ("Obrigações Garantidas das Debêntures"); e (ii) do Swap, conforme descritas no Contrato de Swap, obrigações essas mais detalhadamente descritas no Anexo A ao presente Contrato ("Obrigações Garantidas do Swap" e, em conjunto com as Obrigações Garantidas das Debêntures, "Obrigações Garantidas") (sendo os Documentos da Emissão e o Contrato de Swap denominados, em conjunto, "Documentos das Obrigações Garantidas"), a



REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200

⓪



Devedora concorda em ceder fiduciariamente aos Credores a totalidade dos direitos de crédito presentes e futuros decorrentes de determinados instrumentos de empréstimo, mútuo e/ou financiamento celebrados com empresas integrantes do Grupo STR Energia, de acordo com os termos e condições a seguir previstos;

CONSIDERANDO que, em decorrência da cessão mencionada no Considerando anterior, a Devedora, com a concordância dos Credores, resolveu contratar o Banco Depositário como banco depositário dos valores depositados na Conta Vinculada, conforme descrito no item (iii) da Cláusula 2.1 abaixo; e

CONSIDERANDO que o Banco Depositário concorda com os termos e condições e aceita prestar os serviços previstos neste Contrato.

Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa neste Contrato, os termos em maiúsculo aqui empregados terão os significados a eles respectivamente atribuídos nos Documentos das Obrigações Garantidas, tal como aqui se encontrassem integralmente transcritas. Todas as referências contidas neste Contrato a quaisquer contratos ou documentos significam uma referência a tais instrumentos, tal como aditados, modificados e complementados de tempos em tempos. Todas as referências ao Agente Fiduciário contidas neste Contrato deverão ser interpretadas como sendo uma referência ao Agente Fiduciário agindo na condição de representante dos Debenturistas, desde que, em qualquer hipótese, de acordo com as instruções, condições, obrigações e prerrogativas estabelecidas na Escritura.

POSTO ISSO, as Partes acima nomeadas têm entre si justo e contratado o quanto segue, a que se obrigam em caráter irrevogável e irretratável, por si e seus sucessores ou cessionários.

1. OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

1.1. A Devedora deverá cumprir integralmente e efetuar pontualmente o integral pagamento aos Credores de todas as Obrigações Garantidas, devidas ou que venham a ser devidas, a qualquer tempo, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, inclusive, sem qualquer limitação, as que, em atendimento ao disposto no artigo 66-B da Lei 4.728/65, com a redação dada pela Lei n. 10.931/04, e, no que for aplicável, ao artigo 1.362 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), se encontram descritas no Anexo A ao presente Contrato.

1.2. Fica desde já certo e ajustado que qualquer pagamento realizado em relação às Obrigações Garantidas, inclusive em decorrência da Excussão (conforme definido abaixo), será sempre realizado de forma proporcional ao saldo devedor das Obrigações Garantidas das Debêntures e ao saldo devedor das Obrigações Garantidas do Swap.

2. GARANTIA

2.1. A fim de garantir o fiel, pontual e integral pagamento de todas as Obrigações Garantidas, a Devedora, pelo presente, de forma irrevogável e irretratável, cede fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, e ao BTC Pactual, de acordo com as disposições do artigo 66-B da Lei n.º 4.728/65, com a redação dada pela Lei n.º 10.931/04, de forma exclusiva e absoluta, os seguintes direitos (a "Garantia");

- (i) todos os direitos e créditos da Devedora oriundos de cada contrato de empréstimo, mútuo e/ou financiamento indicado no Anexo B ao presente instrumento, o qual a Devedora declara e garante que contempla todos os contratos de empréstimo por ela celebrados com o Grupo STR Energia e que se encontram em vigor nesta data, assim como de quaisquer outros



instrumentos que venham a ser futuramente celebrados entre, de um lado, a Devedora (na qualidade de credora do referido empréstimo), e de outro, quaisquer sociedades integrantes do Grupo STR Energia (na qualidade de devedoras do referido empréstimo), e que, a qualquer título, outorguem à Devedora direitos ao recebimento de quaisquer quantias (doravante designados, coletivamente, como “Direitos de Empréstimos”, conforme identificados no Anexo B);

- (ii) todos os instrumentos, certificados, garantias e documentos de cobrança, que evidenciem, representem, assegurem ou, a qualquer título, garantam o pagamento de quaisquer Direitos de Empréstimo, sejam deles decorrentes ou a eles relativos, incluindo, sem qualquer limitação, notas promissórias (doravante designados, coletivamente, como os “Títulos”, conforme identificados no Anexo C ao presente); e
- (iii) a conta bancária 552000-2 de titularidade da Devedora, mantida em seu nome na agência 2374 – Plataforma Operacional PJ Nova Central do Banco Depositário, mas em benefício dos Credores (“Conta Vinculada”).

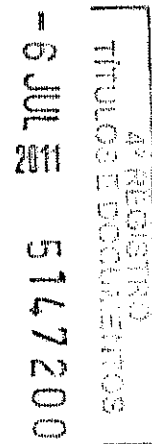
Os Direitos de Empréstimo, os Títulos e a Conta Vinculada são doravante denominados, em conjunto, como “Direitos Cedidos”.

2.2. A Devedora deverá entregar aos Credores, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de celebração do contrato ou instrumento que deu origem aos Direitos de Empréstimos, os seguintes documentos (“Documentos dos Empréstimos”):

- (i) originais ou cópias autenticadas de todos os documentos que comprovem cada um dos Direitos de Empréstimo, conforme identificados no Anexo B ao presente;
- (ii) originais de cada um dos Títulos listados no Anexo C, devidamente endossados ou transferidos, se aplicável, aos Credores; e
- (iii) comprovação de notificação às entidades do Grupo STR Energia (com o respectivo certificado ou visto de aceitação) da realização da cessão fiduciária em favor dos Credores, nos termos deste Contrato, acompanhada da instrução para que qualquer pagamento no âmbito dos instrumentos dos Direitos Cedidos seja efetuado diretamente na Conta Vinculada.

2.3. Para a integral formalização da cessão fiduciária em garantia dos Novos Direitos Cedidos, instituído nos termos da Cláusula 2.1 acima e sem prejuízo do ali previsto, bem como de quaisquer outros termos e condições previstos nos Documentos das Obrigações Garantidas, que sejam igualmente aplicáveis, deverá a Devedora, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data da contratação de qualquer Novo Direito Cedido pela Devedora, ou quando quer que sejam solicitados, por escrito, pelos Credores, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência:

- (i) entregar aos Credores originais ou cópias autenticadas de cada um dos documentos, comprovando ou representando o Novo Direito Cedido, sendo certo que, no caso de Títulos, deverão esses ser devidamente endossados ou transferidos, se aplicável, aos Credores.
- (ii) firmar aditivos ao presente Contrato, substancialmente na forma do Anexo D ao presente, para o fim de incorporar o Novo Direito Cedido às respectivas relações contidas nos Anexos, conforme o caso, B ou C ao presente, sendo certo



que quaisquer aditivos ao presente Contrato, para fins de incorporar um Novo Direito Cedido e consolidar as respectivas relações de Direitos Cedidos, tal como previsto na presente Cláusula, serão considerados devidamente celebrados, se firmados: (i) de um lado, pela Devedora, ou pelos Credores, na condição de procuradores da Devedora, conforme previsto na Cláusula 7.2 ao presente, e (ii) pelos Credores;

(iii) providenciar para que os aditivos ao presente Contrato, tal como acima referidos sejam averbados às margens do seu respectivo registro junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, conforme previsto na Cláusula 6.1. abaixo; e

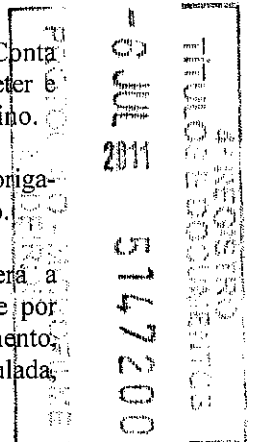
(iv) notificar as entidades do Grupo STR Energia (e comprovar a anuência a tal notificação aos Credores) acerca da cessão fiduciária do Novo Direito Cedido em favor dos Credores, nos termos deste Contrato, sendo tal notificação acompanhada da instrução para que qualquer pagamento no âmbito dos instrumentos dos Novos Direitos Cedidos seja efetuado diretamente na Conta Vinculada.

Conforme aqui empregado, o termo “Novo Direito Cedido” significará quaisquer novos direitos e créditos da Devedora, que por ela devam ser cedidos aos Credores, nos termos e condições previstos nos Documentos das Obrigações Garantidas e no presente Contrato. Qualquer referência a Direitos Cedidos neste Contrato será igualmente considerada como uma referência a qualquer Novo Direito Cedido (conforme definido na Cláusula 2.3. acima).

- 2.4. O Agente Fiduciário, automática e independentemente de autorização dos Debenturistas, e o BTG Pactual, automática e independentemente de autorização, deverão liberar e desconstituir integralmente a Garantia, mediante termo de liberação por escrito, em até 15 (quinze) dias contados da data do integral pagamento de todas as Obrigações Garantidas, devendo a Devedora adiantar ou ressarcir, conforme o caso, os Credores por todos os custos por eles incorridos para tal fim.

3. CONTA VINCULADA

- 3.1. Os créditos decorrentes dos Direitos Cedidos deverão ser recebidos diretamente na Conta Vinculada, que será mantida e administrada pelo Banco Depositário, que poderá reter e transferir tais créditos, sempre de acordo com os termos deste Contrato, até o seu término.
- 3.2. O Banco Depositário, por meio deste instrumento, irrevogável e irretratavelmente, obriga-se a administrar a Conta Vinculada em estrita observância aos preceitos deste Contrato.
- 3.3. Após o cumprimento integral das Obrigações Garantidas pela Devedora, deverá a Devedora, necessariamente em conjunto com os Credores, notificar previamente e por escrito o Banco Depositário, ficando este, a partir da entrega de referido documento, eximido de qualquer responsabilidade adicional referente ao controle da Conta Vinculada, dando-se por encerrado o presente Contrato para todos os fins e efeitos legais.
- 3.4. Caso ocorra o disposto na Cláusula 3.3 acima, e o Depositário não tenha recepcionado notificação indicativa dispendo de forma distinta, os recursos que eventualmente permaneçam na Conta Vinculada serão transferidos para a conta corrente a ser indicada pela Devedora por escrito.
- 3.5. O Banco Depositário pode ser substituído:



Handwritten signature or initials.



ANEXO
Registro de Títulos e Documentos
6º Ofício - RJ

(i) por destituição, mediante comunicação escrita enviada (a) pela Devedora e pelos Credores ao Banco Depositário, com até 30 (trinta) dias de antecedência, período em que as Partes deverão cumprir regularmente com as obrigações ora assumidas, (b) pela Devedora, depois de ter obtido a aprovação dos Credores, ou (c) pelos Credores, por decisão motivada; ou

(ii) por renúncia do Banco Depositário, por qualquer motivo, mediante comunicação escrita enviada pelo Banco Depositário à Devedora e aos Credores, com até 30 (trinta) dias de antecedência, período em que as Partes deverão cumprir regularmente com as obrigações ora assumidas.

3.5.1. Ocorrendo a destituição ou a renúncia do Banco Depositário, nos termos da Cláusula 3.5 acima, a Devedora obriga-se a, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data da renúncia ou destituição, indicar uma lista tripla de instituições financeiras de primeira linha que já tenham manifestado por escrito sua intenção de assumir o encargo e submetê-la aos Debenturistas, que determinarão, em assembleia convocada para esse fim, dentre tais instituições, e ao BTG Pactual uma delas para ser o Banco Depositário substituto, sendo que o disposto nesta Cláusula deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da destituição ou da renúncia, conforme o caso, do Banco Depositário.

3.5.2. O Banco Depositário assim substituído somente estará exonerado de suas atribuições previstas neste Contrato quando, cumulativamente, (i) este Contrato for aditado para incluir a instituição substituta conforme procedimento a que se refere a Cláusula 3.5.1 acima; e (ii) o Banco Depositário entregar os Créditos Cedidos Fiduciariamente e os Documentos dos Empréstimos à instituição substituta ou à entidade indicada em ordem judicial, se houver. Caso o aditamento a que se refere o item (i) acima não tenha sido celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de destituição ou renúncia, conforme o caso, o Banco Depositário poderá, a seu critério, exonerar-se de suas atribuições previstas neste Contrato mediante a entrega dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e dos Documentos dos Empréstimos aos Credores.

3.5.3. Em caso de destituição do Banco Depositário, nos termos da Cláusula 3.5.2(i) acima, serão devidos somente os valores em relação aos serviços das etapas já concluídas e que estejam, ainda, pendentes de pagamento.

3.5.4. Em caso de renúncia do Banco Depositário, nos termos da Cláusula 3.5.2(ii) acima, caberá ao Banco Depositário prestar conta de todos os serviços que até então tenham sido prestados/executados, recebendo, em seguida, a importância a que eventualmente fizer jus, perdendo o direito a qualquer pagamento pelos serviços que não tenham sido concluídos.

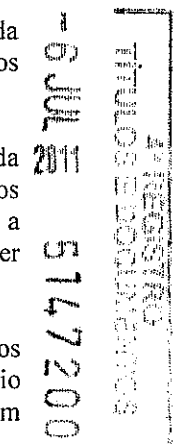
3.5.5. Ocorrendo a destituição ou a renúncia do Banco Depositário, nos termos da Cláusula 3.5 acima, ou de término deste Contrato, deverá o Banco Depositário devolver aos Credores todos os documentos que, eventualmente, se encontrem em seu poder.

3.6. A Devedora obriga-se, ainda, a manter a Conta Vinculada e a contratar o Banco Depositário, a suas próprias custas e despesas, nos termos da Cláusula 3.2.

3.7. O Banco Depositário não prestará à Devedora e/ou aos Credores serviços de assessoria e/ou consultoria de investimentos de qualquer espécie.



Handwritten signature.



- 3.8. A Devedora e os Credores aceitam e concordam que (i) os recursos existentes na Conta Vinculada somente poderão ser movimentados para operações de débito mediante ordens de transferências entre contas de titularidade da Devedora, abertas junto ao Banco Depositário, e/ou contas de titularidade dos Credores, conforme o caso; e (ii) não serão, por conseguinte, emitidos talonários de cheques ou ainda disponibilizados quaisquer outros meios para movimentação de recursos da Conta Vinculada.
- 3.9. Face aos procedimentos e condições estabelecidos neste Contrato, fica certa e definida a inexistência de qualquer responsabilidade ou garantia do Banco Depositário pelo pagamento das obrigações da Devedora constantes da Escritura de Emissão e/ou deste Contrato, cabendo a este apenas e tão-somente a responsabilidade pela execução dos serviços de depositário estabelecidos neste Contrato, nos termos e segundo as condições ora acordados.
- 3.10. O Banco Depositário não será responsável perante a Devedora e/ou aos Credores, ou ainda perante qualquer terceiro, pela inadimplência das Obrigações Garantidas.
- 3.11. O Banco Depositário também não será responsável perante a Devedora e/ou aos Credores, por qualquer ordem que, de boa-fé e no estrito cumprimento do disposto neste Contrato, vier a acatar dos Credores, ainda que daí possam resultar perdas para a Devedora, os Credores ou qualquer terceiro.
- 3.12. O Banco Depositário não terá qualquer responsabilidade caso, por força de ordem judicial ou, ainda, em razão de interpretação razoável deste Contrato ou de qualquer outro documento, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo lhe seria exigível.
- 3.13. Caso o Banco Depositário tenha recebido ordem judicial, nos termos da Cláusula 3.12 acima, e as Partes não fornecerem as instruções de cumprimento, o Banco Depositário estará autorizado a liquidar os investimentos existentes com vistas à obtenção dos recursos necessários para a realização do pagamento em questão.
- 3.14. O Banco Depositário não terá qualquer responsabilidade caso, por força de ordem judicial, os recursos existentes na Conta Vinculada sejam arrestados e/ou bloqueados, cabendo ao Banco Depositário notificar por escrito os Credores, com cópia para a Devedora.
- 3.15. O Banco Depositário não terá qualquer responsabilidade pela manutenção ou eventual inexistência de recursos na Conta Vinculada.
- 3.16. A Devedora e os Credores desde já declaram, para todos os fins, que a atuação do Banco Depositário está exhaustivamente contemplada neste Contrato, não lhe sendo exigida análise ou interpretação dos termos e condições da Escritura.
- 3.17. O Banco Depositário não será chamado a atuar como árbitro de qualquer disputa entre a Devedora e os Credores, as quais reconhecem o direito do Banco Depositário de reter a parcela dos recursos que seja objeto de disputa entre as Partes, até que de forma diversa seja ordenado por árbitro ou juízo competente.
- 3.18. Para cumprimento do disposto neste Contrato, a Devedora obriga-se a: (i) manter aberta a Conta Vinculada, durante a vigência deste Contrato; e (ii) responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer tributos e contribuições exigidos ou que vierem a ser exigidos em decorrência direta ou indireta do cumprimento deste Contrato e/ou da movimentação de recursos na Conta Vinculada, durante o prazo de vigência deste Contrato.
- 3.19. As notificações enviadas ao Banco Depositário pelos Credores, com estrita observância das regras previstas neste Contrato, no sentido de autorizar aplicações financeiras e ordenar



resgates e/ou a realização de transferências, produzirão efeitos a partir da data do recebimento pelo Banco Depositário, desde que observados os seguintes critérios: (i) se enviada até o meio-dia, horário de Brasília, a ordem será executada pelo Banco Depositário no mesmo expediente bancário; e (ii) se enviada após o meio-dia, horário de Brasília, a ordem somente será executada pelo Banco Depositário no dia útil imediatamente posterior. A execução da ordem se baseará sempre na quantidade de recursos existentes na Conta Vinculada, no dia útil anterior à data do recebimento da notificação.

- 3.20. Quando o objeto da notificação versar sobre aplicações financeiras, nela deverá constar obrigatoriamente o montante dos recursos a ser aplicado e a modalidade de investimento.
- 3.21. A Devedora poderá solicitar ao Banco Depositário a transferência da totalidade dos recursos existentes na Conta Vinculada para conta corrente de livre movimentação a ser indicada pela Devedora. O Banco Depositário obriga-se a realizar tal transferência, desde que observados os seguintes critérios: (i) se enviada até o meio-dia, horário de Brasília, a ordem será executada pelo Banco Depositário no mesmo expediente bancário; e (ii) se enviada após o meio-dia, horário de Brasília, a ordem somente será executada pelo Banco Depositário no dia útil imediatamente posterior. A execução da ordem se baseará sempre na quantidade de recursos existentes na Conta Vinculada, no dia útil anterior à data do recebimento da notificação. O Banco Depositário somente não realizará tal transferência caso tenha recebido, até o momento da solicitação, uma notificação firmada pelos Credores acerca da existência de um Evento de Inadimplemento (conforme esse termo é definido na Escritura e no Contrato de *Swap*), nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, sendo que poderá realizar a transferência quando do recebimento de notificação firmada pelos Credores atestando que o Evento de Inadimplemento não mais existe.
- 3.22. As Partes reconhecem que o Banco Depositário não terá qualquer responsabilidade por qualquer perda de capital investido, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa decorrentes de qualquer investimento, reinvestimento, transferência ou liquidação dos recursos, agindo exclusivamente na qualidade de mandatário das Partes.
- 3.23. O Banco Depositário será isento de qualquer responsabilidade ou obrigação caso o resultado do investimento ou da sua liquidação seja inferior ao que poderia ter sido se tal investimento ou liquidação, de outra forma, não tivesse ocorrido, a menos que, em qualquer dos casos descritos na cláusula acima, tal perda, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa resulte de culpa grave ou dolo do Banco Depositário.

4. PODERES E DIREITOS DOS CREDITORES

- 4.1. Os Credores poderão exercer, com relação aos Direitos Cedidos, todo e qualquer direito e recurso a eles respectivamente assegurados pelo presente Contrato, pelos Documentos das Obrigações Garantidas e pela lei aplicável.
- 4.2. Sem restringir quaisquer direitos ou poderes assegurados pela lei aplicável, pelo presente Contrato ou pelos Documentos das Obrigações Garantidas, na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas (assim entendido o vencimento antecipado cumulativo das Obrigações Garantidas das Debêntures e das Obrigações Garantidas do *Swap*), nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, mas, em qualquer caso, desde que respeitadas as disposições dos Documentos dos Empréstimos, os Credores, em conjunto ou individualmente, terão o direito de cobrar e executar quaisquer Direitos Cedidos, observadas eventuais condições de prazo de pagamento (se existentes) relacionadas aos Direitos de Empréstimos, podendo para tanto tomar quaisquer medidas, inclusive judiciais, cobrar e receber valores, firmar documentos, notificações e instrumentos, dar e receber quitação, aditar, novar, modificar, rescindir, prorrogar, renovar, renunciar, transigir, conceder, admitir, efetuar registros, constituir em mora, endossar e



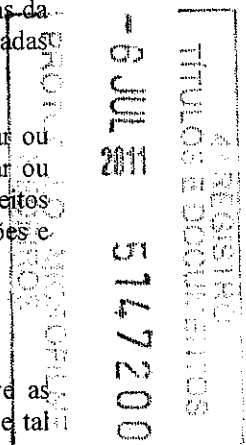
ceder, através de venda privada, entregar, protestar, tomar posse e, por qualquer forma, formalizar quaisquer direitos, cobrar documentos ou instrumentos e nomear procuradores para a tomada de quaisquer medidas judiciais ou administrativas perante qualquer autoridade e em qualquer instância, nos termos em que forem determinados pelos Credores, como sendo apropriados para a consecução do objeto do presente Contrato, inclusive o direito de reter e aplicar quaisquer recursos exclusivamente e na medida necessária para a liquidação, parcial ou total, das Obrigações Garantidas. O exercício pelos Credores, dos direitos e poderes outorgados nos termos desta Cláusula 4.2, ficará sujeito à ocorrência de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, o que, entretanto, não deverá ser interpretado como uma renúncia ao direito dos Credores de exercer a qualquer tempo, quaisquer dos poderes, direitos e recursos previstos pela legislação brasileira.

- 4.3. Sem prejuízo do acima disposto, o Agente de Fiduciário não estará obrigado a cobrar, manter ou executar quaisquer Direitos Cedidos ou a tomar quaisquer outras medidas, de qualquer natureza, com relação a tais Direitos Cedidos.
- 4.4. A qualquer tempo, durante a vigência deste Contrato, os Credores terão a faculdade, porém não a obrigação de, sem prejuízo de quaisquer outros direitos, tomar quaisquer medidas e pagar todas as quantias que, a juízo dos Credores, sejam necessárias ou convenientes para sanar ou tentar sanar, de maneira satisfatória aos Credores, qualquer inadimplemento de qualquer entidade do Grupo STR Energia em relação aos Direitos Cedidos.
- 4.5. A Devedora, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, nomeia e constitui o Banco Depositário como seu procurador, de acordo com os artigos 653, 683, 686 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, conferindo a ele poderes especiais para a finalidade específica de manter e gerir a Conta Vinculada, além de poderes para movimentar os recursos existentes na referida conta, de acordo com os termos do presente Contrato, sendo investido com todos os poderes necessários e incidentais ao seu objeto.

5. COMPROMISSOS, DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA DEVEDORA

5.1. Sem prejuízo do disposto nos Documentos das Obrigações Garantidas, a Devedora obriga-se e compromete-se a:

- (i) defender os direitos dos Credores com relação à Garantia, às custas e expensas da Devedora, contra quaisquer reivindicações e demandas de terceiros relacionadas aos Direitos Cedidos e/ou à Garantia;
- (ii) não vender, ceder, transferir, conferir, empenhar ou, a qualquer título, alienar ou gravar, ou concordar em vender, ceder, transferir, conferir, empenhar, alienar ou gravar, quaisquer de suas obrigações e direitos aqui previstos ou os Direitos Cedidos, no todo ou em parte, ou permitir que, sobre suas referidas obrigações e direitos, ou os Direitos Cedidos, venha a existir qualquer gravame, exceto:
- (a) pelos ônus resultantes deste Contrato;
- (b) pelo disposto nos Documentos das Obrigações Garantidas, inclusive as disposições e as exceções relativas a qualquer Evento de Liquidez (conforme tal termo é definido na Escritura); ou
- (c) mediante o consentimento prévio e por escrito dos Credores.
- (iii) não perdoar ou concordar com a exoneração ou, ainda, alterar, novar, modificar, rescindir, prorrogar ou renovar quaisquer dos Direitos de Empréstimo ou Títulos, nem os respectivos contratos ou quaisquer documentos constituindo ou



Handwritten signature or initials.



comprovando os Direitos Cedidos, exceto (a) mediante o consentimento prévio e por escrito dos Credores, ou (b) se de acordo com os termos previstos nos Documentos das Obrigações Garantidas;

- (iv) a qualquer tempo e às expensas da Devedora, prontamente firmar e entregar todas as demais cessões, instrumentos e documentos (inclusive quaisquer alterações ou aditamentos ao presente Contrato), bem como tomar todas as medidas que venham a ser necessárias ou que os Credores possam vir a solicitar, a fim de formalizar, aperfeiçoar, manter e preservar integralmente quaisquer garantias instituídas pelo presente Contrato, ou para permitir que os Credores possam exercer e executar os respectivos direitos e recursos assegurados aos Credores em decorrência deste Contrato ou da lei aplicável;
- (v) fornecer aos Credores quaisquer informações ou documentos relativos aos Direitos Cedidos que os Credores possam, de forma razoável e mediante aviso entregue com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, vir a solicitar, sendo certo, entretanto, que, na ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme esse termo é definido na Escritura ou no Contrato de *Swap*) e enquanto este perdurar, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, as informações e os documentos previstos nesta Cláusula deverão ser fornecidos no prazo de 2 (dois) dias contados da respectiva solicitação; e
- (vi) permitir aos Credores inspecionar todos os livros e registros da Devedora com relação aos Direitos Cedidos e produzir quaisquer cópias dos referidos registros durante o horário comercial, conforme solicitado pelos Credores, mediante aviso prévio entregue com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, ressalvado que, na hipótese de ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme esse termo é definido na Escritura ou no Contrato de *Swap*) e enquanto este perdurar, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, as providências previstas nesta Cláusula poderão ser tomadas mediante aviso prévio entregue com 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.2. A Devedora garante e declara que:

- (i) é a única e legítima titular e possuidora dos Direitos Cedidos;
- (ii) os Direitos Cedidos encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou reivindicações (ressalvados tão somente aqueles expressamente permitidos pelos Documentos da Emissão);
- (iii) não existe qualquer reivindicação, demanda, ação judicial, inquérito ou processo pendente ou, tanto quanto a Devedora tenha conhecimento, feito, ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer árbitro, juízo ou qualquer outra autoridade com relação aos Direitos Cedidos. Sem limitar a generalidade do acima previsto, a Devedora garante e declara que se encontra em dia com todas as suas obrigações e deveres relativos aos Direitos Cedidos;
- (iv) a celebração e o cumprimento deste Contrato pela Devedora foi devidamente autorizado por todas as respectivas autoridades competentes, conforme exigido pela lei aplicável. Após o cumprimento das demais formalidades descritas na Cláusula 6.1 abaixo, a cessão fiduciária dos Direitos Cedidos de acordo com este Contrato constituir-se-á em uma garantia fiduciária válida, perfeita e plenamente eficaz sobre tais Direitos Cedidos, para o fim de garantir o pagamento das Obrigações Garantidas;

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200



Handwritten signature.



- (v) a Devedora possui todos os poderes e autorizações societárias necessários para celebrar este Contrato e cumprir as obrigações a ela atribuída nos termos do presente Contrato;
- (vi) a celebração e o cumprimento pela Devedora deste Contrato não constituirá violação ou infração de seus respectivos atos constitutivos, de qualquer disposição de qualquer lei aplicável, julgamento ou sentença de qualquer autoridade, ou de qualquer contrato do qual a Devedora seja parte ou que possa vincular a si ou a quaisquer de seus bens, e não deverão resultar na instituição ou imposição de qualquer gravame ou direito real de garantia sobre quaisquer de seus bens, exceto o ônus instituído nos termos do presente Contrato;
- (vii) o Anexo B ao presente Contrato contém todos os contratos de empréstimos celebrados entre, de um lado, qualquer entidade do Grupo STR Energia e, de outro, a Devedora, que se encontram em vigor na data do presente Contrato; e
- (viii) além de integralmente sujeitos à cessão fiduciária aqui constituída, quaisquer direitos ou créditos da Devedora decorrentes de quaisquer dos acima referidos contratos de empréstimo em vigor na presente data, assim como de quaisquer outros instrumentos que venham a ser celebrados entre, de um lado, qualquer entidade do Grupo STR Energia e, de outro, a Devedora, no futuro, e que, a qualquer título, outorguem à Devedora direitos ao recebimento de quaisquer quantias devidas pelas entidades do Grupo STR Energia em pagamento de empréstimos, adiantamentos ou antecipações, a qualquer título, são e deverão sempre permanecer, a qualquer tempo, integralmente subordinados, para todos os fins e efeitos de direito, aos direitos dos Credores de receber integralmente todas as Obrigações Garantidas, nos termos e condições estabelecidos nos Documentos das Obrigações Garantidas.

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA DEVEDORA

- 6.1. A Devedora deverá, às suas expensas, obter todos os registros e aprovações que vierem a ser exigidos pela lei aplicável para o fim de formalizar e aperfeiçoar a cessão fiduciária instituída pelo presente Contrato ou para permitir que os Credores exerçam integralmente os direitos e prerrogativas que lhes são aqui assegurados, incluindo, entre outros, o registro do presente Contrato, bem como quaisquer aditamentos ou complementos aos acima referidos documentos ou ao presente, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na cidade ou cidades do Brasil, onde cada parte contratante ao presente for domiciliada. O registro deste Contrato e de qualquer aditamento a este Contrato em Cartório de Registro de Títulos e Documentos deverá ser requerido pela Devedora dentro de até 20 (vinte) dias contado da data da celebração deste Contrato ou do referido aditamento, respectivamente, devendo a Devedora apresentar comprovação dos registros mencionados nesta Cláusula 6.1 aos Credores imediatamente após sua realização.
- 6.2. A Devedora será responsável e deverá adiantar ou ressarcir, conforme o caso, os Credores por todos os custos, tributos e despesas necessários e comprovadamente realizados para o preparo, assinatura, registro, formalização e execução do Contrato, ou quaisquer outros documentos produzidos de acordo com o presente (incluindo aditamentos a este Contrato), inclusive, entre outros, honorários advocatícios e custas e despesas judiciais ou extrajudiciais razoavelmente incorridos ou pagos pelos Credores na hipótese de execução deste Contrato (quer de forma amigável, judicial ou extrajudicialmente ou por qualquer outro meio). Se a Devedora deixar de cumprir qualquer avença contida neste Contrato, os Credores poderão, por si próprio, sem a tanto estarem obrigados, cumprir referida avença, ou providenciar o seu cumprimento, sendo certo que todas as respectivas despesas,

REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200

0



incorridas pelos Credores para tal fim, serão arcadas pela Devedora e estarão compreendidas no objeto da presente garantia.

- 6.3. A Devedora arcará com todos os tributos, emolumentos e despesas incorridos com relação a quaisquer operações contempladas neste Contrato ou sobre ela incidentes, incluindo, na hipótese de execução deste Contrato, tributos com relação à remessa para os Credores de quaisquer rendimentos oriundos da cessão de quaisquer créditos, direitos ou obrigações decorrentes dos Direitos Cedidos.

7. EXCUSSÃO DA GARANTIA

- 7.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas (assim entendido o vencimento antecipado cumulativo das Obrigações Garantidas das Debêntures e das Obrigações Garantidas do *Swap*), nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, mas, em qualquer caso, desde que respeitadas as disposições dos Documentos dos Empréstimos, os Credores, em conjunto ou individualmente, terão o direito de, quer diretamente ou por intermédio de um agente autorizado, conforme exigido na respectiva lei aplicável, excutir a Garantia, inclusive por meio da alienação da Garantia por venda pública ou privada, cessão, transferência ou por qualquer outro meio a terceiros, incluindo a uma pessoa relacionada aos Credores, tudo independentemente de qualquer avaliação, leilão, praça, ou de quaisquer outras medidas judiciais ou extrajudiciais, e aplicar os respectivos recursos para satisfação das Obrigações Garantidas, ficando os Credores autorizados e investidos de plenos poderes, pela Devedora, para tomar todas e quaisquer medidas necessárias para a consecução do acima previsto ("Excussão").

7.1.1. Os Credores obrigam-se a manter a Devedora sempre informada dos procedimentos relacionados à Excussão e a responder, por escrito, sobre qualquer questionamento nesse sentido no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de solicitação.

- 7.2. Neste ato, a Devedora, nomeia, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Artigo 684 do Código Civil, os Credores como seus bastantes procuradores para, agindo em conjunto ou individualmente, tomar em nome da Devedora qualquer medida com relação às matérias tratadas nesta Cláusula Sétima, inclusive com poderes para: (i) firmar qualquer documento em nome da Devedora relativo à cessão de direitos e de créditos instituído pelo presente, independentemente ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento (conforme esse termo é definido na Escritura ou no Contrato de *Swap*), na medida em que seja o referido documento necessário para conservar, manter, aperfeiçoar ou aditar este Contrato para o fim único de incluir Novo Direito Cedido, conforme previsto na Cláusula 2.4 do presente; (ii) exclusivamente para viabilizar a Excussão, ceder, transferir ou vender os Direitos Cedidos, ou concordar com a venda, transferência ou cessão de tais Direitos Cedidos, no todo ou em parte, mediante venda ou negociação privadas, quando da ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, incluindo, sem qualquer limitação, poderes para dar e receber quitação e firmar os recibos correspondentes; (iii) na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, alocar os respectivos recursos apurados com a referida cessão, transferência ou venda para a amortização das Obrigações Garantidas, deduzir todas as despesas incorridas com a cessão, transferência ou venda e devolver o saldo remanescente, se houver, à Devedora, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas; e (iv) na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, tomar todas as medidas necessárias para a referida cessão, transferência ou venda dos Direitos Cedidos, com poderes para firmar contratos ou instrumentos de transferência, dar e receber quitação e firmar os recibos correspondentes.



8



Para os fins previstos nesta Cláusula 7.2, a Devedora outorga aos Credores, simultaneamente à assinatura do presente, uma procuração irrevogável e irretroatável, nos termos do Artigo 684 do Código Civil, na forma do Anexo E deste Contrato.

7.2.1. A Devedora, por este ato, irrevogável e irretroatavelmente, obriga-se a renovar a procuração outorgada aos Credores nos termos da Cláusula 7.2 acima sempre que necessário durante a vigência deste Contrato. Especificamente no caso de os atos constitutivos da Devedora exigir um prazo de validade de procurações, outorgadas em seu nome, não superior a 1 (um) ano, a procuração outorgada aos Credores, nos termos da Cláusula 7.2 acima, deverão ser renovadas anualmente e novas procurações firmadas na forma do Anexo E deste Contrato deverão ser entregues aos Credores, com até 30 (trinta) dias de antecedência da data de vencimento da respectiva procuração, imediatamente anterior outorgada aos Credores.

7.2.2. Na hipótese de substituição do Agente Fiduciário, nos termos da Escritura, a Devedora deverá outorgar uma nova procuração irrevogável, conforme previsto na Cláusula 7.2 do presente, contemplando o novo Agente Fiduciário.

- 7.3. O Agente Fiduciário reconhece e concorda que, no que se refere às Obrigações Garantidas das Debêntures, a Garantia deverá ser por ele recebida e mantida na condição de depositário, nos termos do Artigo 627 do Código Civil, para benefício dos Debenturistas, e deverá permanecer segregada de quaisquer outros bens ou recursos do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário assegura que somente tomará qualquer medida ou praticará qualquer ato com relação à Garantia e a este Contrato se, para tanto, receber instruções expressas dos Debenturistas.
- 7.4. O Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, poderá, no que se refere às Obrigações Garantidas das Debêntures, exercer com relação à Garantia todos e quaisquer direitos e ações conferidos pelo presente Contrato e pela lei aplicável.
- 7.5. Sem prejuízo do acima exposto, o Agente Fiduciário não terá qualquer obrigação de (i) determinar ou tomar qualquer medida com relação a opções, conversões, vencimentos, ofertas ou outros assuntos relativos à Garantia, e quer ou não os Debenturistas tenham, ou seja considerado como tendo, conhecimento de tais assuntos, ou (ii) tomar qualquer medida necessária para preservação de quaisquer direitos relativos a qualquer Garantia contra quaisquer terceiros ou qualquer outra medida, de qualquer natureza, com relação à Garantia.
- 7.6. Não obstante quaisquer das demais disposições aqui contidas, este Contrato tem por objeto constituir garantia em favor dos Credores para assegurar o pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas. Uma vez quitadas e cumpridas tais Obrigações Garantidas, cessarão os remédios e prerrogativas outorgados aos Credores (sem prejuízo, no entanto, dos que, nos termos de qualquer dos Documentos das Obrigações Garantidas, devam sobreviver à liquidação das Obrigações Garantidas), devendo os Credores devolver à Devedora os resultados ou valores excedentes, se houver, àqueles necessários ao integral adimplemento das Obrigações Garantidas, bem como entregar declaração, especificando o uso dos valores arrecadados com a execução da Garantia e a forma de sua alocação para a satisfação das Obrigações Garantidas, incluindo despesas correlatas, indicando assim, quando for o caso, a quitação de tais Obrigações Garantidas, bem como a existência de eventuais valores excedentes a serem devolvidos à Devedora ou, conforme o caso, o saldo em aberto das Obrigações Garantidas, que ainda permanecerem pendentes de satisfação.

6 JUL 2011 5147200
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



Handwritten signature.



8. COMUNICAÇÕES

- 8.1. Qualquer notificação, solicitação, exigência ou comunicação, a ser enviada ou entregue de acordo com o presente Contrato, deverá ser feita sempre por escrito. Qualquer notificação, solicitação, exigência ou comunicação poderá ser entregue pessoalmente ou enviada por correio, com aviso de recebimento, agências de serviços de entrega internacionalmente reconhecidas ou por fax, aos endereços das partes especificados abaixo ou a qualquer outro endereço, que a parte destinatária tenha indicado por meio de notificação à parte que esteja enviando ou entregando tal notificação, solicitação ou outra comunicação (com cópia para as demais partes), e produzirá efeitos quando do seu recebimento pelo respectivo destinatário. Qualquer notificação, solicitação ou outra comunicação, que seja enviada por fax, deverá ser confirmada mediante o seu envio igualmente por correio, sem prejuízo da produção de seus efeitos a partir do recebimento do respectivo fax, desde que tais ordens e/ou solicitações de informações estejam devidamente assinadas: (i) pelos representantes legais da Parte signatária, acompanhada dos documentos de representatividade, caso tenha havido alguma alteração com relação ao momento de assinatura dos Documentos da Operação; (ii) pelos mandatários constituídos por procuração específica, acompanhada de referida procuração específica; ou (iii) pelos indicados na lista de pessoas autorizadas e pessoas de contato ("Pessoas Autorizadas"), constantes abaixo de forma isolada.

(i) Para a Devedora:

Petra Energia S.A.

Rua Piauí 874

01241-000 São Paulo, SP

At.: Sr. Roberto Viana Batista Júnior
Sr. Philip Yang
Telefone: (11) 3124-2470
Fac-símile: (11) 3826-4271
Correio Eletrônico: rvb@petraenergia.com.br
py@petraenergia.com.br

Com cópia para:

Pinheiro Guimarães – Advogados

Av. Paulista 1842, Torre Norte, 24º andar

01310-923 São Paulo, SP

At.: Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães
Sra. Ivie Moura Alves
Telefone: (11) 4501-5000
Correio Eletrônico: fjpg@pinheiroguimaraes.com.br
imoura@pinheiroguimaraes.com.br

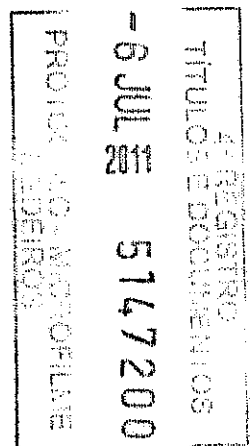
(ii) Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.

Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar

04538-132 São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2628
Fac-símile: (11) 3078-7264
Correio Eletrônico: vrodrigues@plannercorretora.com.br



(iii) Para o BTG Pactual:

Banco BTG Pactual S.A.

Av. Brig. Faria Lima 3729, 8º andar
04538-133 São Paulo, SP

At.: Sr. Daniel Vaz
Telefone: (11) 3383-2576
Fac-símile: (11) 3383-2474
Correio Eletrônico: daniel.vaz@btgpactual.com

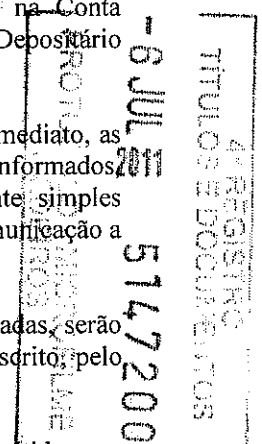
(iv) Para o Banco Depositário:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar.
CEP 06029-900 Osasco, SP

At.: Marcelo Tanouye Nurchis
Yoiti Watanabe
Felipe Cazzari Maciel
Telefone: (11) 3684-9476 , (11) 3684-7912
Fac-símile: (11) 3684-9445
Correio Eletrônico: 4010.tanouye@bradesco.com.br
4010.agente@bradesco.com.br
4010.yoiti@bradesco.com.br
4010.cazzari@bradesco.com.br

- 8.2. As ordens e/ou solicitações de informações mencionadas na Cláusula 8.1 acima poderão ser enviadas por meio eletrônico (internet, e-mail ou fac-símile), desde que o meio utilizado possa identificar o representante legal e/ou a Pessoa Autorizada.
- 8.3. Nos casos em que a comunicação ocorrer por meio eletrônico, os Credores e a Devedora deverão confirmar por telefone o recebimento das ordens pelo Banco Depositário, sob pena de não surtirem efeito.
- 8.4. As notificações que tenham por objeto a liberação de recursos existentes na Conta Vinculada, nos termos deste Contrato, somente serão aceitas pelo Banco Depositário quando enviadas por correspondência ou por fac-símile.
- 8.5. A Devedora e os Credores obrigam-se a comunicar ao Banco Depositário, de imediato, as alterações, inclusões e exclusões de qualquer Pessoa Autorizada ou dados informados, promovendo a atualização da lista prevista na Cláusula 8.1 acima, mediante simples comunicação das Partes, enviada ao Banco Depositário, passando a referida comunicação a ser parte integrante deste Contrato.
- 8.6. As ordens e/ou solicitações de informações transmitidas pelas Pessoas Autorizadas, serão aceitas pelo Banco Depositário, até que este seja notificado do contrário, por escrito, pelo Devedora e/ou pelos Credores.
- 8.7. Em caso de ambiguidade das ordens e/ou solicitações de informações transmitidas por quaisquer das Pessoas Autorizadas, deverá o Banco Depositário: (i) informar imediatamente à Devedora e/ou aos Credores, conforme o caso, por escrito, seja por correspondência e/ou por meio eletrônico, a respeito dessa ambiguidade; e (ii) recusar-se a cumprir essas instruções até que a ambiguidade seja sanada.



(Handwritten signature)



- 8.8. A Devedora e os Credores deverão realizar as confirmações de que trata a Cláusula 8.3 acima, com as pessoas devidamente autorizadas pelo Banco Depositário, por meio de procuração ou indicadas na Cláusula 8.1 acima.
- 8.9. Fica convencionado entre as Partes que as comunicações previstas neste Contrato, como necessárias à consecução da prestação dos serviços aqui avençados, para serem consideradas válidas, devem ser feitas tempestivamente, de forma clara, completa e segura, pelos meios previstos neste Contrato. A recepção da comunicação deve sempre ser confirmada de imediato.
- 8.10. O Banco Depositário cumprirá, sem qualquer responsabilidade, as ordens e/ou solicitações de informações que acreditar de boa-fé terem sido dadas por Pessoas Autorizadas da Devedora ou dos Credores, conforme o caso.
- 8.11. O Banco Depositário poderá se pautar em quaisquer avisos, instruções ou solicitações, por escrito, que lhe sejam enviados, dentro das especificações contidas nesta Cláusula 8, e que tenha motivos para acreditar que sejam documentos autênticos firmados ou apresentados pela(s) Parte(s) competente(s), não sendo responsável por quaisquer atos ou omissões amparados em tais documentos. O Banco Depositário não estará obrigado a examinar ou investigar a validade, precisão ou conteúdo dos referidos documentos.

9. LEI APLICÁVEL E ELEIÇÃO DE FORO

- 9.1. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e constitui título executivo extrajudicial, de acordo com os termos do Artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). A Devedora neste ato reconhece e concorda que toda e qualquer obrigação assumida ou que lhes possa ser imputada, nos termos do presente Contrato ou a ele relacionada, estará sujeita à execução específica de acordo com, entre outros, o Artigo 461 e respectivos parágrafos do Código de Processo Civil.
- 9.2. A Devedora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a se submeter à jurisdição exclusiva do foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para resolver quaisquer disputas ou controvérsias oriundas deste Contrato, ou a ele relacionados.
- 9.3. Nada contido no presente Contrato deverá afetar o direito dos Credores de promover a citação da Devedora, por qualquer outra forma permitida pela lei aplicável.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Nenhum termo ou condição contido no presente Contrato poderá ser objeto de renúncia, aditamento ou modificação, a menos que tal renúncia, aditamento ou modificação seja formalizado por escrito e assinada pelos representantes autorizados ou procuradores, com poderes suficientes, da Devedora, dos Credores e do Banco Depositário. A omissão ou o atraso no exercício de qualquer direito, poder ou privilégio aqui previsto, não poderá ser interpretado como renúncia ou novação de qualquer direito, poder ou privilégio ou de qualquer outro direito, poder ou privilégio decorrente do presente Contrato ou de qualquer outro Documento da Emissão. O exercício parcial de qualquer direito não impedirá o exercício futuro de tal direito ou de qualquer outro direito. A renúncia expressa por escrito a um determinado direito não deverá ser considerada como uma renúncia a qualquer outro direito.
- 10.2. Se qualquer cláusula deste Contrato for considerada inválida ou não exequível por uma autoridade de qualquer jurisdição competente, a referida cláusula deverá ser eliminada do Contrato, sem, contudo, afetar a validade ou a exequibilidade das demais cláusulas. Em

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200



[Handwritten signature]



substituição a qualquer cláusula assim eliminada, as Partes deverão negociar uma disposição similar, que reflita a intenção original das Partes, na medida do permitido pela respectiva decisão da referida autoridade.

- 10.3. A Garantia instituída pelo presente Contrato será adicional a e sem prejuízo de qualquer outra garantia ou direito real de garantia outorgado pela Devedora ou por qualquer outra parte como garantia das Obrigações Garantidas nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas ou de quaisquer outros Documentos da Emissão e poderá ser excutida de forma isolada, alternativa ou conjuntamente com qualquer outra garantia ou direito real de garantia. A excussão pelos Credores da Garantia não deverá impedir os Credores de excutir quaisquer outras garantias ou direitos reais de garantia outorgados para garantir as Obrigações Garantidas.
- 10.4. O presente Contrato não constitui novação nem tampouco modifica quaisquer obrigações da Devedora, dos Credores ou do Banco Depositário nos termos de quaisquer contratos entre eles celebrados, inclusive, entre outros, os Documentos das Obrigações Garantidas.
- 10.5. O exercício pelos Credores de qualquer de seus respectivos direitos ou recursos previstos neste Contrato não exonerará a Devedora de quaisquer de seus respectivos deveres ou obrigações, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas.
- 10.6. O presente Contrato deverá (i) permanecer em pleno vigor e efeito até a liquidação integral de todas as Obrigações Garantidas ou o cancelamento de todos os respectivos compromissos assumidos pela Devedora, tal como expressamente confirmado, por escrito, pelos Credores; (ii) vincular a Devedora e o Banco Depositário, seus sucessores e cessionários autorizados; e (iii) beneficiar os Credores e seus sucessores e cessionários. Sem limitar a generalidade do disposto no item (iv), e na medida do permitido pelos Documentos das Obrigações Garantidas, os Debenturistas somente poderão ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, no todo ou em parte, de acordo com o previsto na Escritura, e o BTG somente poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, no todo ou em parte, de acordo com o previsto no Contrato de Swap. A Devedora não poderá transferir quaisquer de seus respectivos direitos ou obrigações aqui previstos sem o prévio consentimento por escrito dos Credores.
- 10.7. A omissão ou tolerância do Banco Depositário em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.
- 10.8. As Partes são consideradas contratantes independentes e nada do presente Contrato criará qualquer outro vínculo entre elas, seja pelo aspecto empregatício, seja por quaisquer outros aspectos, tais como agente comercial, sociedade subsidiária, representação legal ou associação de negócios.
- 10.9. As Partes reconhecem, expressamente, que a execução/prestação dos serviços de depositário ora contratados não gerará qualquer relação de emprego entre as Partes ou seus empregados ou prepostos.
- 10.10. Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade da Devedora, cabendo os respectivos recolhimentos ao sujeito passivo, seja como contribuinte ou responsável, conforme definido na lei tributária.
- 10.11. A Devedora e os Credores reconhecem, neste ato, que os serviços do Banco Depositário ora contratados estão sujeitos às leis, normas, costumes, procedimentos e práticas que podem vir a ser alterados. Na hipótese de ocorrer uma alteração na legislação que no todo



Handwritten signature or initials.

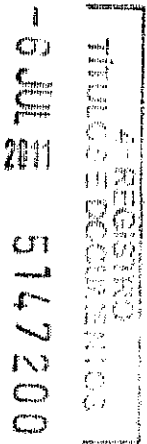


ou em parte limite a prestação do serviço ora contratado, o Banco Depositário deverá solicitar aos Credores novas instruções quanto aos procedimentos a serem tomados para o cumprimento das obrigações contraídas por meio deste Contrato, que sejam de comum acordo entre as Partes.

- 10.12. O Banco Depositário em hipótese alguma será responsabilizado por quaisquer atos e/ou atividades descritos no presente Contrato, que tenham sido praticados por terceiros anteriormente contratados pela Devedora e/ou pelos Credores.
- 10.13. Com exceção das obrigações imputadas ao Banco Depositário neste Contrato e do disposto no Código Civil Brasileiro em vigor, o Banco Depositário deverá ser mantido indene de qualquer outra responsabilidade decorrente de atos ou fatos por parte da Devedora, a não ser no caso de culpa manifesta relacionada às responsabilidades do Banco Depositário previstas neste Contrato, dolo ou má-fé devidamente comprovados.
- 10.14. O Banco Depositário não se responsabilizará por quaisquer atos, fatos e/ou obrigações contraídas pela Devedora ou pelos Credores, seus administradores, representantes, empregados e prepostos na Escritura, seja a que tempo ou título for.
- 10.15. Fica expressamente vedado à Devedora e aos Credores a utilização dos termos deste Contrato em divulgação ou publicidade, bem como, o uso do nome, marca e logomarca do Banco Depositário para qualquer finalidade e em qualquer meio de comunicação, incluindo mídia impressa, escrita, falada ou eletrônica, e a publicação em portfólio de produtos e serviços, sendo que a sua infração poderá sujeitar a Parte infratora ao pagamento da multa contratual e perdas e danos que forem apuradas.
- 10.16. Os casos fortuitos e de força maior são excludentes da responsabilidade das Partes, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 10.17. Cada uma das Partes garante à outra Parte: (i) que está investida de todos os poderes e autoridade para firmar e cumprir as obrigações aqui previstas e consumir as transações aqui contempladas; e (ii) que a assinatura e o cumprimento do presente Contrato não resulta em violação de qualquer direito de terceiros, lei ou regulamento aplicável ou, ainda, violação, descumprimento ou inadimplemento de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual seja parte ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas, nem na necessidade de obter qualquer autorização nos termos de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual seja parte, ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas.
- 10.18. Este Contrato constitui todo o entendimento e acordo entre as Partes e substitui todas as garantias, condições, promessas, declarações, contratos e acordos verbais ou escritos anteriores sobre o objeto deste Contrato.
- 10.19. As Partes declaram que tiveram prévio conhecimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato, concordando expressamente com todos os seus termos.
- 10.20. As Partes declaram e garantem mutuamente, inclusive perante seus fornecedores de bens e serviços, que:

(i) exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detêm as aprovações necessárias à celebração deste Contrato, e ao cumprimento das obrigações nele previstas;

(ii) não utilizam trabalho ilegal, e compromete-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, e do menor de



[Handwritten signature]



18 (dezoito) anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade;

(iii) não empregam menor de 18 (dezoito) anos de idade, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22:00h (vinte e duas horas) e 5:00h (cinco horas);

(iv) não utilizam práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico; e

(v) comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

- 10.21. As Partes, por si, seus empregados e prepostos, sob as penas da lei, manterão, inclusive após a rescisão deste Contrato, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos e de informações das demais Partes, ou de terceiros, de que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhes venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação/execução de serviços objeto deste Contrato. A inobservância do disposto nesta cláusula acarretará sanções legais respondendo a infratora e quem mais tiver dado causa à violação, no âmbito civil e criminal, salvo quando a divulgação for imposta por lei, por ordem judicial, por autoridade fiscalizadora ou ainda se fizer necessário para a elaboração de algum relatório ou processo diretamente relativo ao escopo dos serviços prestados.
- 10.22. Excluem-se deste Contrato as informações: (i) de domínio público; e (ii) as que já eram do conhecimento da Parte receptora.
- 10.23. Se uma das Partes, por determinação legal ou em decorrência de ordem judicial ou de autoridade fiscalizadora, tiver que revelar algo sigiloso, conforme especificado na Cláusula 10.22 acima, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa, imediatamente dará notícia desse fato à outra Parte e lhe prestará as informações e subsídios que possam ser necessários para que a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer das informações sigilosas.
- 10.24. A Devedora e os Credores declaram estar cientes das disposições do Código de Ética Corporativo do Banco Depositário, cujo exemplar lhe é disponibilizado através do site www.bradesco.com.br/ri, link Governança Corporativa / Códigos de Ética, bem como do comprometimento em cumpri-lo e fazê-lo cumprir por seus empregados ou prepostos.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes fizeram com que o presente Contrato fosse devidamente firmado em 5 (cinco) vias de igual teor, por seus representantes, juntamente com as duas testemunhas identificadas abaixo.

São Paulo, [DATA].

[As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.]



REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
-6 JUL 2011 5147200

Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Bradesco S.A. – Página de Assinaturas 1/5.

PETRA ENERGIA S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200
PROTOD. 1 21 6593
FIDUCIÁRIA



[Handwritten signature]

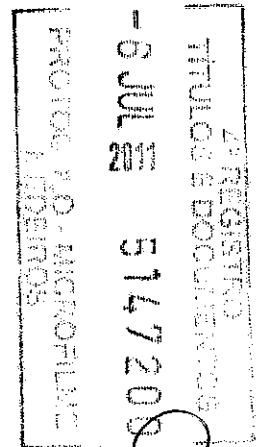


Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Bradesco S.A. – Página de Assinaturas 2/5.

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

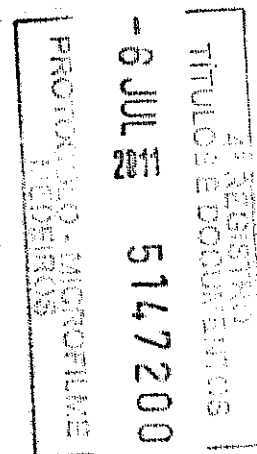


Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Bradesco S.A. – Página de Assinaturas 3/5.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____



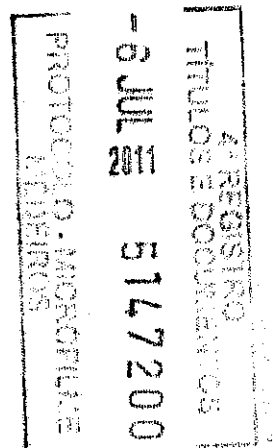
Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Bradesco S.A. – Página de Assinaturas 4/5.

BANCO BRADESCO S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



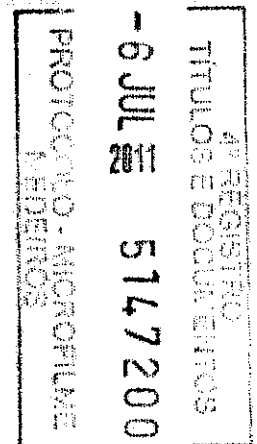


Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Bradesco S.A. – Página de Assinaturas 5/5.

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF:



CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE CONTA VINCULADA E
OUTRAS AVENÇAS

ANEXO A

SUMÁRIO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Para os fins da legislação aplicável, as principais características das Obrigações Garantidas são as seguintes:

Obrigações Garantidas das Debêntures (Valor Garantido das Debêntures)

- (i) principal: 640 (seiscentas e quarenta) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), totalizando, portanto, R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais);
- (ii) data de emissão: 01 de julho de 2011 ("Data de Emissão");
- (iii) data de vencimento: 01 de janeiro de 2013 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previstas na Escritura;
- (iv) taxa de juros: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a (i) 6,25% (seis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, até 1 de julho de 2012, e (ii) 9,25% (nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir, inclusive, de 1 de julho de 2012 ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado, ainda, que (a) a Remuneração que não tenha sido paga até 1 de julho de 2012 será incorporada ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures ("Data de Incorporação da Remuneração"); e (b) a partir, inclusive, de 1 de julho de 2012, os pagamentos serão acrescidos de um prêmio equivalente a 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) efetivos, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde, inclusive, a Data de Incorporação da Remuneração ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculado conforme a Escritura;
- (v) forma de pagamento: na Data de Vencimento;
- (vi) encargos moratórios: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas nas Datas de Pagamento, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês (calculado com base em 1 ano de 360 dias), sobre o montante assim devido,



independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas eventualmente incorridas para fins de cobrança;

- (vii) local de pagamento: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) pela Emissora, por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio da Instituição Depositária (conforme tal termo é definido na Escritura), com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) pelos Garantidores, em qualquer caso, por meio da Instituição Depositária; e
- (viii) custos e despesas: todas e quaisquer despesas e custos incorridos com a auditoria legal e financeira da Devedora, a Emissão, a Oferta Restrita ou a execução dos valores devidos nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços (advogados e consultores externos, sendo certo que os custos incorridos com honorários advocatícios deverão ser previamente aprovados pela Devedora e serão limitados ao custo máximo previsto na Escritura e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

Obrigações Garantidas do Swap (Valor Garantido do Swap)

- (i) principal: quaisquer valores que possam ser atual ou futuramente devidos ao BTG Pactual pela Devedora, em razão da apuração e compensação dos montantes decorrentes dos parâmetros de atualização aplicáveis ao valor de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) ("Valor Base"), observados os seguintes termos e condições do Contrato de Swap e o disposto abaixo:

1.1) Valor Garantido pela Devedora	Parâmetro de Atualização	DOLAR
	Percentual Destacado	100,00%
	Cotação Inicial	1,593000
	Cotação Final	PTAX Venda referente ao dia útil anterior a Data Vencimento
	Taxa de Juros	11,450000%
	Expressão	aa360 DC Lin Dias Corridos (DC) 360
1.2) Valor Garantido pelo BTG Pactual	Parâmetro de Atualização	CDI
	Percentual Destacado	100,00%
	Cotação Inicial	N/A
	Cotação Final	Vide "Outras Condições"
	Taxa de Juros	6,250000%
	Expressão	aa252 DU Exp Dias Úteis (DU) 252
Outras Condições: CDI: Forma de cálculo: metodologia adotada pela CETIP, disponível em: www.cetip.com.br , opção: "Informação Técnica" > "Caderno de Fórmulas" > "SPR - Contratos de Swap" > "Parâmetro: DI", ou outra que venha a ser definida pela CETIP para substituí-la.		

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200



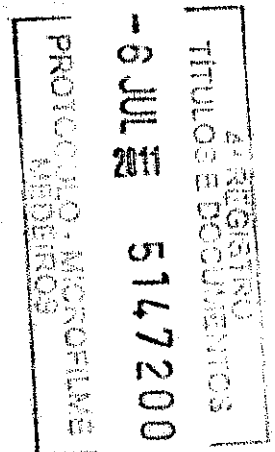
O pagamento do diferencial previsto nos itens 1.1 e 1.2 acima, pelo BTG Pactual ou pela Devedora, conforme o caso, será efetuado, conforme o caso, na data de vencimento indicada acima, sendo certo que:

Caso o Valor Garantido pelo BTG Pactual venha a exceder o Valor Garantido pela Devedora, o BTG Pactual deverá pagar à Devedora a importância correspondente à diferença resultante da compensação entre os dois valores.

Caso o Valor Garantido pela Devedora venha a exceder o Valor Garantido pelo BTG Pactual, a Devedora deverá pagar ao BTG Pactual a importância correspondente à diferença resultante da compensação entre os dois valores.

- (ii) data de início: 1 de julho de 2011 (“Data de Início”);
- (iii) data de vencimento: 2 de julho de 2012 (“Data de Vencimento”);
- (iv) forma de pagamento: na Data de Vencimento;
- (v) encargos moratórios: o valor devido será atualizado, até seu efetivo pagamento, de acordo com 100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI, por dia de atraso, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, e multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor total devido, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial; e
- (vi) local de pagamento: Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

* * * * *



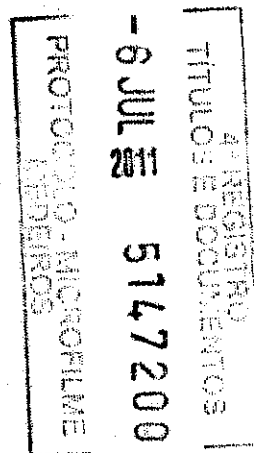
A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'B' followed by a flourish.



CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE CONTA VINCULADA E
OUTRAS AVENÇAS

ANEXO B

LISTA DE DIREITOS DE EMPRÉSTIMOS

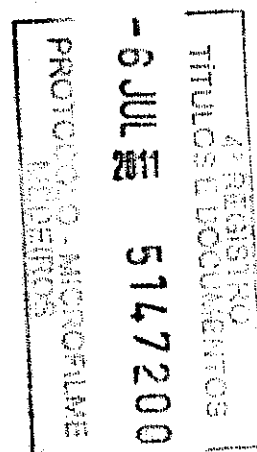


ANEXO
Registro de Títulos e Documentos
6º Ofício - RJ

**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE CONTA VINCULADA E
OUTRAS AVENÇAS**

ANEXO C

LISTA DE TÍTULOS



**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE CONTA VINCULADA E
OUTRAS AVENÇAS**

ANEXO D

Modelo de Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada
e Outras Avenças

Para



[endereço]

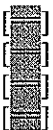
Atenção: [Redacted box]

Ref.: Aditivo no. [Redacted box] (o “Aditivo”) ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e
de Conta Vinculada e Outras Avenças

Prezados Senhores:

Referimo-nos ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta
Vinculada e Outras Avenças (doravante, “*Contrato*”), datado de [DATA], celebrado entre Petra
Energia S.A., [Redacted box] e [Redacted box], devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos como
segue:

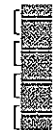
Cartório de Registro



Cidade



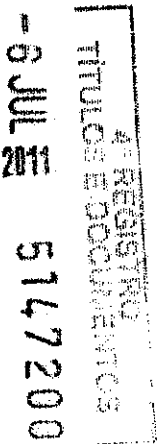
Nº do Registro



Os termos em maiúscula empregados neste Aditivo terão os mesmos significados a eles
respectivamente atribuídos no Contrato. Todas as referências ao Agente Fiduciário neste Aditivo
deverão ser interpretadas como sendo uma referência ao Agente Fiduciário, agindo na condição de
representante e procurador dos Debenturistas nos termos do Contrato e depositário dos “Direitos
Cedidos”, conforme ali previsto.

Para os fins da Cláusula 2.4 (b) do Contrato, pelo presente aditamos e consolidamos os
Anexos B e/ou C ao Contrato, os quais, a partir desta data, deverão passar a vigorar nos termos dos
respectivos anexos ao presente. Para todos os fins de direito, os novos Anexos B e/ou C ao presente
estarão sujeitos aos termos e condições estabelecidos no Contrato, do qual se constituirão em parte
integrante e inseparável, a partir da presente data.

Exceto como expressamente aditado nos termos do presente, os termos e condições do
Contrato permanecem integralmente em pleno vigor e efeito, sendo ora expressamente ratificados
por todas as partes.



As disposições da Cláusula 9 do Contrato são expressamente reiteradas, sendo aplicáveis ao presente Aditivo, como se aqui estivessem integralmente transcritas.

A Devedora tomará todas as providências para que este Aditivo seja averbado às margens dos registros do Contrato junto aos Cartórios de Títulos e Documentos referidos acima, conforme previsto no Contrato.

Atenciosamente,

PETRA ENERGIA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

De acordo:



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

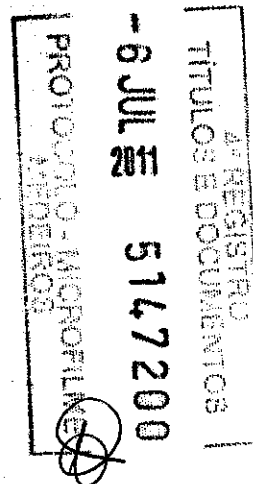
Nome:

Cargo:

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome
RG:

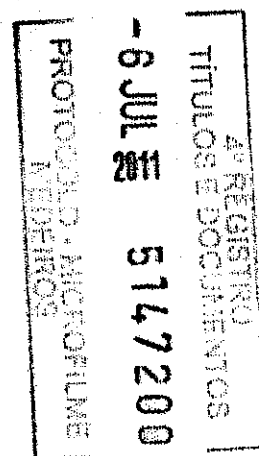
2. _____
Nome:
RG:



Aditivo ao Contrato de Penhor de Direitos e de Créditos de Empréstimos Subordinados

Listagem de [Direitos Creditórios] [Títulos]

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.



ANEXO
Registro de Títulos e Documentos
6º Ofício - RJ

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE CONTA VINCULADA E
OUTRAS AVENÇAS

ANEXO E

MODELO DE PROCURAÇÃO IRREVOGÁVEL

Pelo presente instrumento de mandato,

PETRA ENERGIA S.A. (a "**Outorgante**"), sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco 157, CEP 20040-006, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 07.243.291/0001-98, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

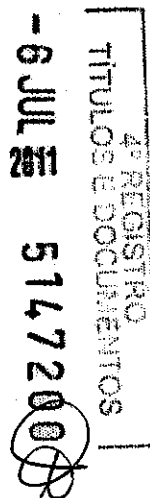
neste ato nomeia e constitui como seus bastantes procuradores,

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("**Agente Fiduciário**"), instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures objeto da Escritura (conforme definido no Contrato) ("**Debenturistas**"); e

BANCO BTG PACTUAL S.A. ("**BTG Pactual**" e, em conjunto com os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, "**Outorgados**"), instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45;

conferindo-lhes amplos e específicos poderes para, agindo em conjunto ou individualmente, exclusivamente mediante a ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, exceto em relação ao item "iv" abaixo, que independe da ocorrência de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, e para o qual os Outorgados atuarão sempre em conjunto, ceder, transferir por qualquer forma, e a qualquer título, dispor, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada e Outras Avenças, celebrado em [DATA], entre a Outorgante, os Outorgados e Banco Bradesco S.A. ("**Banco Depositário**"), e seus eventuais aditamentos ("**Contrato**"), todos e quaisquer um dos seguintes direitos e/ou instrumentos:

- (i) todos os direitos e créditos de titularidade da Outorgante, em decorrência de todos os contratos de empréstimo ou outros instrumentos celebrados ou a virem a ser celebrados entre a Outorgante e qualquer entidade integrante do Grupo STR Energia (a "**Devedora**") que, a qualquer título, outorguem à Outorgante direitos ao recebimento de quaisquer quantias devidas pela Devedora em pagamento de empréstimos, adiantamentos ou antecipações, a qualquer título (doravante designados, coletivamente, como "**Direitos de Empréstimos**", conforme identificados, de tempos em tempos, no Anexo B do Contrato),
- (ii) todos os instrumentos, certificados, garantias e documentos de cobrança, que evidenciem, representem, assegurem ou, a qualquer título, garantam o pagamento de quaisquer Direitos de Empréstimos, sejam desses decorrentes ou a eles relativos, incluindo, sem qualquer limitação, notas promissórias (doravante



designados, coletivamente, como “Títulos”, conforme identificados, de tempos em tempos, no Anexo C ao Contrato), e

(iii) a conta bancária 552000-2 de titularidade da Outorgante, mantida em seu nome na agência 2374 – Plataforma Operacional PJ Nova Central do Banco Depositário, mas em benefício dos Outorgados (“Conta Vinculada”); e

(iv) nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas, assinar documentos ou praticar atos, desde que o respectivo documento a ser firmado ou ato a ser praticado seja necessário para conservar, manter e aperfeiçoar a Garantia ou aditar o Contrato para o fim único de incluir Novo Direito Cedido, conforme previsto na Cláusula 2.4 do Contrato.

Os Direitos Creditórios e os Títulos são doravante denominados, em conjunto, como “Direitos Cedidos”;

e com relação a tal disposição ou transferência da Garantia:

1. cobrar e excutir qualquer Direito Cedido, podendo para tanto tomar todas e quaisquer medidas, inclusive judicialmente através de procuradores nomeados com os poderes da cláusula “*ad judicium*”, cobrar, receber valores, firmar documentos, notificações e instrumentos, transferir posse e domínio, dar e receber quitação, aditar, novar, modificar, rescindir, prorrogar, renovar, renunciar, transigir, conceder, admitir, efetuar registros, constituir em mora, endossar, entregar, protestar e, por qualquer forma, formalizar quaisquer direitos, cobrando documentos ou instrumentos, e nomear procuradores para a tomada de quaisquer medidas judiciais ou administrativas, perante qualquer autoridade ou instância, nos termos em que os Outorgados venham a julgar apropriados para a consecução do objeto do Contrato;

2. requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a acima referida transferência de Direitos Cedidos a terceiros, inclusive, ainda que de forma não exaustiva, aprovações prévias ou consentimentos do Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil e de quaisquer outras agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou ainda quaisquer outros terceiros;

3. representar a Outorgante na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, Cartórios de Protesto, instituições bancárias, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Agência Nacional de Petróleo, em todas as suas respectivas divisões e departamentos;

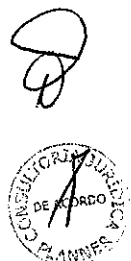
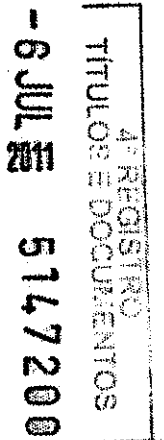
4. praticar, enfim, todos os atos, bem como firmar quaisquer documentos, necessários ao cabal desempenho do presente mandato.

5. esta procuração será válida pelo prazo de vigência do Contrato. [SUJEITO A ALTERAÇÕES CONFORME ATOS CONSTITUTIVOS DA OUTORGANTE]

Os Outorgados são ora nomeados procuradores da Outorgante em caráter irrevogável e irretratável, de acordo com os termos do Artigo 684 do Código Civil.

O presente instrumento deverá ser interpretado de acordo com e regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

A presente procuração é outorgada aos _____ de _____ de 200_, na cidade de __, Estado de __, Brasil.



(assinatura)

NOTA: 1) As assinaturas precisam ser reconhecidas por Cartório de Notas.



4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 6 JUL 2011 5147200
PROTOK.1216593
MDEIROS

